

**1º Semestre de 2019**

**Demonstrações**

**Contábeis**

1. Índice

[Índice 2](#_Toc16095279)

[Relatório da Administração 3](#_Toc16095280)

[Demonstrações Contábeis 17](#_Toc16095281)

[Balanço Patrimonial 17](#_Toc16095282)

[Demonstração do Resultado 21](#_Toc16095283)

[Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 22](#_Toc16095284)

[Demonstração dos Fluxos de Caixa 23](#_Toc16095285)

[Demonstração do Valor Adicionado 24](#_Toc16095286)

[Notas Explicativas 25](#_Toc16095287)

[1 - O Banco e suas Operações 25](#_Toc16095288)

[2 - Reestruturações Societárias 26](#_Toc16095289)

[3-Apresentação das Demonstrações Contábeis 27](#_Toc16095290)

[4 - Resumo das Principais Práticas Contábeis 31](#_Toc16095291)

[5 - Informações por Segmento 37](#_Toc16095292)

[6 - Caixa e Equivalentes de caixa 42](#_Toc16095293)

[7 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez 42](#_Toc16095294)

[8 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos 43](#_Toc16095295)

[9 - Relações Interfinanceiras 52](#_Toc16095296)

[10 - Operações de Crédito 53](#_Toc16095297)

[11 - Carteira de Câmbio 60](#_Toc16095298)

[12 - Outros Créditos 61](#_Toc16095299)

[13 - Outros Valores e Bens 62](#_Toc16095300)

[14 - Investimentos 63](#_Toc16095301)

[15 - Imobilizado de Uso 70](#_Toc16095302)

[16 - Intangível 71](#_Toc16095303)

[17 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto 72](#_Toc16095304)

[18 - Recursos de Aceites e Emissões de Títulos 76](#_Toc16095305)

[19 - Obrigações por Empréstimos e Repasses 77](#_Toc16095306)

[20 - Outras Obrigações 78](#_Toc16095307)

[21 - Outras Receitas/Despesas Operacionais 83](#_Toc16095308)

[22 - Resultado não Operacional 85](#_Toc16095309)

[23 - Patrimônio Líquido 86](#_Toc16095310)

[24 – Tributos 93](#_Toc16095311)

[25 - Partes Relacionadas 95](#_Toc16095312)

[26 - Benefícios a Empregados 100](#_Toc16095313)

[27 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias 110](#_Toc16095314)

[28 - Gerenciamento de Riscos e de Capital 114](#_Toc16095315)

[29 - Demonstração do Resultado Abrangente 125](#_Toc16095316)

[30 - Outras Informações 125](#_Toc16095317)

[31 - Eventos Subsequentes 128](#_Toc16095318)

[Relatório dos Auditores Independentes 129](#_Toc16095319)

[Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria 135](#_Toc16095320)

[Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras 139](#_Toc16095321)

[Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes 140](#_Toc16095322)

[Membros da Administração 141](#_Toc16095323)

1. Relatório da Administração

**Sumário do Resultado**

Prezados acionistas, informamos que encerramos o primeiro semestre de 2019 (1S19) com lucro líquido de R$ 8.212 milhões, aumento de R$ 2.328 milhões, ou 39,6% se comparado ao primeiro semestre de 2018 (1S18). Trata-se do maior resultado nominal para o semestre desde o 1S15. Nossos ativos alcançaram R$ 1.541 bilhão, aumento de 6,3% no período com destaque para a linha de ‘Aplicações Interfinanceiras de Liquidez’. Nosso retorno sobre ativos atingiu 1,1%, contra 0,8% no 1S18.

O retorno sobre patrimônio líquido (RSPL) evoluiu para 16,5%, frente a 12,1% no 1S18. Esse resultado foi alcançado pelo crescimento na margem financeira bruta de 4,5%, que alcançou R$ 25.801 milhões, fruto da mudança no mix de ativos de crédito, tendo o desembolso em linhas com melhores margens crescido acima das demais e pela elevação de 6,7% das Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias. Também contribuiu para esse resultado a redução das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) em 11,6% (variação de R$ 1.248 milhão em relação ao mesmo período de 2018).

No semestre, distribuímos R$ 3.298 milhões em Juros Sobre Capital Próprio (JCP), aumento de 85,1% em relação ao 1S18. Além disso, recolhemos R$ 3.218 milhões em tributos, sendo R$ 2.366 milhões (73,5% do total) em tributos federais. Pagamos R$ 10.387 milhões aos nossos 96.168 colaboradores, entre salários, benefícios e participação nos lucros e resultados (PLR). Investimos mais de R$ 30 milhões em treinamentos e capacitação, aumento de 12,5% se comparado ao 1S18.

Nossas receitas com prestações de serviços e tarifas bancárias cresceram R$ 889 milhões em relação ao 1S18 e alcançaram R$ 14.234 milhões, o que demonstra o sucesso da nossa estratégia de relacionamento e da constante e crescente especialização e inovação na oferta de produtos financeiros. O rejuvenescimento de nossa base de clientes é uma das estratégias mais relevantes nesse cenário. Estar à frente desse movimento, que chamamos de Indústria Financeira 4.0, será fundamental para enfrentarmos os novos e os antigos desafios.

Dessa maneira, nosso Índice de Eficiência Ajustado (acumulado 12 meses) alcançou 36,2%, melhora de 170 bps em relação ao 2T18 e 223 bps em relação ao 2T17. Nosso Índice de Capital atingiu 18,57% em junho/2019, sendo 10,01% de capital principal. Nossa estratégia continua sendo a geração orgânica de capital, pautada por resultados crescentes e pela alocação de capital orientada pela otimização da relação risco versus retorno.

Nossa carteira de crédito caiu 1,8% em comparação a jun/18, com destaque positivo para o portfólio com Pessoas Físicas, com elevação de R$ 14.419 milhões, especialmente em empréstimo pessoal (97,0%), em crédito consignado (R$ 6.011 milhões) e em financiamento imobiliário (R$ 2.462 milhões).

Encerramos o Plano Safra 2018/2019 com R$ 82.331 milhões desembolsados, aumento de 2,4% em relação ao plano anterior. Anunciamos também o Plano Safra 2019/2020, com disponibilidades de até R$ 103 bilhões, valor 20% superior ao realizado no Plano Safra anterior. Serão R$ 91,5 bilhões para o crédito rural e R$ 11,5 bilhões para o crédito agroindustrial.

Nossa carteira de agronegócio reduziu 3,6%, sendo que a carteira rural atingiu R$ 166.764 milhões, incremento de 0,7%. Destaque para as linhas com recursos livres, que atingiram 76,1% do total, e para o CPR (Cédula de Produto Rural) que evoluiu 465,4% no período. Estimulamos a contratação de mecanismos de proteção (seguro agrícola, Proagro ou opções) nas operações de custeio agrícola. A estratégia é aperfeiçoada a cada nova safra e considera diversas informações das operações demandadas pelos clientes, como o risco da atividade, a cultura a ser financiada e o local do financiamento. Para a safra 2018/2019, a utilização de mitigadores de risco na contratação de operações de custeio agrícola atingiu 62,9% do total.

Expandimos nosso atendimento especializado em agronegócios por meio dos Espaços Agro, ambientes personalizados e adaptados ao contexto do produtor rural, com o objetivo de estreitar o nosso relacionamento com os clientes e melhorar a experiência do atendimento. Atualmente, temos 28 agências customizadas para o atendimento especializado, com expectativa de ambientação de mais 116 espaços até setembro.

Nosso protagonismo no agronegócio é sustentado por atendimento de excelência somado à ampla utilização de nossas soluções tecnológicas específicas para o segmento.

Já na carteira para Pessoas Jurídicas (PJ), destaque para o crescimento de 3,2% (R$ 1.889 milhão) em comparação ao 1S18 no segmento de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME - Faturamento anual de até R$ 200 milhões), segundo semestre consecutivo de crescimento. Um dos objetivos é que a carteira cresça de forma sustentável, com desembolsos nas linhas de melhor risco x retorno, como capital de giro, que alcançou R$ 25.644 milhões, 37,1% de crescimento em relação ao 1S18.

No segmento de Grandes Empresas, buscamos atender às demandas por financiamento de nossos clientes por meio de nosso banco de investimento (BB BI) em captações e emissões via mercado. Essa estratégia reduz o risco de crédito e o consumo de capital, bem como fomenta o desenvolvimento do mercado de capitais no país.

Nossa Carteira Classificada tem exposição de 91,9% nos risco AA-C, que são os quatro melhores *ratings* - que exigem menores PCLD e nosso Risco Médio, divisão entre nosso saldo em PCLD e nossa carteira, atingiu 5,7% no mesmo mês enquanto no SFN alcançou 6,3%.

No mesmo período, recuperamos R$ 3.219 bilhões de créditos baixados para perda, alta de 16,8% em relação ao mesmo semestre de 2018. Destaque para o valor recuperado em caixa equivalente a 42,2% do total. O patamar de recebimento em caixa foi o maior da série histórica. Reduzimos também o Inad +90 da Carteira Renegociada, que atingiu 15,8%, frente a 19,6% em junho/2018.

Atingimos R$ 1.053 bilhão em ativos sob nossa gestão e 23,5% de participação de mercado nesse segmento, fruto do esforço de oferta de produtos de investimento por nossa rede e canais digitais, além da diversificação do portfólio e a credibilidade alcançada pela nossa marca. Nossa unidade estratégica de investimentos, estrutura especializada na criação de produtos e no atendimento aos clientes investidores, completou dois anos.

Dentro do objetivo estratégico de alienar ativos que não fazem parte do nosso *core business*, alienamos, nesse semestre, nossa participação na Neoenergia e na Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE) e iniciamos a liquidação da BB Turismo.

Adicionalmente, comunicamos em julho a alienação, por meio de oferta pública de distribuição secundária, de 15,23% das ações ordinárias do IRB - Brasil Resseguros S.A. (IRB), de titularidade de nossa controlada, a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros). No mesmo mês, alienamos também a totalidade de nossa participação societária na Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec).

Nossas estimativas de desempenho para o final de 2019 estão cumpridas, até o momento, em seis itens dos nove itens divulgados. Destacamos o total comprometimento na entrega desses indicadores, a despeito dos desafios inerentes à nossa atividade nesse ano. Confiamos no potencial da nossa economia, na capacidade comercial de nosso time e no nosso planejamento para o atual cenário.

**Tabela 1. Estimativas para 2019**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Estimativas 2019** | **Observado 1S19** | | **Estimativas Revisadas** |
| **Lucro Líquido Ajustado - R$ bilhões** | **14,5 a 17,5** | **8,7** |  | **Mantido** |
| **Margem Financeira Bruta - %** | **3,0 a 7,0** | **4,5** |  | **Mantido** |
| **Carteira de Crédito ⁽¹⁾ ⁽²⁾ - %** | **3,0 a 6,0** | **1,1** |  | **-2,0 a 1,0** |
| **Pessoa Física - %** | **7,0 a 10,0** | **9,7** |  | **8,0 a 11,0** |
| **Pessoa Jurídica ⁽²⁾ - %** | **0,0 a 3,0** | **-6,3** |  | **-13,0 a -10,0** |
| **Rural - %** | **3,0 a 6,0** | **2,4** |  | **Mantido** |
| **Despesa de PCLD Líquida - R$ bilhões** | **-14,5 a -11,5** | **-6,7** |  | **Mantido** |
| **Rendas de Tarifas - %** | **5,0 a 8,0** | **6,7** |  | **Mantido** |
| **Despesas Administrativas - %** | **2,0 a 5,0** | **0,3** |  | **Mantido** |

(1) Carteira doméstica orgânica, adicionada de TVM Privados e Garantias. (2) Não considera crédito a Governo.

**1.Estratégia Corporativa**

Nossa Visão é “Ser a empresa que proporciona a melhor experiência para a vida das pessoas e promove o desenvolvimento da sociedade, de forma inovadora, eficiente e sustentável” e cinco perspectivas nos guiam nessa direção:

a) Financeira: priorizamos o crescimento da rentabilidade, a elevação e a diversificação das receitas com prestação de serviços, a melhoria da eficiência operacional, a adequação do capital e a redução das perdas operacionais.

b) Clientes: temos por objetivo proporcionar experiências de valor para os clientes, em todos os canais de relacionamento, priorizando ações que ampliem negócios, que favoreçam o aumento da satisfação, a retenção e a atração de novos clientes.

c) Processos: continuaremos investindo na aceleração da transformação digital e no desenvolvimento de inteligência analítica, por meio dos quais temos aperfeiçoado processos, produtos e canais, tornando-os mais simples, ágeis, inovadores e integrados à experiência do cliente.

d) Pessoas: continuamos pautados pela meritocracia nos programas de atração, retenção, sucessão e reconhecimento de talentos e promovendo cultura de resultado, agilidade e inovação.

e) Sustentabilidade: Temos foco em aprimorar o desempenho em sustentabilidade, nas dimensões econômica, social e ambiental, dado que a geração de retornos sustentáveis no longo prazo pressupõe ir além das questões financeiras e dos riscos tradicionais.

Apresentemos a seguir os principais destaques e fatos relevantes de nossa atuação no semestre:

**Janeiro**

Fomos considerados o banco mais sustentável do mundo no *ranking* Global 100 de 2019, da *Corporate Knights*. O anúncio, realizado no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, lista o Banco do Brasil em primeiro lugar no segmento financeiro e em oitavo lugar no *ranking* mundial, dentre as mais de 7.500 empresas de 21 países diferentes. Um dos destaques do BB para a classificação no *ranking* foi a alocação de R$ 193 bilhões em setores da Economia Verde.

Aceleramos a implantação do nosso modelo de especialização do atendimento de varejo, que engloba 106 municípios, 1.692 agências, 23 milhões de clientes e cerca de 44% do resultado desse segmento. O modelo de atendimento especializado contribui para elevação de satisfação e lealdade dos clientes, com redução de 25% no tempo médio para atendimento e solução, ganhos de eficiência e ênfase da estrutura orientada para negócios.

**Fevereiro**

Ficamos entre os primeiros lugares na Pesquisa Focus do Banco Central (pesquisa que mensura o aprimoramento da capacidade preditiva e reconhece seu esforço analítico). Ficamos em primeiro lugar nos indicadores “IGP-M – Médio Prazo Anual” e “IGP-M – Longo Prazo Anual” e na segunda posição no indicador “Taxa de Câmbio – Médio Prazo Anual” no “*Ranking* Top 5 Anual” de 2018.

Fomos Destaque como o “Melhor Banco para Investir” na categoria “Fundos Renda Fixa”. O *ranking*, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e divulgado pela revista Istoé Dinheiro, tem como objetivo premiar os bancos que oferecem os melhores serviços e fundos de investimento ao público Varejo e Varejo Alta renda.

Participamos da 31ª edição do Show Rural Coopavel em Cascavel – PR. Um dos destaques do evento foi a realização do primeiro Show Rural Digital, que teve como tema a tecnologia e inovação como fatores de desenvolvimento da produtividade sustentável do agronegócio. O evento serviu de vitrine para a divulgação de soluções digitais exclusivas do BB, como por exemplo o CPR Digital, solução que permite ao cliente emitir, pelo App BB, diversas cédulas sem ter de ir ao cartório, para isso, o produtor rural precisa ir uma única vez até a agência para formalizar o contrato de teto, podendo resolver todos os outros trâmites pelo aplicativo.

**Março**

Realizamos captação pública de dívida sênior, por intermédio do *Euro Medium Term Note Programme*, no montante de US$ 750 milhões, com vencimento em março de 2024 e cupom de 4,75% ao ano. As notas foram ofertadas no exterior, aos investidores institucionais.

Recebemos a premiação, na categoria inovação, de “melhor assistente cognitivo” na *Bots* Brasil Awards 2019.

**Abril**

Estivemos presentes em mais uma edição do Agrishow, a maior feira de tecnologia para o agronegócio do Brasil, onde disponibilizamos um bilhão de reais para acolhimento de propostas e mobilizamos mais de 200 funcionários para atendimento e geração de negócios durante o evento.

Participamos da 18ª edição do Tecnoshow Comigo 2019, realizado na cidade de Rio Verde – GO, é uma das mais importantes feiras de tecnologia agropecuárias, com foco em vendas de máquinas e equipamentos. O evento contou com 118 mil visitantes e 580 expositores, distribuídos em uma área de 60 hectares, onde apresentamos diversas soluções para simplificar a vida do produtor rural e prospectamos, através da assistência de mais de 100 de nossos funcionários, volume superior a R$ 1 bilhão em propostas.

Patrocinamos a 12ª edição da *Brasil Game Show* – BGS, a maior feira de games da América Latina. Os clientes com Ourocard puderam entrar com uma hora de antecedência no evento. O patrocínio faz parte da nossa estratégia de rejuvenescimento da base de clientes.

Realizamos nova onda de ampliação do nosso modelo especializado varejo, que alcançou 242 municípios, 1.891 agências, 28 milhões de clientes e 48% do resultado do segmento. Entre os resultados, destaca-se o aumento de 20% na quantidade de atendimentos realizados dentro do prazo desejável, redução de 30% na taxa de senhas abandonadas no atendimento das agências, além de elevação de 13% no índice geral de satisfação dos clientes.

**Maio**

Patrocinamos a 12ª edição da Agrobrasília, feira internacional dos cerrados e vitrine das tecnologias para o agronegócio. Durante os cinco dias do evento, acolhemos mais de R$ 400 milhões em propostas que vão desde o crédito rural, seguros agrícolas e pecuários e consórcio (de trator e caminhão, imóveis rurais, semoventes, sistema de energia solar e aquisição de material genético bovino).

**Junho**

Nossos analistas de pesquisa foram reconhecidos no *Ranking* Broadcast Analistas, realizado pela Agência Estado, conquistando o terceiro e o sétimo lugares entre os Top 10 premiados pela instituição. Desde 2013, o BB Investimentos vem marcando presença no *Ranking* Broadcast Analistas.

Recebemos o prêmio de Instituição mais inovadora da América Latina, pela The Innovaters 2019 – Global finance, pelo case “*Digital Financial Assistance using WhatsApp*”;

Concluímos a instalação de mais de 3.000 Terminais Recicladores em nossas agências, ação que contribui para a eficiência operacional pois diminuem o numerário em circulação nessas dependências e para a melhoria da experiência do cliente dado que os depósitos realizados nesses terminais sensibilizam imediatamente a conta do recebedor.

**2.Economia**

**Brasil**

A atividade econômica não evoluiu conforme o esperado. Após quase dois anos de crescimento, o PIB recuou no primeiro trimestre puxado pela contração da agropecuária e da indústria. Questões climáticas, que afetaram negativamente a produtividade de grãos, eventos não esperados, como o rompimento da barragem em Brumadinho, paralisaram alguns setores da cadeia extrativa e tiveram impactos adversos sobre a produção industrial no período. Contudo, o ambiente mais desafiador não se restringiu e esses choques, afetando também outros setores mais intensivos em mão de obra como construção civil, comércio e transporte, impactando inclusive a confiança dos agentes e decisões de investimentos.

Por conta desse cenário, o mercado de trabalho recuperou-se de forma ainda moderada, sendo que grande parte dos empregos criados estiveram concentrados no setor informal da economia. Apesar disso, o crédito do Sistema Financeiro Nacional manteve-se relativamente aquecido, especialmente na modalidade de crédito livre (veículos e crédito pessoal).

Pelo lado monetário, apesar da inflação acima da meta prevista pelo Banco Central, nos primeiros meses de 2019, importante processo de desaceleração está em curso, com o arrefecimento dos efeitos dos choques de alimentos. Por fim, as contas fiscais continuam limitando o espaço para ampliação dos gastos do Governo e a discussão da reforma da previdência avançou, com perspectiva de aprovação final ao longo do segundo semestre.

**Mundo**

No ambiente externo, apesar da surpresa positiva vinda do crescimento de importantes economias avançadas, as tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China passaram afetar negativamente as expectativas de crescimento para o restante do ano, tanto de nações avançadas como emergentes. Nesse contexto, os principais bancos centrais deram sinais mais claros de interrupção no processo de elevação nas taxas de juros ao longo do primeiro semestre deste ano, sendo que, em alguns casos, há uma grande probabilidade de flexibilização monetária ainda em 2019.

**3.Desempenho Financeiro, Indicadores de mercado e** **Atendimento aos Acionistas**

O relatório Análise do Desempenho, divulgado trimestralmente na mesma data que as Demonstrações Financeiras, traz análise abrangente e profunda dos nossos resultados e está disponível para consulta no sítio de Relações com Investidores (bb.com.br/ri).

Apresentamos abaixo os principais números relativos ao nosso desempenho no semestre. Esse resultado é a materialização da nossa estratégia corporativa.

**Tabela 2. Destaques Financeiros**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Demonstrações Contábeis Individuais** | | **Demonstrações Contábeis Consolidadas** | |
|  | **1S18** | **1S19** | **1S18** | **1S19** |
| **Resultado (R$ milhões)** |  |  |  |  |
| Lucro Líquido | 5.835 | 8.120 | 5.884 | 8.212 |
| Resultado Bruto da Intermediação Financeira | 11.464 | 16.368 | 14.549 | 18.101 |
| Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias | 9.409 | 9.786 | 13.346 | 14.234 |
| Despesas Administrativas¹ | (15.617) | (16.754) | (16.448) | (17.487) |

1. Composta pela soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Demonstrações Contábeis Individuais** | | **Demonstrações Contábeis Consolidadas** | |
|  | **Jun/18** | **Jun/19** | **Jun/18** | **Jun/19** |
| **Patrimoniais (R$ milhões)** |  |  |  |  |
| Ativos | 1.513.355 | 1.601.798 | 1.449.930 | 1.541.400 |
| Carteira de Crédito Classificada | 622.948 | 614.476 | 637.677 | 626.322 |
| Depósitos Totais | 461.222 | 491.363 | 475.538 | 505.515 |
| Patrimônio Líquido | 91.568 | 91.686 | 102.638 | 101.930 |
| **Índice de Basileia (%)** | 18,45% | 18,57% | 18,45% | 18,57% |

Nossas ações (BBAS3) mantiveram presença em todos os pregões da B3 e representavam 4,19% do Ibovespa para o quadrimestre de maio a agosto de 2019. Mantivemos também um programa de ADR nível 1 (BDORY), negociado no mercado de balcão nos Estados Unidos.

Nossa composição acionária, ao final de junho, era assim distribuída:

**Tabela 3. Composição Acionária**

|  |  |
| --- | --- |
|  | **Jun/19** |
| **Total** | **2.865.417.020** |
| **(a) União Federal** | **1.453.493.742** |
| **(b) Free Float** | **1.332.879.313** |
| Previ | 145.280.214 |
| PF | 163.863.149 |
| PJ | 321.098.368 |
| Capital Estrangeiro | 702.637.582 |
| **Memb. CA, CD e Dir. Exec** | **107.463** |
| **Demais** | **78.936.502** |
| Incorporação BESC | 9 |
| Ações em tesouraria | 78.936.493 |
| **Free Float (%) - b/(a+b) ⁽¹⁾** | **47,8%** |

(1) *Free Float* ex Membros do CA, CD, Diretoria Executiva e Demais.

Disponibilizamos relatórios e informações à CVM e no sítio de Relações com Investidores e mantemos equipe dedicada ao relacionamento com analistas e investidores. Realizamos 655 atendimentos no semestre, incluindo telefônicos e participação em reuniões e eventos. Com os investidores institucionais, realizamos 284 reuniões, incluindo participação em seis conferências no país e outras dez no exterior, além de cinco *non-deal roadshows* no Brasil e no exterior. Promovemos ainda duas teleconferências de resultado e reuniões com clientes acionistas em dois de nossos escritórios *Private*.

Lançamos em janeiro nosso novo Portal de Relações com Investidores, um leiaute mais moderno, novas funcionalidades e tecnologia responsiva, que se adapta ao tamanho das telas de diferentes dispositivos móveis e plataformas.

**Tabela 4. Indicadores de Mercado**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **1S18** | **1S19** |
| Valor Patrimonial - BBAS3 (R$) - Individual | 32,88 | 32,90 |
| Valor Patrimonial - BBAS3 - Consolidado (R$) | 36,85 | 36,58 |
| Cotação de Fechamento - BBAS3 (R$) | 28,7 | 53,9 |
| Lucro por Ação (R$) | 2,1 | 2,9 |
| Retorno sobre Ativos (%) - Individual | 0,4 | 0,5 |
| Retorno sobre Ativos (%) - Consolidado | 0,8 | 1,1 |
| Retorno sobre Patrimônio Líquido (%) - Individual | 13,0 | 17,7 |
| Retorno sobre Patrimônio Líquido (%) - Consolidado | 12,1 | 16,5 |
| JCP (R$ milhões) | 1.781 | 3.298 |
| Cotação ADR (US$) | 7,3 | 14,0 |

**4. Capital**

Solidez e confiabilidade são essenciais para um banco. Por isso, no Banco do Brasil, possuímos Plano de Capital com visão prospectiva de três anos, considerando (a) a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, (b) a Estratégia Corporativa e (c) o Orçamento Corporativo.

O nosso Índice de Capital Principal (ICP) atingiu 10,01% em junho de 2019, enquanto que o Índice de Basileia (IB) chegou a 18,57%. No mesmo período, o Índice de Capital Nível I (INCI) chegou a 13,41%. A redução no ICP, observada em junho/2019, foi influenciada, em grande medida, pelo impacto atuarial associado às entidades de previdência privada e de saúde complementar patrocinadas pelo Banco do Brasil.

Nosso foco continua na geração orgânica de capital. Além disso, seguindo nossa Declaração de Apetite e Tolerância a Risco e Plano de Capital, para janeiro de 2022, nossa meta é manter pelo menos 11,0% de Índice de Capital Principal.

**5.Negócios do Conglomerado**

Buscamos oferecer a solução financeira mais completa para os nossos clientes. Além do crédito, o negócio mais relevante, nossas soluções contemplam operações de captação, investimentos, tesouraria, pagamentos e serviços de forma geral. Em sinergia com esses negócios, atuamos também por meio de empresas em diversos segmentos.

A seguir, trazemos os principais mercados em que atuamos:

**Seguridade**

A BB Seguridade é a empresa do Banco do Brasil que concentra os negócios de seguros, previdência aberta, capitalização, planos odontológicos e corretagem. Constituída em 2012, a companhia é resultado de reorganizações societárias empreendidas desde 2008 e que culminaram na abertura de seu capital em abril de 2013.

No 1S19, a BB Seguridade lucrou R$ 2.092 milhões, com Retorno sobre o Patrimônio Líquido (RSPL) de 60,0%.

Outras informações sobre a BB Seguridade e os negócios do segmento de seguros podem ser consultados no relatório Análise do Desempenho da empresa, disponível no sítio de Relações com Investidores da BB Seguridade (*bbseguridaderi.com.br*).

**Meios de Pagamento**

Operamos no segmento pela holding BB Elo Cartões Participações S.A., que concentra a participação no capital da Cielo S.A, além dos negócios da Alelo, Cateno, Livelo e Stelo.

A nossa ampla base de clientes, a qualidade e a diversidade dos serviços prestados nos tornam um dos principais emissores das bandeiras Elo, Visa e Mastercard.

Outras informações sobre a Cielo e os negócios do segmento de meios de pagamento podem ser consultados no relatório Análise do Desempenho da empresa, disponível no sítio de Relações com Investidores da Cielo (*ri.cielo.com.br*).

**Gestão de Recursos**

A BB Gestão de Recursos DTVM (BB DTVM) manteve a liderança na indústria de fundos de investimentos, com participação de mercado de 23,5% e um total de R$ 1.053 bilhão em recursos administrados (incluem recursos geridos pela BB DTVM e por outras instituições), crescimento de 14,5% em relação ao 1S18.

Em relação à segmentação por investidor, segundo o *ranking* Global de Administração de Recursos da Anbima de junho/19, a nossa gestora de recursos foi líder nos segmentos: Poder Público (63,7%), Investidores Institucionais (26,7%) e Varejo (44,7%).

**Mercado de Capitais**

Estamos presentes no mercado de capitais doméstico por intermédio do BB-Banco de Investimento S.A. (BB-BI), e no exterior por meio das corretoras *BB Securities Ltd* (Londres), Banco do Brasil *Securities LLC* (Estados Unidos) e *BB Securities Asia Pte. Ltd.* (Cingapura), com foco em investidores de varejo e institucionais. Nossa cobertura é global e atuamos em operações de renda fixa e variável, fusões e aquisições, assessoria em transações de *Project Finance*, oferecendo aos clientes diferentes alternativas de financiamento e acesso a investidores no Brasil e no exterior.

Participamos, como coordenador líder da oferta de ações (IPO) da Neoenergia, que movimentou R$ 3,2 bilhões e configurou a maior abertura de capital do setor energético na bolsa de valores brasileira desde 2004 e o maior IPO realizado desde dezembro de 2017. Ainda neste semestre, nosso BB BI participou das ofertas de Centauro (IPO), IRB (*follow-on*) e BTG Pactual (*follow-on*).

**Consórcios**

Comercializamos mais de 180 mil novas cotas de consórcios, totalizando R$ 6,0 bilhões em volume de negócios, aumento de 17,9% em relação ao 1S18. Desse total, 21,8% foram realizados via canais digitais. O volume de receita de prestação de serviços foi de R$ 587,7 milhões, 36,5% maior que o mesmo período em 2018.

Destaque para os consórcios de motocicletas, de automóveis e de imóveis. No segmento de motocicletas, a quantidade de cotas vendidas cresceu 48,6%, de modo que alcançamos a segunda posição em quantidade de cotas nesse produto. Os consórcios de automóveis e de imóveis corresponderam a 84,9% do volume de nossa carteira, sendo 65,3% e 19,6% respectivamente.

**6.Transformação Digital**

A era digital afetou hábitos e comportamentos do consumidor, de modo que o seu grau de exigência aumentou. Donos de poder sem precedentes de troca de informações e de influência no espaço de debate, os consumidores demandam diálogo, compromisso e transparência das empresas. Nesse contexto, em vez de observar a mudança acontecer, o Banco do Brasil tem a capacidade de tornar-se protagonista, também, nos canais digitais. Podemos nos voltar para o novo sem abrir mão de nossos valores e de nossa identidade.

Na era da inovação, é preciso dedicar esforço para sermos protagonistas das mudanças. Por isso, mantemos programas de inovação, integrando a participação de funcionários de diversas áreas, com diferentes competências, a fim de fortalecer nossa cultura digital. Iniciativas como o Pensa BB, o *Action* e o *Hackathon* viabilizam a seleção e implementação de ideias para solucionar problemas e enfrentar novos desafios. Nossa presença no ecossistema mais inovador do mundo, o Vale do Silício, dentro da *Plug and Play*, uma das maiores aceleradoras de *startups* do planeta, nos permite estimular o intraempreendedorismo de vanguarda, por utilizar metodologias ágeis para experimentação.

O mundo conectado e interdependente é cheio de novas ideias. Não mudamos sozinhos, e sim em colaboração com outras partes, com trocas de informações e atitudes enriquecedoras. Por um lado, temos clientes nativos digitais, que esperam que a tecnologia os ajude a conseguir o que querem, onde e quando desejarem. Por outro, existem clientes que valorizam as relações interpessoais e buscam atendimentos mais próximos. Em determinados temas, dispensam o “aqui e agora” em prol do sentimento de segurança e confiança, embora não deixem de exigir interações com excelência, atendimento ágil e ofertas personalizadas.

Como exemplo de solução para ampliar nossos resultados e gerar negócios com ênfase na experiência do cliente, temos a ferramenta de NBO (*Next Best Offer*), tecnologia de *Analytics e Big Data* que indica os melhores produtos a serem ofertados com inteligência artificial, por meio da análise das informações de 50 milhões de clientes. Cada nova interação adiciona mais inteligência à ferramenta, o que amplia a assertividade da oferta para serviços e produtos, como crédito, consórcio, seguridade, captação entre outros.

Com base nessa tecnologia, como medida para gerar eficiência e ampliar os negócios, implantamos nova dinâmica de trabalho em mais de 1.300 agências especializadas no atendimento de varejo. Desde junho, a inteligência analítica para abordagens comerciais está integrada ao nosso sistema de gestão de filas presenciais e à solução de telefonia digital. Com isso, nos momentos em que não há demanda por atendimento presencial nas agências, os funcionários acessam listas para realização de oferta ativa aos clientes com propensão para o consumo de determinados produtos. Esses colaboradores são reconhecidos pelas ofertas e concretizações de vendas.

Dessa maneira, nossa força de vendas tem à disposição informação de qualidade, o que permite estreitar e aprofundar o relacionamento com nossos clientes. Essa informação também é utilizada por nossas equipes de estratégia e *marketing*, a fim de fortalecer nossa marca.

Em junho, lançamos em nosso portal a abordagem “Momentos de Vida”, que busca apresentar as soluções mais adequadas às necessidades do cliente em cada fase da vida.

Avançamos com o processo de implantação do Sistema de Controle de Depósitos Judiciais – SisconDJ, ferramenta que permite a interligação entre os nossos sistemas e dos TJ (Tribunais de Justiça) e TRT (Tribunais Regionais Trabalhistas), o que desonera a estrutura de atendimento das agências, reduz os riscos operacionais e traz automatização, agilidade e eficiência para a gestão e execução dos procedimentos de resgate e acolhimentos dos depósitos judiciais. A implantação do sistema atingiu 26,1% dos resgates com 564 mil transações e a expectativa é que até o final de 2019 todos os TRT estejam interligados.

Ainda, no atendimento aos Entes Públicos, disponibilizamos soluções de arrecadação digital, como a “Arrecadação *Online*”, a “Lista de Débitos” e “Arrecadação nos Caixas Eletrônicos para não clientes”, evitando a impressão de documentos, mesmo vencidos, o que proporciona aos contribuintes comodidade e agilidade no pagamento de impostos e taxas e aos Entes Públicos a modernização da gestão fiscal. Estas soluções já foram implementadas com sucesso nos estados da Bahia, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

Fomos destaque do Prêmio eFinance 2019, realizado desde 2001 pela Editora Executivos Financeiros, que tem sido um dos eventos mais valorizados pelo mercado bancário nacional e acontece durante a Ciab Febraban. Na ocasião, vencemos 9 das 36 categorias, com 38 *cases* premiados e nosso Diretor de Tecnologia recebeu o prêmio de CIO do ano. Além disso, recebemos os prêmios de instituição financeira mais inovadora da América Latina e de melhor solução financeira de inovação, com o assistente virtual no *WhatsApp*. O reconhecimento foi dado pela revista americana Global Finance, uma das mais importantes do setor do mundo na edição de junho.

No Banco do Brasil acreditamos que, para estabelecermos relações duradouras com clientes, precisamos fortalecer a inovação em nossa cultura e abraçar a revolução que a alimenta: a transformação digital.

**7.Pessoas**

As nossas políticas e práticas de gestão de pessoas são norteadas pela meritocracia, compromisso com os valores da empresa, foco na experiência do cliente, transformação digital e inovação. Apresentamos a seguir o perfil dos nossos funcionários:

**Tabela 5. Perfil de Funcionários**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **1S18** | **1S19** |
| **Perfil de Funcionários** |  |  |
| **Funcionários** | 97.675 | 96.168 |
| Feminino | 40.475 | 40.054 |
| Masculino | 57.200 | 56.114 |
| **Escolaridade** |  |  |
| Ensino Médio | 15.901 | 13.928 |
| Graduação | 39.957 | 37.288 |
| Especialização, Mestrado e Doutorado | 41.627 | 44.760 |
| Demais | 190 | 192 |
| **Distribuição Geográfica** |  |  |
| Norte | 4.316 | 4.176 |
| Nordeste | 16.313 | 15.990 |
| Centro-Oeste | 16.792 | 16.836 |
| Sudeste | 42.950 | 42.229 |
| Sul | 17.274 | 16.910 |
| Exterior | 30 | 27 |
| **Rotatividade de Funcionários (%)** | 1,46 | 0,88 |

No primeiro semestre de 2019, por meio da Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UniBB), investimos R$ 27,8 milhões em educação corporativa. A UniBB possui em andamento 3.003 bolsas de graduação, 2.550 de pós-graduação e 790 bolsas de idiomas.

Em abril lançamos o Mapa de Carreira, um ambiente de orientação profissional on-line disponível para todos os funcionários no Portal UniBB, com o objetivo de auxiliá-los na construção de um plano de desenvolvimento e de carreira. Apresentamos alguns destaques de treinamentos disponibilizados na UniBB:

* O Game DesEnvolVer, lançado em 2017 para capacitar funcionários que ainda não assumiram funções gerenciais, concluiu sua última etapa, a Startupse. Nela, os participantes puderam enviar suas ideias de soluções digitais para a melhoria da experiência do cliente, e as melhores ideias foram desenvolvidas durante três dias, em parceria com o Laboratório de Inovação do BB (LaBBs). A ideia vencedora propôs a melhoria para o financiamento de veículos via App BB.
* A Trilha de Transformação Digital foi atualizada e recebeu novos cursos que abordam temas como big data e Internet das Coisas (IoT), curadoria, criação de KPI’s, *canvas*, *scrum*, e outros assuntos aderentes ao processo de transformação digital. Com a inclusão desses cursos, a trilha conta agora com 45 soluções educacionais, disponíveis para todos os funcionários.
* O Programa Liderança Feminina, no ar desde 2018, com foco no desenvolvimento de competências da liderança feminina, finalizou mais uma etapa com a realização de um processo de coaching coletivo para mais de 300 gestores e gestoras de todos os níveis organizacionais. Os resultados do Programa foram disseminados para todos os funcionários por meio uma videoaula, disponível no Portal UniBB.

**Tabela 6. Remuneração e Benefícios**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Demonstrações Contábeis Individuais** | | **Demonstrações Contábeis Consolidadas** | |
| **R$ milhões** | **1S18** | **1S19** | **1S18** | **1S19** |
| Folha de pagamento¹ | 8.636 | 8.697 | 9.326 | 9.335 |
| Previdência Complementar² | 782 | 822 | 782 | 822 |
| Planos de Saúde² | 932 | 618 | 932 | 618 |
| Participação nos Lucros e Resultados³ | 748 | 1.052 | 748 | 1.052 |
| Treinamento⁴ | 25 | 27 | 27 | 30 |

1. Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas, conforme nota explicativa 21 – Outras Rec./Desp. Operacionais. (2) Custeio dos planos de previdência complementar e de saúde, conforme Nota Explicativa de Benefícios a Empregados. (3) Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Demonstração do Resultado do Exercício. (4) Conforme Nota Explicativa 21 – Outras Rec./Desp. Operacionais.

O Programa Qualidade de Vida (QVT) foi relançado nesse semestre. A reformulação ampliou o escopo, avançou no alinhamento às melhores práticas e trouxe inovações. Com essa nova configuração, o Programa busca contribuir para a melhoria dos indicadores de saúde e redução de absenteísmo. Dentre as novidades, estão os "Combos QVT", que propõem ações promotoras de saúde e bem-estar desenvolvidas com base no resultado do Exame Periódico de Saúde; e o Aplicativo QVT, espaço virtual criado para disseminar as ações implementadas e conteúdos relacionados ao tema (alimentação, saúde, atividade física, entre outros), visando a maior efetividade do Programa.

**8.Governança Corporativa**

A estrutura de governança corporativa do BB é formada pela Assembleia Geral de Acionistas; pelo Conselho de Administração (CA) e seus comitês de assessoramento – Comitê de Auditoria (Coaud), Comitê de Remuneração e Elegibilidade (Corem) e Comitê de Riscos e de Capital (Coris); pela Diretoria Executiva (Direx); pelo Conselho Fiscal (CF); e pela Auditoria Interna.

Em todos os níveis do Banco as decisões são tomadas de forma colegiada. A administração se utiliza de comitês que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão. Durante o primeiro semestre de 2019, o nosso Conselho de Administração aprovou:

1. A revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas.

2. Em 26 de abril, a Assembleia Geral de Acionistas aprovou alterações no Estatuto Social. Essas alterações foram decorrentes, dentre outras, da adequação ao previsto no novo Regulamento do Novo Mercado da B3, segmento mais exigente da bolsa brasileira em termos de governança, no qual nossas ações (BBAS3) estão listadas desde 2006.

3. Em maio, o Conselho de Administração aprovou a nova versão da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa.

Esses aprimoramentos permitem que os nossos documentos de governança se mantenham atualizados em relação à regulamentação vigente, bem como às melhores práticas de governança, reafirmando o nosso compromisso com a adoção de uma gestão sólida e transparente e reforçando a transparência no relacionamento com a sociedade e os investidores.

**9.Gestão de Riscos, Controles Internos e Segurança Institucional**

A nossa atuação é pautada nas políticas e processos aprovados pela Alta Administração e materializa-se nas atividades associadas à gestão de riscos, aos controles internos e à segurança institucional.

**Gestão de Riscos**

Nossa Gestão de Riscos contempla a aprovação, pelo CA, da Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, que estabelece o nível máximo de risco que aceitamos incorrer em nossos negócios. Cabe notar que o apetite e a tolerância a riscos levam em conta os níveis de exposição a riscos e os índices de adequação de capital dentre outros aspectos.

A governança de gerenciamento de riscos busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos, bem como aprimorar a gestão dos riscos. Para garantir o atingimento desses objetivos, adotamos estruturas de governança e de gestão de riscos compatíveis com as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse, com o porte, a natureza do negócio e a complexidade dos produtos e serviços.

**Controles Internos**

Nosso Sistema de Controles Internos está consolidado. Os processos, produtos e serviços vêm sendo aprimorados continuamente com a implementação e revisão de controles, mitigadores, indicadores e a internalização de boas práticas em nossa estrutura de controle e governança corporativa. A adoção do Modelo de Linhas de Defesa induz o atingimento dos objetivos estratégicos, à medida que reforça as competências e responsabilidades de todo o Banco dentro da estrutura de gestão de riscos e controles.

Nosso Programa de Compliance estabelece princípios e diretrizes com foco no atingimento do estado de conformidade, sustentabilidade e segurança nos negócios, processos, produtos e serviços. Em relação à Política de Relacionamento com Clientes e Usuários, criamos metodologia para avaliar a maturidade de sua implementação, com o acompanhamento de indicadores de aderência e efetividade, visando garantir a satisfação do cliente e mitigar perdas operacionais.

No período, também promovemos aproximação com a nossa rede de agências pelo assessoramento contínuo e personalizado efetuado por nossas Gerências Regionais de Controles Internos. Essa estratégia reforça a visão de primeira linha de defesa nas unidades negociais e contribui para a disseminação da cultura de compliance e controle, com foco no gerenciamento de riscos, melhoria de processos e redução das perdas operacionais.

Adicionalmente, o processo de condução de falhas funcionais foi automatizado, passando a ser realizado em ambiente único, mais intuitivo e menos burocrático, contribuindo para melhorar a experiência do cliente, aumentando sua fidelização e realização de novos negócios.

Para demais informações sobre o Sistema de Controles Internos, programas e políticas, consulte o Formulário de Referência e o Programa de Compliance, disponíveis no sítio de Relações com Investidores (bb.com.br/ri).

**Segurança Institucional**

Avaliamos constantemente o nível de maturidade cibernética do Banco, inclusive com o suporte de consultoria especializada, para integração da Central de Operações de Segurança Cibernética às outras Centrais, que busca alcançar a sinergia entre as tecnologias de Analytics, BigData e Inteligência Artificial e os trabalhos de Gestão de Crises, Continuidade dos Negócios e Inteligência Estratégica.

Concluímos também o processo de centralização das análises de indícios de lavagem de dinheiro, que eram realizadas pelas agências, em centros especializados, o que permite maior especialização e segurança nas análises. Essa medida libera profissionais da rede para a realização de negócios e contribui com a construção de nosso resultado.

Revimos ainda a estratégia de locação de ambientes para garantir a continuidade de negócios diante de situações de crises, o que proporciona redução nos custos com aluguéis e a manutenção da efetividade da estratégia.

**10.Informações Legais**

Conforme critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 96,1% de nossos clientes pessoa jurídica do segmento varejo são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado por essas empresas atingiu R$ 24,4 bilhões em junho de 2019. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R$ 1,2 bilhão e das pequenas empresas R$ 16,3 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R$ 530 milhões e para as pequenas empresas R$ 6,3 bilhões.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, adotamos procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

Comunicamos ao mercado em 18 de março, de acordo com a Instrução CVM nº 308/99, artigo 28, que formalizamos em 27/02/2019 a contratação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para prestar serviços de auditoria externa a partir do exercício de 2019, em substituição à KPMG Auditores Independentes, tendo em vista o atingimento do limite legal de acréscimos de serviços contratados, conforme Lei 8.666/93, e a obrigatoriedade de rodízio da empresa contratada para realização de trabalhos de auditoria externa na BB Seguridade Participações S.A.

No período, contratamos a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R$ 424 mil, que representam 6,08% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados constam da tabela a seguir:

**Tabela 7. Contratação KPMG Auditores Independentes**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Empresas Contratante** | **Data de Contratação** | **Data Final do  Contrato** | **Descrição dos Serviços** | **Valor** |
| Cielo | 02/01/2019 | 31/05/2019 | Consultoria | 100.000 |
| BV Financeira S.A. | 01/01/2019 | 31/12/2019 | Consultoria | 135.880 |
| Banco Votorantim S.A. | 01/01/2019 | 31/12/2019 | Consultoria | 12.310 |
| BB Tóquio | 01/01/2019 | 31/12/2019 | Consultoria | 175.860 |

Em cumprimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que, no 1S19, nem a KPMG Auditores Independentes nem a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes prestaram serviços que pudessem afetar suas independências, ratificadas por meio da aderência de seus profissionais aos pertinentes padrões éticos e de independência, que cumpram ou excedam os padrões promulgados por IFAC, PCAOB, SEC, AICPA, CFC, CVM, Bacen, Susep, Previc e pelas demais agências reguladoras. Estas políticas e procedimentos que abrangem áreas como: independência pessoal, as relações pós-emprego, rotação de profissionais, bem como a aprovação de serviços de auditoria e outros serviços, estão sujeitas a monitoramento constante.

No Banco do Brasil, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

**Títulos e Valores Mobiliários**

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, afirmamos possuir a intenção e a capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

A abertura dos títulos por categoria e a reclassificação de títulos e valores mobiliários podem ser consultadas na nota explicativa 8 – Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos. Os valores referentes a ganhos e perdas não realizados no período, relativos a títulos e valores mobiliários, estão divulgados na nota explicativa 28 – Gerenciamento de Risco e Capital.

**Informações de Coligadas e Controladas**

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/76, informamos que os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão relacionados nas notas explicativas 3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e 14 – Investimentos.

**Esclarecimentos Adicionais**

1. Os investimentos fixos no período somaram o valor de R$ 628,2 milhões no 1S19, destacando o investimento em novos pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R$ 317,1 milhões) e em tecnologia da informação (R$ 291,8 milhões).
2. Possuímos R$ 931 milhões e R$ 957 milhões de créditos tributários não ativados em decorrência dos requisitos estabelecidos pelas Resoluções CMN 3.059 de 20.12.2002 e 3.355 de 31.03.2006 e apresentados na nota explicativa 24 - Tributos das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas relativas ao 1S19 respectivamente.
3. Mantivemos registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o montante de R$ 8.597.530.110 decorrentes de Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado Banco do Brasil.
4. Publicamos anualmente, em nossa Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível em nosso sítio (bb.com.br/ri), os investimentos realizados em decorrência do exercício de políticas públicas.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

Para mais informações, disponibilizamos no sítio de Relações com Investidores (bb.com.br/ri) o Formulário de Referência, Análise do Desempenho e Apresentação Institucional.

1. Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

| **ATIVO** | **Nota** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |
| **ATIVO CIRCULANTE** |  | **936.276.106** | **831.442.934** | **846.807.396** |
|  |  |  |  |  |
| **Disponibilidades** | [6](#BBCXE_Titulo) | **13.129.054** | **13.614.866** | **12.867.715** |
|  |  |  |  |  |
| **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez** | [7.a](#BBAPI01) | **519.368.381** | **412.306.070** | **426.698.705** |
| Aplicações no mercado aberto |  | 489.996.593 | 386.121.022 | 391.521.147 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros |  | 29.371.788 | 26.185.048 | 35.177.558 |
|  |  |  |  |  |
| **Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos** | [8](#BBTVM_Titulo) | **32.825.580** | **22.312.810** | **20.922.047** |
| Carteira própria |  | 22.570.810 | 19.892.244 | 16.651.896 |
| Vinculados a compromissos de recompra |  | 7.326.424 | 1.543.982 | 2.419.864 |
| Vinculados à prestação de garantias |  | 2.051.121 | 268.521 | 172.716 |
| Instrumentos financeiros derivativos |  | 877.225 | 608.063 | 1.677.571 |
|  |  |  |  |  |
| **Relações Interfinanceiras** |  | **72.056.396** | **64.762.041** | **77.419.646** |
| Pagamentos e recebimentos a liquidar | [9.a](#BBREI_Titulo) | 4.945.343 | 591.555 | 2.122.964 |
| Créditos vinculados | [9.b](#BBREI_Titulo) | 65.184.351 | 61.888.022 | 73.129.401 |
| Depósitos no Banco Central |  | 62.558.258 | 59.115.355 | 70.243.570 |
| Tesouro Nacional - recursos do crédito rural |  | 21.231 | 38.533 | 16.982 |
| SFH - Sistema Financeiro da Habitação |  | 2.604.862 | 2.734.134 | 2.868.849 |
| Correspondentes |  | 1.926.702 | 2.282.464 | 2.167.281 |
|  |  |  |  |  |
| **Relações Interdependências** |  | **27.531** | **254.747** | **153.411** |
| Transferências internas de recursos |  | 27.531 | 254.747 | 153.411 |
|  |  |  |  |  |
| **Operações de Crédito** | [10](#BBOPC_Titulo) | **171.895.308** | **186.269.969** | **184.450.864** |
| Setor público |  | 294.193 | 576.035 | 1.254.267 |
| Setor privado |  | 183.308.160 | 198.248.722 | 196.181.192 |
| Operações de crédito vinculadas à cessão |  | 491 | 505 | 718 |
| (Provisão para operações de crédito) |  | (11.707.536) | (12.555.293) | (12.985.313) |
|  |  |  |  |  |
| **Operações de Arrendamento Mercantil** | [10](#BBOPC_Titulo) | **110.065** | **106.335** | **147.338** |
| Setor privado |  | 115.303 | 113.772 | 157.360 |
| (Provisão para operações de arrendamento mercantil) |  | (5.238) | (7.437) | (10.022) |
|  |  |  |  |  |
| **Outros Créditos** |  | **126.138.123** | **131.161.499** | **123.518.877** |
| Créditos por avais e fianças honrados |  | 718.110 | 362.737 | 518.383 |
| Carteira de câmbio | [11.a](#BBCCM_Titulo) | 25.057.089 | 25.103.044 | 22.850.168 |
| Rendas a receber |  | 3.259.105 | 3.448.674 | 2.910.706 |
| Negociação e intermediação de valores |  | 595.396 | 509.122 | 383.528 |
| Créditos específicos | [12.a](#BBOUC_Titulo) | 493 | 493 | 493 |
| Diversos | [12.b](#BBOUC02) | 99.034.275 | 104.477.547 | 98.997.100 |
| (Provisão para outros créditos) |  | (2.526.345) | (2.740.118) | (2.141.501) |
|  |  |  |  |  |
| **Outros Valores e Bens** | [13](#BBOUV_Titulo) | **725.668** | **654.597** | **628.793** |
| Bens não de uso próprio e materiais em estoque |  | 633.179 | 551.276 | 516.648 |
| (Provisão para desvalorizações) |  | (158.813) | (155.818) | (146.094) |
| Despesas antecipadas |  | 251.302 | 259.139 | 258.239 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

| **ATIVO** | **Nota** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** |  | **605.123.936** | **585.458.532** | **603.122.479** |
|  |  |  |  |  |
| **REALIZÁVEL A LONGO PRAZO** |  | **576.781.211** | **555.165.692** | **571.395.226** |
|  |  |  |  |  |
| **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez** | [7.a](#BBAPI01) | **1.893.480** | **2.785.527** | **2.041.018** |
| Aplicações no mercado aberto |  | 198.895 | 754.933 | 508.672 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros |  | 1.694.777 | 2.030.594 | 1.532.346 |
| (Provisão para perdas) | -- | (192) | -- | -- |
|  |  |  |  |  |
| **Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos** | [8](#BBTVM_Titulo) | **142.086.939** | **128.783.655** | **135.080.939** |
| Carteira própria |  | 107.746.960 | 89.416.471 | 98.856.338 |
| Vinculados a compromissos de recompra |  | 31.124.004 | 36.071.681 | 33.289.092 |
| Vinculados à prestação de garantias |  | 2.900.589 | 3.220.404 | 2.869.054 |
| Instrumentos financeiros derivativos |  | 315.386 | 75.099 | 66.455 |
|  |  |  |  |  |
| **Relações Interfinanceiras** |  | **4.817.264** | **4.092.928** | **3.939.673** |
| Pagamentos e recebimentos a liquidar | [9.a](#BBREI_Titulo) | 4.238.046 | 3.445.430 | 3.292.070 |
| Créditos vinculados | [9.b](#BBREI_Titulo) | 10.034 | 15.115 | 1.471 |
| Tesouro Nacional - recursos do crédito rural |  | 10.034 | 15.115 | 1.471 |
| Repasses interfinanceiros |  | 569.184 | 632.383 | 646.132 |
|  |  |  |  |  |
| **Operações de Crédito** | [10](#BBOPC_Titulo) | **363.959.405** | **362.718.150** | **363.869.815** |
| Setor público |  | 61.629.472 | 74.180.719 | 77.118.743 |
| Setor privado |  | 324.202.073 | 308.355.612 | 307.130.156 |
| Operações de crédito vinculadas à cessão |  | 367.483 | 404.563 | 448.134 |
| (Provisão para operações de crédito) |  | (22.239.623) | (20.222.744) | (20.827.218) |
|  |  |  |  |  |
| **Operações de Arrendamento Mercantil** | [10](#BBOPC_Titulo) | **109.776** | **117.125** | **127.782** |
| Setor privado |  | 110.824 | 119.942 | 129.538 |
| (Provisão para operações de arrendamento mercantil) |  | (1.048) | (2.817) | (1.756) |
|  |  |  |  |  |
| **Outros Créditos** |  | **63.899.697** | **56.656.517** | **66.315.360** |
| Carteira de câmbio | [11.a](#BBCCM_Titulo) | 8.848 | 10.497 | -- |
| Rendas a receber |  | 59.920 | 32.730 | 54.754 |
| Negociação e intermediação de valores |  | 375.192 | 382.841 | 863.864 |
| Créditos específicos | [12.a](#BBOUC_Titulo) | 392.414 | 392.414 | 380.773 |
| Diversos | [12.b](#BBOUC02) | 64.155.646 | 57.065.563 | 66.055.180 |
| (Provisão para outros créditos) |  | (1.092.323) | (1.227.528) | (1.039.211) |
|  |  |  |  |  |
| **Outros Valores e Bens** | [13](#BBOUV_Titulo) | **14.650** | **11.790** | **20.639** |
| Despesas antecipadas |  | 14.650 | 11.790 | 20.639 |
|  |  |  |  |  |
| **PERMANENTE** |  | **28.342.725** | **30.292.840** | **31.727.253** |
|  |  |  |  |  |
| **Investimentos** |  | **15.293.544** | **16.973.191** | **18.087.601** |
| Participações em coligadas e controladas | [14.a](#BBINV_Titulo) | 15.011.027 | 16.754.357 | 17.874.240 |
| No país |  | 14.550.765 | 16.181.548 | 17.845.232 |
| No exterior |  | 460.262 | 572.809 | 29.008 |
| Outros investimentos | [14.c](#BBINV03) | 323.650 | 274.152 | 232.511 |
| (Provisão para perdas) |  | (41.133) | (55.318) | (19.150) |
|  |  |  |  |  |
| **Imobilizado de Uso** | [15](#BBIMU_Titulo) | **7.516.084** | **7.537.617** | **7.345.560** |
| Imóveis de uso |  | 8.169.689 | 8.102.145 | 8.201.197 |
| Outras imobilizações de uso |  | 9.785.164 | 9.453.968 | 9.796.126 |
| (Depreciação acumulada) |  | (10.438.769) | (10.018.496) | (10.651.763) |
|  |  |  |  |  |
| **Intangível** | [16](#BBAIN_Titulo) | **5.533.097** | **5.782.032** | **6.294.092** |
| Ativos intangíveis |  | 12.741.697 | 14.459.342 | 14.203.355 |
| (Amortização acumulada) |  | (7.208.600) | (8.677.310) | (7.909.263) |
|  |  |  |  |  |
| **TOTAL DO ATIVO** |  | **1.541.400.042** | **1.416.901.466** | **1.449.929.875** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

| **PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **Nota** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |
| **PASSIVO CIRCULANTE** |  | **1.196.703.151** | **1.039.197.533** | **1.050.821.180** |
|  |  |  |  |  |
| **Depósitos** | [17.a](#BBDCM_Titulo) | **462.509.343** | **442.285.753** | **431.877.317** |
| Depósitos à vista |  | 67.429.161 | 67.810.697 | 66.780.241 |
| Depósitos de poupança |  | 174.480.318 | 174.854.743 | 167.089.234 |
| Depósitos interfinanceiros |  | 28.210.054 | 30.351.705 | 27.783.539 |
| Depósitos a prazo |  | 192.197.531 | 169.057.376 | 170.055.336 |
| Outros depósitos |  | 192.279 | 211.232 | 168.967 |
|  |  |  |  |  |
| **Captações no Mercado Aberto** | [17.c](#BBDCM03) | **488.464.163** | **393.556.860** | **414.770.898** |
| Carteira própria |  | 31.548.844 | 30.226.030 | 31.800.104 |
| Carteira de terceiros |  | 456.915.319 | 363.330.830 | 382.970.794 |
|  |  |  |  |  |
| **Recursos de Aceites e Emissão de Títulos** | [18](#BBRAT_Titulo) | **65.606.886** | **32.565.915** | **27.379.750** |
| Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares |  | 60.909.165 | 29.256.810 | 18.643.673 |
| Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior |  | 4.621.527 | 3.192.679 | 8.634.949 |
| Certificados de operações estruturadas |  | 76.194 | 116.426 | 101.128 |
|  |  |  |  |  |
| **Relações Interfinanceiras** |  | **2.793.482** | **1.638** | **2.354.202** |
| Recebimentos e pagamentos a liquidar | [9.a](#BBREI_Titulo) | 2.793.482 | 1.638 | 2.354.202 |
|  |  |  |  |  |
| **Relações Interdependências** |  | **2.357.276** | **2.490.770** | **3.143.081** |
| Recursos em trânsito de terceiros |  | 2.357.139 | 2.490.638 | 3.142.945 |
| Transferências internas de recursos |  | 137 | 132 | 136 |
|  |  |  |  |  |
| **Obrigações por Empréstimos** | [19.a](#BBOER_Titulo) | **14.516.304** | **18.179.594** | **20.480.971** |
| Empréstimos no exterior |  | 14.516.304 | 18.179.594 | 20.480.971 |
|  |  |  |  |  |
| **Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais** | [19.b](#BBOER03) | **37.849.851** | **38.148.447** | **44.895.521** |
| Tesouro Nacional |  | 129 | 4 | -- |
| BNDES |  | 3.398.054 | 4.450.146 | 5.267.277 |
| Caixa Econômica Federal |  | 30.357.868 | 29.413.089 | 28.102.921 |
| Finame |  | 3.820.713 | 4.036.156 | 4.322.254 |
| Outras instituições |  | 273.087 | 249.052 | 7.203.069 |
|  |  |  |  |  |
| **Obrigações por Repasses do Exterior** | [19.b](#BBOER03) | **--** | **95** | **95** |
|  |  |  |  |  |
| **Instrumentos Financeiros Derivativos** | [8.d](#BBIFD_Titulo) | **912.664** | **593.508** | **1.108.006** |
|  |  |  |  |  |
| **Outras Obrigações** |  | **121.693.182** | **111.374.953** | **104.811.339** |
| Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados |  | 5.567.855 | 426.786 | 2.780.537 |
| Carteira de câmbio | [11.a](#BBCCM_Titulo) | 17.696.292 | 12.067.141 | 9.653.058 |
| Sociais e estatutárias |  | 2.932.370 | 3.961.830 | 2.070.701 |
| Fiscais e previdenciárias | [20.a](#BBOOB_Titulo) | 10.944.393 | 10.788.134 | 9.980.063 |
| Negociação e intermediação de valores |  | 675.951 | 655.805 | 901.143 |
| Fundos financeiros e de desenvolvimento | [20.b](#BBOOB02) | 8.633.612 | 9.855.261 | 9.494.039 |
| Dívidas subordinadas | [20.c](#BBOOB03) | 2.958.155 | 9.440.498 | 11.219.363 |
| Instrumentos híbridos de capital e dívida | [20.d](#BBOOB04) | 61.270 | 62.168 | 283.908 |
| Diversas | [20.e](#BBOOB05) | 72.223.284 | 64.117.330 | 58.428.527 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

| **PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **Nota** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |
| **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** |  | **242.766.399** | **275.451.051** | **296.470.864** |
|  |  |  |  |  |
| **EXIGÍVEL A LONGO PRAZO** |  | **242.538.563** | **275.002.814** | **296.036.216** |
|  |  |  |  |  |
| **Depósitos** | [17.a](#BBDCM_Titulo) | **43.005.766** | **43.751.018** | **43.661.101** |
| Depósitos interfinanceiros |  | 4.163.521 | 3.316.890 | 3.006.567 |
| Depósitos a prazo |  | 38.842.245 | 40.434.128 | 40.654.534 |
|  |  |  |  |  |
| **Captações no Mercado Aberto** | [17.c](#BBDCM03) | **8.104.466** | **9.344.342** | **9.340.792** |
| Carteira própria |  | 8.104.465 | 9.344.337 | 9.340.785 |
| Carteira de terceiros |  | 1 | 5 | 7 |
|  |  |  |  |  |
| **Recursos de Aceites e Emissão de Títulos** | [18](#BBRAT_Titulo) | **65.800.560** | **92.252.581** | **106.902.731** |
| Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares |  | 43.565.440 | 72.348.342 | 87.269.221 |
| Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior |  | 22.235.120 | 19.886.856 | 19.608.478 |
| Certificados de operações estruturadas |  | -- | 17.383 | 25.032 |
|  |  |  |  |  |
| **Obrigações por Empréstimos** | [19.a](#BBOER_Titulo) | **2.146.144** | **2.807.154** | **2.906.021** |
| Empréstimos no exterior |  | 2.146.144 | 2.807.154 | 2.906.021 |
|  |  |  |  |  |
| **Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais** | [19.b](#BBOER03) | **26.126.173** | **28.582.617** | **32.647.418** |
| Tesouro Nacional |  | 126.645 | 165.553 | 158.633 |
| BNDES |  | 15.934.894 | 17.314.666 | 19.053.568 |
| Finame |  | 10.064.634 | 11.102.398 | 13.185.373 |
| Outras instituições |  | -- | -- | 249.844 |
|  |  |  |  |  |
| **Obrigações por Repasses do Exterior** | [19.b](#BBOER03) | **--** | **382** | **382** |
|  |  |  |  |  |
| **Instrumentos Financeiros Derivativos** | [8.d](#BBIFD_Titulo) | **207.668** | **215.693** | **279.577** |
|  |  |  |  |  |
| **Outras Obrigações** |  | **97.147.786** | **98.049.027** | **100.298.194** |
| Carteira de câmbio | [11.a](#BBCCM_Titulo) | 4.029.913 | 2.455.716 | 4.373.547 |
| Sociais e estatutárias |  | 603 | 905 | 694 |
| Fiscais e previdenciárias | [20.a](#BBOOB_Titulo) | 554.344 | 768.983 | 1.931.400 |
| Negociação e intermediação de valores |  | 467.776 | 322.059 | 307.639 |
| Fundos financeiros e de desenvolvimento | [20.b](#BBOOB02) | 6.847.358 | 5.667.160 | 6.453.474 |
| Operações especiais |  | 2.216 | 2.216 | 2.216 |
| Dívidas subordinadas | [20.c](#BBOOB03) | 38.067.543 | 41.129.651 | 40.773.784 |
| Instrumentos híbridos de capital e dívida | [20.d](#BBOOB04) | 4.114.992 | 4.245.895 | 3.854.240 |
| Instrumentos de dívida elegíveis a capital | [20.c e](#BBOOB03)  [20.d](#BBOOB04) | 29.170.721 | 29.085.685 | 28.678.127 |
| Diversas | [20.e](#BBOOB05) | 13.892.320 | 14.370.757 | 13.923.073 |
|  |  |  |  |  |
| **RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS** |  | **227.836** | **448.237** | **434.648** |
|  |  |  |  |  |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | [23](#BBPLI_Titulo) | **101.930.492** | **102.252.882** | **102.637.831** |
|  |  |  |  |  |
| **Capital** |  | **67.000.000** | **67.000.000** | **67.000.000** |
| De domiciliados no país |  | 50.570.727 | 51.606.403 | 52.044.238 |
| De domiciliados no exterior |  | 16.429.273 | 15.393.597 | 14.955.762 |
|  |  |  |  |  |
| **Instrumento Elegível ao Capital Principal** | [23.c](#BBPLIc_Titulo) | **8.100.000** | **8.100.000** | **8.100.000** |
|  |  |  |  |  |
| **Reservas de Capital** |  | **15.410** | **14.692** | **14.692** |
|  |  |  |  |  |
| **Reservas de Reavaliação** |  | **2.205** | **2.240** | **2.336** |
|  |  |  |  |  |
| **Reservas de Lucros** |  | **47.407.836** | **42.612.582** | **39.163.283** |
|  |  |  |  |  |
| **Ajustes de Avaliação Patrimonial** |  | **(21.329.733)** | **(16.154.116)** | **(13.128.616)** |
|  |  |  |  |  |
| **(Ações em Tesouraria)** |  | **(1.789.174)** | **(1.833.431)** | **(1.843.213)** |
|  |  |  |  |  |
| **Participação dos Não Controladores** | 23.j | **2.523.948** | **2.510.915** | **3.329.349** |
|  |  |  |  |  |
| **TOTAL DO PASSIVO** |  | **1.541.400.042** | **1.416.901.466** | **1.449.929.875** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

|  | **Nota** | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| **RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** |  | **63.128.151** | **72.051.816** |
| Operações de crédito | [10.b](#BBOPC02) | 40.313.415 | 45.717.745 |
| Operações de arrendamento mercantil | [10.i](#BBOPC11) | 59.368 | 106.834 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | [8.b](#BBTVM13) | 21.045.098 | 22.039.620 |
| Resultado de instrumentos financeiros derivativos | [8.e](#BBIFD_Titulo) | (58.565) | 892.282 |
| Resultado de operações de câmbio | [11.b](#BBCCM_Titulo) | 373.894 | 1.430.557 |
| Resultado das aplicações compulsórias | [9.c](#BBREI03) | 1.107.974 | 1.382.352 |
| Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros |  | 286.967 | 482.426 |
|  |  |  |  |
| **DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** |  | **(45.026.777)** | **(57.503.264)** |
| Operações de captação no mercado | [17.d](#BBDCM04) | (33.260.325) | (31.416.088) |
| Operações de empréstimos, cessões e repasses | [19.c](#BBOER03) | (1.863.082) | (15.215.757) |
| Operações de arrendamento mercantil | [10.i](#BBOPC11) | (36.033) | (68.833) |
| Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros |  | (333.515) | (21.049) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | [10.f e](#BBOPC08) [10.g](#BBOPC09) | (9.533.822) | (10.781.537) |
|  |  |  |  |
| **RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** |  | **18.101.374** | **14.548.552** |
|  |  |  |  |
| **OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS** |  | **(8.551.094)** | **(6.264.379)** |
| Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias | [21.a](#BBORD01) | 14.234.277 | 13.345.751 |
| Receitas de prestação de serviços |  | 8.800.841 | 8.251.731 |
| Rendas de tarifas bancárias |  | 5.433.436 | 5.094.020 |
| Despesas de pessoal | [21.b](#BBORD03) | (11.311.825) | (10.234.262) |
| Outras despesas administrativas | [21.c](#BBORD04) | (6.175.521) | (6.213.950) |
| Despesas tributárias | [24.c](#BBTRI03) | (2.512.950) | (2.522.960) |
| Resultado de participações em coligadas e controladas | [14](#BBINV_Titulo) | 2.039.337 | 2.092.191 |
| Outras receitas operacionais | [21.d](#BBORD05) | 3.938.697 | 3.720.761 |
| Outras despesas operacionais | [21.e](#BBORD06) | (8.763.109) | (6.451.910) |
|  |  |  |  |
| **RESULTADO OPERACIONAL** |  | **9.550.280** | **8.284.173** |
|  |  |  |  |
| **RESULTADO NÃO OPERACIONAL** | [22](#BBRNO_Titulo) | **54.644** | **265.057** |
| Receitas não operacionais |  | 350.922 | 351.331 |
| Despesas não operacionais |  | (296.278) | (86.274) |
|  |  |  |  |
| **RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES** |  | **9.604.924** | **8.549.230** |
|  |  |  |  |
| **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** | [24.a](#BBTRI_Titulo) | **479.459** | **(1.152.682)** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social correntes |  | (1.691.254) | (1.544.576) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos |  | 2.170.713 | 391.894 |
|  |  |  |  |
| **PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO** |  | **(1.051.725)** | **(747.656)** |
|  |  |  |  |
| **PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES** | [23.j](#BBPLI_Titulo) | **(820.565)** | **(765.073)** |
|  |  |  |  |
| **LUCRO LÍQUIDO** |  | **8.212.093** | **5.883.819** |
|  |  |  |  |
| **LUCRO POR AÇÃO** | [23.f](#BBPLI03) |  |  |
| Número médio ponderado de ações - básico |  | 2.786.507.649 | 2.785.480.091 |
| Número médio ponderado de ações - diluído |  | 2.786.183.611 | 2.785.109.432 |
| Lucro básico e diluído por ação (R$) |  | 2,91 | 2,10 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| **BB Consolidado** | **Nota** | **Capital** | **Instrumento Elegível ao Capital Principal** | **Reservas de Capital** | **Reservas de Reavaliação** | **Reservas de Lucros** | | **Ajustes de avaliação patrimonial** | | **Ações em Tesouraria** | **Lucros ou Prejuízos Acumulados** | **Participação dos não Controladores** | **Total** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Reserva Legal** | **Reservas Estatutárias** | **Banco do Brasil** | **Coligadas e Controladas** |
| **Saldos em 31.12.2017** |  | **67.000.000** | **8.100.000** | **12.436** | **2.371** | **7.111.684** | **28.169.007** | **(13.148.918)** | **(70.807)** | **(1.850.043)** | **--** | **3.397.672** | **98.723.402** |
| Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos | [23.i](file:///\\SRIBSA09041\CTDGEVIDD3$\CONFIDENCIAL\Evidenciação\Publicação\PubliCon\Arquivos\Publicacao\Exercicio2019\BB\02T\Juncao\BBPLI13) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (1.402.639) | 19.631 | -- | -- | -- | (1.383.008) |
| Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos | [23.i](file:///\\SRIBSA09041\CTDGEVIDD3$\CONFIDENCIAL\Evidenciação\Publicação\PubliCon\Arquivos\Publicacao\Exercicio2019\BB\02T\Juncao\BBPLI13) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 1.680.164 | -- | -- | -- | -- | 1.680.164 |
| Variação cambial e hedge de investimentos no exterior | [23.i](file:///\\SRIBSA09041\CTDGEVIDD3$\CONFIDENCIAL\Evidenciação\Publicação\PubliCon\Arquivos\Publicacao\Exercicio2019\BB\02T\Juncao\BBPLI13) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (227.855) | -- | -- | -- | (227.855) |
| Hedge de fluxo de caixa | [23.i](file:///\\SRIBSA09041\CTDGEVIDD3$\CONFIDENCIAL\Evidenciação\Publicação\PubliCon\Arquivos\Publicacao\Exercicio2019\BB\02T\Juncao\BBPLI13) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 21.808 | -- | -- | -- | 21.808 |
| Transações com pagamento baseado em ações |  | -- | -- | 2.256 | -- | -- | -- | -- | -- | 6.830 | -- | -- | 9.086 |
| Dividendos/JCP prescritos |  | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 3.999 | -- | 3.999 |
| Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas | [23.d](#BBPLI_Titulo) | -- | -- | -- | (35) | -- | -- | -- | -- | -- | 35 | -- | -- |
| Variação de participação dos não controladores |  | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (68.323) | (68.323) |
| Adoção inicial, no Banco Votorantim S.A., de novo critério contábil para reconhecimento da variação de cotas dos Fundos de Investimentos em Participações, líquido de impostos | [14.a](#BBINV_Titulo) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (121.064) | -- | (121.064) |
| Lucro líquido | [23.h](#BBPLI06) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 5.883.819 | -- | 5.883.819 |
| Juros sobre instrumento elegível ao capital principal |  | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (102.817) | -- | (102.817) |
| Resultado não realizado |  | -- | -- | -- | -- | -- | (54.113) | -- | -- | -- | 54.113 | -- | -- |
| Destinações: - Reservas | [23.g](#BBPLI04) | -- | -- | -- | -- | 285.905 | 3.650.800 | -- | -- | -- | (3.936.705) | -- | -- |
| - Juros sobre o capital próprio | [23.g](#BBPLI04) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (1.781.380) | -- | (1.781.380) |
| **Saldos em 30.06.2018** |  | **67.000.000** | **8.100.000** | **14.692** | **2.336** | **7.397.589** | **31.765.694** | **(12.871.393)** | **(257.223)** | **(1.843.213)** | **--** | **3.329.349** | **102.637.831** |
| **Mutações do período** |  | **--** | **--** | **2.256** | **(35)** | **285.905** | **3.596.687** | **277.525** | **(186.416)** | **6.830** | **--** | **(68.323)** | **3.914.429** |
| **Saldos em 31.12.2018** |  | **67.000.000** | **8.100.000** | **14.692** | **2.240** | **7.738.497** | **34.874.085** | **(15.409.541)** | **(744.575)** | **(1.833.431)** | **--** | **2.510.915** | **102.252.882** |
| Ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos | [23.i](file:///\\SRIBSA09041\CTDGEVIDD3$\CONFIDENCIAL\Evidenciação\Publicação\PubliCon\Arquivos\Publicacao\Exercicio2019\BB\02T\Juncao\BBPLI13) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 1.325.763 | 73.854 | -- | -- | -- | 1.399.617 |
| Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de Benefícios, líquido de impostos | [23.i](file:///\\SRIBSA09041\CTDGEVIDD3$\CONFIDENCIAL\Evidenciação\Publicação\PubliCon\Arquivos\Publicacao\Exercicio2019\BB\02T\Juncao\BBPLI13) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (6.300.688) | (1.594) | -- | -- | -- | (6.302.282) |
| Variação cambial e hedge de investimentos no exterior | [23.i](file:///\\SRIBSA09041\CTDGEVIDD3$\CONFIDENCIAL\Evidenciação\Publicação\PubliCon\Arquivos\Publicacao\Exercicio2019\BB\02T\Juncao\BBPLI13) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (238.293) | -- | -- | -- | (238.293) |
| Hedge de fluxo de caixa | [23.i](file:///\\SRIBSA09041\CTDGEVIDD3$\CONFIDENCIAL\Evidenciação\Publicação\PubliCon\Arquivos\Publicacao\Exercicio2019\BB\02T\Juncao\BBPLI13) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (34.659) | -- | -- | -- | (34.659) |
| Transações com pagamento baseado em ações |  | -- | -- | 718 | -- | -- | -- | -- | -- | 44.257 | -- | -- | 44.975 |
| Dividendos/JCP prescritos |  | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 4.743 | -- | 4.743 |
| Realização de reserva de reavaliação em coligadas/controladas | [23.d](#BBPLI_Titulo) | -- | -- | -- | (35) | -- | -- | -- | -- | -- | 35 | -- | -- |
| Variação de participação dos não controladores |  | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 13.033 | 13.033 |
| Lucro líquido | [23.h](#BBPLI06) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 8.212.093 | -- | 8.212.093 |
| Juros sobre instrumento elegível ao capital principal |  | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (124.049) | -- | (124.049) |
| Resultado não realizado |  | -- | -- | -- | -- | -- | (31.828) | -- | -- | -- | 31.828 | -- | -- |
| Destinações: - Reservas | [23.g](#BBPLI04) | -- | -- | -- | -- | 405.993 | 7.250.681 | -- | -- | -- | (7.656.674) | -- | -- |
| - Juros sobre o capital próprio | [23.g](#BBPLI04) | -- | -- | -- | -- | -- | (2.829.592) | -- | -- | -- | (467.976) | -- | (3.297.568) |
| **Saldos em 30.06.2019** |  | **67.000.000** | **8.100.000** | **15.410** | **2.205** | **8.144.490** | **39.263.346** | **(20.384.466)** | **(945.267)** | **(1.789.174)** | **--** | **2.523.948** | **101.930.492** |
| **Mutações do período** |  | **--** | **--** | **718** | **(35)** | **405.993** | **4.389.261** | **(4.974.925)** | **(200.692)** | **44.257** | **--** | **13.033** | **(322.390)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

|  | **Nota** | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Fluxos de Caixa Provenientes das Operações** |  |  |  |
| **Lucro antes dos Tributos e Participações** |  | **9.604.924** | **8.549.230** |
| **Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações** |  | **12.775.590** | **7.273.079** |
| Provisão para crédito, arrendamento mercantil e outros créditos | [10.f e](#BBOPC08) [10.g](#BBOPC09) | 9.533.822 | 10.781.537 |
| Depreciações e amortizações |  | 1.419.135 | 1.489.445 |
| Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos | [15 e](#BBIMU_Titulo) [16](#BBAIN_Titulo) | -- | 19.933 |
| Variação cambial em movimentações de intangíveis | 16 | 5.009 | (23.098) |
| Resultado de participação em coligadas e controladas | [14.a](#BBINV_Titulo) | (2.039.337) | (2.092.191) |
| (Lucro) Prejuízo na alienação de valores e bens | [22](#BBRNO_Titulo) | (83.158) | (187.367) |
| (Ganho) Perda de capital | [22](#BBRNO_Titulo) | 46.447 | (43.541) |
| Provisão (Reversão) para desvalorização de outros valores e bens | [22](#BBRNO_Titulo) | 4.043 | (10.406) |
| Amortização de ágios em investimentos | [14.d](#BBINV04) | 118.316 | 82.316 |
| Despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais | [27](#BBPCO_Titulo) | 4.721.651 | 2.309.428 |
| Atualização de ativos/passivos atuariais e dos fundos de destinação do superávit | [26](#BBBNE_Titulo) | (395.094) | (727.677) |
| Comissões de corretagem diferidas |  | (139.598) | (28.541) |
| Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa |  | 767.596 | (3.075.961) |
| Resultado dos não controladores |  | (820.565) | (765.073) |
| Outros ajustes |  | (362.677) | (455.725) |
| **Lucro Ajustado antes dos Tributos e Participações** |  | **22.380.514** | **15.822.309** |
| **Variações Patrimoniais** |  | **23.931.572** | **12.716.671** |
| (Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez |  | (92.742.778) | (46.701.416) |
| (Aumento) Redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos |  | (2.009.753) | 2.180.511 |
| (Aumento) Redução em relações interfinanceiras e interdependências |  | (1.690.222) | (1.777.396) |
| (Aumento) Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil |  | (3.442.903) | (1.162.431) |
| (Aumento) Redução em operações de crédito |  | 3.282.397 | (14.436.114) |
| (Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil |  | 3.685 | 100.885 |
| (Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos |  | 2.950.225 | 1.988.931 |
| (Aumento) Redução em outros valores e bens |  | 5.184 | 89.014 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos |  | (2.724.475) | (2.197.188) |
| (Redução) Aumento em depósitos |  | 19.478.338 | 25.309.056 |
| (Redução) Aumento em captações no mercado aberto |  | 93.667.427 | 47.868.995 |
| (Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos |  | 6.588.950 | 516.684 |
| (Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses |  | (7.079.817) | 472.698 |
| (Redução) Aumento em outras obrigações |  | 7.865.715 | 459.167 |
| (Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros |  | (220.401) | 5.275 |
| **CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES** |  | **46.312.086** | **28.538.980** |
|  |  |  |  |
| **Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimento** |  |  |  |
| Aumento em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda |  | (71.518.006) | (59.106.224) |
| Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda |  | 51.530.889 | 42.841.127 |
| Aumento em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento |  | (271.345) | (5.236.108) |
| Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento |  | 128.253 | 1.481.911 |
| Dividendos recebidos de coligadas e controladas |  | 1.379.059 | 1.489.294 |
| Aquisição de imobilizado de uso |  | (642.265) | (520.316) |
| Alienação de imobilizado de uso |  | 40.478 | 4.372 |
| (Aquisição) Alienação de investimentos |  | 574.077 | 128.368 |
| Aquisição de intangíveis |  | (2.041.625) | (275.222) |
| Baixa de intangíveis/diferidos |  | 1.450.148 | 7.265 |
| **CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** |  | **(19.370.337)** | **(19.185.533)** |
|  |  |  |  |
| **Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento** |  |  |  |
| Variação da participação dos acionistas não controladores |  | 13.033 | (68.323) |
| (Redução) Aumento em obrigações por dívida subordinada |  | (9.230.440) | (3.395.948) |
| (Redução) Aumento em instrumentos híbridos de capital e dívida |  | (360.776) | 1.143.994 |
| (Aquisição) alienação de ações em tesouraria |  | 44.257 | 6.830 |
| Juros sobre o capital próprio pagos |  | (3.698.552) | (1.714.170) |
| **CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** |  | **(13.232.478)** | **(4.027.617)** |
|  |  |  |  |
| **Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa** |  | **13.709.271** | **5.325.830** |
| Início do período |  | 60.349.122 | 47.183.948 |
| Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa |  | (767.596) | 3.075.961 |
| Fim do período |  | 73.290.797 | 55.585.739 |
| **Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa** |  | **13.709.271** | **5.325.830** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

|  | **Nota** | **1º Semestre/2019** | | **1º Semestre/2018** | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Receitas** |  | **62.612.596** |  | **71.848.203** |  |
| Receitas da intermediação financeira |  | 63.128.151 |  | 72.051.816 |  |
| Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias |  | 14.234.277 |  | 13.345.751 |  |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa |  | (9.533.822) |  | (10.781.537) |  |
| Ganhos de capital | [22](#BBRNO_Titulo) | 107.261 |  | 104.186 |  |
| Outras receitas/(despesas) |  | (5.323.271) |  | (2.872.013) |  |
| **Despesas da Intermediação Financeira** |  | **(35.492.955)** |  | **(46.721.727)** |  |
| **Insumos Adquiridos de Terceiros** |  | **(3.520.986)** |  | **(3.671.488)** |  |
| Materiais, água, energia e gás | [21.c](#BBORD04) | (315.893) |  | (309.590) |  |
| Serviços de terceiros | [21.c](#BBORD04) | (430.292) |  | (439.435) |  |
| Comunicações | [21.c](#BBORD04) | (381.956) |  | (437.451) |  |
| Processamento de dados | [21.c](#BBORD04) | (207.114) |  | (203.024) |  |
| Transporte | [21.c](#BBORD04) | (401.618) |  | (487.318) |  |
| Serviços de vigilância e segurança | [21.c](#BBORD04) | (566.394) |  | (570.725) |  |
| Serviços do sistema financeiro | [21.c](#BBORD04) | (380.020) |  | (372.406) |  |
| Propaganda e publicidade | [21.c](#BBORD04) | (161.450) |  | (169.868) |  |
| Manutenção e conservação de bens | [21.c](#BBORD04) | (379.905) |  | (339.455) |  |
| Outras |  | (296.344) |  | (342.216) |  |
| **Valor Adicionado Bruto** |  | **23.598.655** |  | **21.454.988** |  |
| Despesas de amortização/depreciação | [21.c](#BBORD04) | (1.534.035) |  | (1.571.760) |  |
| **Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade** |  | **22.064.620** |  | **19.883.228** |  |
| **Valor Adicionado Recebido em Transferência** |  | **2.039.337** |  | **2.092.191** |  |
| Resultado de participações em coligadas e controladas |  | 2.039.337 |  | 2.092.191 |  |
| **Valor Adicionado a Distribuir** |  | **24.103.957** | **100,00%** | **21.975.419** | **100,00%** |
| **Valor Adicionado Distribuído** |  | **24.103.957** | **100,00%** | **21.975.419** | **100,00%** |
| **Pessoal** |  | **11.179.149** | **46,38%** | **9.792.096** | **44,56%** |
| Salários e honorários |  | 7.304.662 |  | 6.211.945 |  |
| Participação de empregados e administradores no lucro |  | 1.051.725 |  | 747.656 |  |
| Benefícios e treinamentos |  | 1.619.662 |  | 1.589.068 |  |
| FGTS |  | 381.627 |  | 374.638 |  |
| Outros encargos |  | 821.473 |  | 868.789 |  |
| **Impostos, Taxas e Contribuições** |  | **3.217.892** | **13,35%** | **4.865.463** | **22,14%** |
| Federais |  | 2.366.357 |  | 4.038.752 |  |
| Estaduais |  | 799 |  | 698 |  |
| Municipais |  | 850.736 |  | 826.013 |  |
| **Remuneração de Capitais de Terceiros** |  | **674.258** | **2,80%** | **668.968** | **3,04%** |
| Aluguéis | [21.c](#BBORD04) | 674.258 |  | 668.968 |  |
| **Remuneração de Capitais Próprios** | [23.g](#BBPLI04) | **9.032.658** | **37,47%** | **6.648.892** | **30,26%** |
| Juros sobre capital próprio da União |  | 1.672.704 |  | 903.612 |  |
| Juros sobre capital próprio de outros acionistas |  | 1.624.864 |  | 877.768 |  |
| Juros sobre o instrumento elegível ao capital da União |  | 124.049 |  | 102.816 |  |
| Lucro retido |  | 4.790.476 |  | 3.999.623 |  |
| Participação dos não controladores nos lucros retidos |  | 820.565 |  | 765.073 |  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Notas Explicativas
   1. - O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A. (Banco do Brasil ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, controlada pelo Governo Federal, que explora atividade econômica, na forma do artigo 173 da Constituição Federal, regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações, e pelas Leis n.º 4.595/1964, n.º 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador. Sua matriz está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Brasília, Distrito Federal, Brasil. O Banco tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como agente de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco, de modo a contribuir para o interesse público que justifica sua criação, exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, especificamente as previstas no art. 19 da Lei n.º 4.595/1964: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) arrecadar depósitos voluntários, à vista, das instituições financeiras; (iv) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (v) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por conta do Banco Central do Brasil (Bacen); (vi) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vii) financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural; (viii) difundir e orientar o crédito; entre outras atribuições. Com mais de 200 anos, o Banco atua de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de emprego e renda.

O Banco financia o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais como armazenamento, beneficiamento, industrialização de produtos agrícolas e modernização de máquinas e implementos, além da adequação de propriedades rurais à legislação ambiental. Assim, o Banco apoia o agronegócio brasileiro em todas as etapas da cadeia produtiva.

O Banco oferece às Micro e Pequenas Empresas (MPE) soluções de capital de giro, financiamentos de investimentos e comércio exterior, além de várias outras opções relacionadas a fluxo de caixa, seguridade, previdência e serviços. Os vários segmentos de Pessoas Jurídicas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), encontram desde alternativas financeiras até modelos de negócios que promovem a transição para uma economia inclusiva.

No financiamento ao comércio exterior, o Banco opera instrumentos de política pública de desenvolvimento produtivo, empreendedorismo, inclusão social e financeira, entre eles o Programa de Geração e Renda (Proger) Exportação e o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), no qual é agente exclusivo do Governo Federal.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionadas nas Notas 3 e 5, respectivamente.

* 1. - REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

Transferência de Ações Banco Patagonia

Em 06.09.2018, foi realizada a transferência de 154.014.912 ações escriturais dos acionistas minoritários do Banco Patagonia S.A. (Patagonia) para o Banco do Brasil, conforme fato relevante, divulgado naquela data.

Com a operação, o Banco passou a ser titular de 578.116.870 ações ordinárias escriturais classe B e a reconhecer 80,3894% do resultado gerado pelo Patagonia. A operação gerou ágio de R$ 606.414 mil.

|  | **06.09.2018** |
| --- | --- |
| Valor pago na aquisição das ações | 839.454 |
| Patrimônio Líquido | 233.040 |
| **Ágio** | **606.414** |

Acordo de Reestruturação de Parceria com Grupo Segurador BB Mapfre

Em 26.06.2018, o Banco comunicou, por meio de fato relevante ao mercado aprovado pelo seu Conselho de Administração, a reestruturação da parceria com o Grupo Segurador BB Mapfre. Em 30.11.2018, o Banco concluiu a reestruturação, conforme divulgado.

Com a reestruturação, o Banco, juntamente com a BB Seguridade Participações S.A. e a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros), celebrou Acordo de Reestruturação de Parceria com a Mapfre S.A., a Mapfre Internacional S.A. e a Mapfre Brasil Participações S.A. (Mapfre Brasil), que resultou em uma reorganização societária, de acordo com os seguintes atos:

(i) Incorporação pela Mapfre BB SH2 Participações S.A. (SH2) da totalidade das ações representativas do capital social da Mapfre Vida S.A., mediante cisão parcial da BB Mapfre SH1 Participações S.A. (SH1);

(ii) Incorporação pela SH1 da totalidade das ações representativas do capital social da Aliança do Brasil Seguros S.A., mediante cisão parcial desproporcional da SH2.

Após estes atos societários, houve alienação da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da SH2 de titularidade da BB Seguros à Mapfre Brasil pelo valor de R$ 2,4 bilhões, do qual foram deduzidos os dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos, bem como as reduções de capital realizadas pelas seguradoras envolvidas na reestruturação. Após as citadas deduções, a BB Seguros recebeu da Mapfre Brasil o montante de R$ 2,3 bilhões.

|  | **30.11.2018** |
| --- | --- |
| Valor da transação | 2.274.189 |
| Valor contábil do investimento da SH2 | 1.486.516 |
| **Ganho bruto** | **787.673** |

Movimento Societário BB-BI e BB Elo

Em 18.01.2019, o Banco do Brasil informou ao mercado que seu Conselho de Administração aprovou a cisão parcial do patrimônio do BB Banco de Investimento S.A. (BB-BI), referente a participação acionária na Cielo S.A. (Cielo) e a transferência da parte cindida para a BB Elo Cartões Participações S.A. (BB Elo).

O movimento societário pretendeu promover a centralização das participações em empresas do segmento de meios de pagamento sob uma única holding, a BB Elo, buscando alinhamento com a estratégia de simplificação da organização societária do Conglomerado BB.

Em 28.06.2019, houve a transferência da participação na empresa Cielo para a BB Elo. Ocorreu efeito residual reconhecido no resultado das empresas.

* 1. - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Nas demonstrações contábeis consolidadas, houve a reclassificação do instrumento elegível ao capital principal - IHCD para o patrimônio líquido. Esse procedimento também é adotado para as demonstrações contábeis prudenciais e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS, com o objetivo de melhorar a qualidade e transparência dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas por suas agências e subsidiárias no país e no exterior, as operações de suas controladas, bem como das Entidades de Propósito Específico - Dollar Diversified Payment Rights Finance Company e Loans Finance Company Limited e dos fundos de investimentos financeiros dos quais as empresas do Conglomerado são principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa). Essas demonstrações contábeis consolidadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil e de suas entidades controladas, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado foram destacadas nas demonstrações contábeis. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de Imobilizado de Arrendamento para a rubrica de Operações de Arrendamento Mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente. Os ganhos e as perdas cambiais das operações das agências estão apresentados nos grupamentos de resultado nos quais são reconhecidos as rendas e encargos sobre essas operações. Os ganhos e as perdas cambiais incidentes sobre os investimentos no exterior são apresentados no grupamento de Despesas de Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses, com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais desses investimentos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

Adicionalmente, o Bacen editou a Resolução CMN n.º 3.533/2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, CPC 22 - Informações por Segmento, CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 41 - Resultado por Ação.

A aplicação dos normativos que dependem de regulamentação do Bacen reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto nos seguintes pronunciamentos que, caso sejam recepcionados pelo regulador, podem gerar impactos prospectivos relevantes nas demonstrações contábeis:

CPC 04 (R1) - Ativo Intangível e CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios - a) reclassificação dos ativos intangíveis identificados na aquisição de participação no Banco Votorantim, ocorrida em 2009, bem como na aquisição do controle do Banco Patagonia, em 2011, e do BB Americas, em 2012, da conta de Investimentos para a conta de Intangível, no grupamento do Ativo Não Circulante - Permanente; b) não reconhecimento de despesas de amortização de ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos das aquisições; e, c) reconhecimento de despesa de amortização de intangíveis com vida útil definida, identificados nas aquisições.

CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - a) registro a valor justo das participações societárias recebidas na parceria de formação das *joint ventures* BB Mapfre SH1 e Mapfre BB SH2, em 30.06.2011; b) baixa dos ativos contribuídos pelo Banco do Brasil, incluindo qualquer ágio, pelo valor contábil; e, c) reconhecimento do resultado da transação nas novas sociedades constituídas pela proporção das participações societárias.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - a) adaptação do conjunto completo de demonstrações contábeis, para atendimento aos requerimentos de apresentação, no tocante à classificação dos ativos (custo amortizado, valor justo por meio do resultado – VJR e valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA); b) ajuste no cálculo das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) – PCLD dos ativos financeiros, em virtude da apuração com base em um modelo prospectivo de perdas esperadas; c) inclusão de modelo de contabilidade geral de *hedge***,** com o intuito de melhor alinhar a contabilidade de *hedge* com a gestão de riscos.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 05.08.2019.

a) Participações Societárias Incluídas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, Segregadas por Segmentos de Negócios:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Atividade** | **Moeda**  **funcional** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| **% de Participação** | | |
| **Segmento Bancário** |  |  |  |  |  |
| Banco do Brasil AG | Bancária | Real | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil | Arrendamento | Real | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| BB Securities Asia Pte. Ltd. | Corretora | Real | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Banco do Brasil Securities LLC. | Corretora | Real | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| BB Securities Ltd. | Corretora | Real | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| BB USA Holding Company, Inc. | Holding | Real | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| BB Cayman Islands Holding | Holding | Real | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Banco do Brasil Americas | Bancária | Dólar Americano | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Banco Patagonia S.A. | Bancária | Peso Argentino | 80,39% | 80,39% | 58,97% |
| **Segmento Investimentos** |  |  |  |  |  |
| BB Banco de Investimento S.A. | Banco de Investimento | Real | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| **Segmento Gestão de Recursos** |  |  |  |  |  |
| BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | Administração de Ativos | Real | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | Administração de Ativos | Real | 99,62% | 99,62% | 99,62% |
| **Segmento Seguros, Previdência e Capitalização** |  |  |  |  |  |
| BB Seguridade Participações S.A. (1) | Holding | Real | 66,36% | 66,36% | 66,36% |
| BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (1) | Corretora | Real | 66,36% | 66,36% | 66,36% |
| BB Seguros Participações S.A. (1) | Holding | Real | 66,36% | 66,36% | 66,36% |
| **Segmento Meios de Pagamento** |  |  |  |  |  |
| BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. | Prestação de Serviços | Real | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| BB Elo Cartões Participações S.A. | Holding | Real | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| **Outros Segmentos** |  |  |  |  |  |
| Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros | Aquisição de Créditos | Real | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito | Aquisição de Créditos | Real | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| BB Administradora de Consórcios S.A. | Consórcio | Real | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| BB Tur Viagens e Turismo Ltda. (2) | Turismo | Real | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| BB Asset Management Ireland Limited | Aquisição de Créditos | Real | 100,00% | 100,00% | 100,00% |
| BB Tecnologia e Serviços (1) | Informática | Real | 99,99% | 99,99% | 99,99% |

(1) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(2) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a maio/2019.

Informações para Efeito de Comparabilidade

Foram realizadas, para efeito de comparabilidade, de forma a evidenciar melhor a essência das operações, as seguintes reclassificações:

Demonstração do Resultado

Controle de despesas administrativas do grupamento Outras Despesas Administrativas para Outras Despesas Operacionais, e rendas de recebíveis de cartões de crédito do grupamento Outras Receitas Operacionais para o grupamento Operações de Crédito.

| **1º Semestre/2018** | **Divulgação Anterior** | **Reclassificações** | **Saldos Ajustados** |
| --- | --- | --- | --- |
| **RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** | **71.911.901** | **139.915** | **72.051.816** |
| Operações de crédito | 45.577.830 | 139.915 | 45.717.745 |
| **RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** | **14.408.637** | **139.915** | **14.548.552** |
| **OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS** | **(6.124.464)** | **(139.915)** | **(6.264.379)** |
| Outras despesas administrativas | (6.879.347) | 665.397 | (6.213.950) |
| Outras receitas operacionais | 3.860.676 | (139.915) | 3.720.761 |
| Outras despesas operacionais | (5.786.513) | (665.397) | (6.451.910) |

Balanço Patrimonial

Aquisição de recebíveis de cartões de crédito do grupamento Outros Créditos para Relações Interfinanceiras.

| **30.06.2018** | **Divulgação Anterior** | **Reclassificações** | **Saldos Ajustados** |
| --- | --- | --- | --- |
| **RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS** | **78.067.249** | **3.292.070** | **81.359.319** |
| Pagamentos e recebimentos a liquidar | 2.122.964 | 3.292.070 | 5.415.034 |
| **OUTROS CRÉDITOS** | **193.126.307** | **(3.292.070)** | **189.834.237** |
| Outros Créditos – Diversos | 168.344.350 | (3.292.070) | 165.052.280 |

Despesa antecipada do grupamento Outros Valores e Bens para Outras Obrigações.

| **30.06.2018** | **Divulgação Anterior** | **Reclassificações** | **Saldos Ajustados** |
| --- | --- | --- | --- |
| **TOTAL DO ATIVO** | **1.450.252.875** | **(323.000)** | **1.449.929.875** |
| **Outros valores e bens** | **972.432** | **(323.000)** | **649.432** |
| Despesas antecipadas | 601.878 | (323.000) | 278.878 |
| **TOTAL DO PASSIVO** | **1.450.252.875** | **(323.000)** | **1.449.929.875** |
| **Outras obrigações** | **205.432.533** | **(323.000)** | **205.109.533** |
| Diversas | 72.674.600 | (323.000) | 72.351.600 |

Despesa antecipada do grupamento Outros Valores e Bens para Outras Obrigações.

| **31.12.2018** | **Divulgação Anterior** | **Reclassificações** | **Saldos Ajustados** |
| --- | --- | --- | --- |
| **TOTAL DO ATIVO** | **1.417.143.716** | **(242.250)** | **1.416.901.466** |
| **Outros valores e bens** | **908.637** | **(242.250)** | **666.387** |
| Despesas antecipadas | 513.179 | (242.250) | 270.929 |
| **TOTAL DO PASSIVO** | **1.417.143.716** | **(242.250)** | **1.416.901.466** |
| **Outras obrigações** | **209.666.230** | **(242.250)** | **209.423.980** |
| Diversas | 78.730.337 | (242.250) | 78.488.087 |

* 1. - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas.

* + 1. ) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

* + 1. ) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

* + 1. ) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

* + 1. ) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

* + 1. ) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, perspectiva interna de perda esperada, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados pro rata die, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

* + 1. ) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

*Hedge* de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

*Hedge* de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

* + 1. ) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como de risco nível H são baixadas contra a provisão existente, após decorridos seis meses de classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver fatos novos relevantes que justificarem a mudança do nível de risco, conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 10.e).

* + 1. ) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

| **Tributos** | **Alíquota** |
| --- | --- |
| Imposto de Renda (15,00% + adicional de 10,00%) | 25,00% |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (1) | 15,00% |
| PIS/Pasep (2) | 0,65% |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins (2) | 4,00% |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN | Até 5,00% |

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras e às empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.os 3.355/2006, 4.192/2013 e 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

* + 1. ) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

* + 1. ) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor justo dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo (Nota 15).

Intangível: o ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da empresa e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; e *softwares*, amortizados pelo método linear pelo prazo de vida útil a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os ativos intangíveis são ajustados por perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 16). A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

* + 1. ) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente. Esse teste é realizado a qualquer momento do ano, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (imparidade), reconhecida na Demonstração do Resultado.

* + - * 1. Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Imobilizado de Uso

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Sistemas de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

Outros itens do imobilizado – embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento – o modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por imparidade.

*Softwares* – os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

* + 1. ) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM n.º 695/2012 e pela Resolução CMN n.º 4.424/2015 (Nota 26). As avaliações são realizadas semestralmente.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, sendo que:

* o custo do serviço corrente e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e
* as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido da empresa, líquido dos efeitos tributários.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

* + 1. ) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

* + 1. ) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 27).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Método Massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível, fiscal ou trabalhista (exceto processos de natureza trabalhista movidos por sindicatos da categoria e todos os processos classificados como estratégicos) com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos, de até R$ 1 milhão.

Método Individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

* + 1. ) Despesas Associadas a Captações de Recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

* + 1. ) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

* + 1. ) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n.º 636/2010. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais, excluídas as ações em tesouraria (Nota 23.f). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

* + 1. ) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para a maioria das entidades do Conglomerado (Nota 3).

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior seguem os critérios contábeis vigentes no Brasil e são convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto na Circular Bacen n.º 2.397/1993 e na Resolução CMN n.º 4.524/2016, e seus efeitos são reconhecidos no resultado, por meio da equivalência patrimonial para as que possuem moeda funcional igual a moeda nacional, e no Patrimônio Líquido, para as que possuem moeda funcional diferente da moeda nacional.

* 1. - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pelo Conselho Diretor na avaliação de desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se ainda o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços. Essas informações são preparadas com base em relatórios internos de gestão (Consolidado Gerencial), os quais são revisados regularmente pela Administração.

As práticas contábeis adotadas no Consolidado Gerencial diferem daquelas descritas no resumo das principais práticas contábeis do BB Consolidado (Nota 4.j) em função dos investimentos em entidades controladas em conjunto serem consolidados proporcionalmente à participação do Banco.

As operações do Banco são substancialmente realizadas no país e estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de atividades econômicas tais como consórcios e outros serviços, que foram agregadas em Outros Segmentos.

A mensuração do resultado gerencial e do patrimônio gerencial por segmentos leva em conta todas as receitas e despesas bem como todos os ativos e passivos apurados pelas empresas controladas (Nota 3) e controladas em conjunto (Nota 14). Não há receitas ou despesas nem ativos ou passivos comuns alocados entre os segmentos por qualquer critério de distribuição.

As transações entre segmentos são eliminadas na coluna Eliminações Intersegmentos e são realizadas em condições e taxas compatíveis com os praticados com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da instituição.

* + 1. ) Segmento Bancário

Resultado obtido preponderantemente no Brasil em grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal, realizados por intermédio de correspondentes bancários.

* + 1. ) Segmento de Investimentos

Nesse segmento, são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas em conjunto. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável.

* + 1. ) Segmento de Gestão de Recursos

Composto essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

* + 1. ) Segmento de Seguros, Previdência e Capitalização

Nesse segmento, são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e títulos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

* + 1. ) Segmento de Meios de Pagamento

Composto pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

* + 1. ) Outros Segmentos

Compreende os segmentos de consórcios e outros serviços, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

* + 1. ) Informações sobre clientes externos por região geográfica

|  | **1º Semestre/2019** | | **1º Semestre/2018** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Brasil** | **Exterior** | **Brasil** | **Exterior** |
| **Receitas com clientes externos** | **79.213.813** | **4.477.571** | **88.280.637** | **3.281.213** |
|  |  |  |  |  |
| **Receitas da intermediação financeira** | **59.305.319** | **3.822.832** | **69.507.047** | **2.544.769** |
| Operações de crédito e arrendamento mercantil | 38.800.520 | 1.572.263 | 44.220.947 | 1.603.632 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 19.124.109 | 1.920.989 | 21.112.253 | 927.367 |
| Resultado de instrumentos financeiros derivativos | (228.604) | 170.039 | 863.193 | 29.089 |
| Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias | 1.322.327 | 159.541 | 2.834.945 | (22.036) |
| Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros | 286.967 | -- | 475.709 | 6.717 |
|  |  |  |  |  |
| **Outras receitas** | **19.908.494** | **654.739** | **18.773.590** | **736.444** |
| Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias | 13.667.307 | 566.970 | 12.693.457 | 652.294 |
| Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto | 2.039.337 | -- | 2.092.191 | -- |
| Demais receitas | 4.201.850 | 87.769 | 3.987.942 | 84.150 |
|  |  |  |  |  |
| **Ativo não circulante** **(1)** | **27.930.018** | **412.707** | **31.318.931** | **408.322** |

(1) Exceto instrumentos financeiros, impostos diferidos ativos e ativos de benefício pós-emprego.

No primeiro semestre de 2019 e no primeiro semestre de 2018 as receitas auferidas no exterior foram originadas principalmente em operações realizadas pelas dependências localizadas na América do Sul e na América do Norte.

* + 1. ) Informações Gerenciais por Segmento reconciliadas com o Contábil

|  | **1º Semestre/2019** | | | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Informações Gerenciais por Segmento** | | | | | | | **Reconciliação do Gerencial para o Contábil** | | |
| **Bancário** | **Investimentos** | **Gestão de Recursos** | **Seguros, previdência e capitalização** | **Meios de Pagamento** | **Outros Segmentos** | **Eliminações Intersegmentos** | **Consolidado Gerencial** | **Ajustes de consolidação** | **BB Consolidado** |
| **Receitas da intermediação financeira** | **65.975.671** | **14.632** | **28.218** | **2.243.231** | **216.983** | **107.246** | **(175.885)** | **68.410.096** | **(5.281.945)** | **63.128.151** |
| Operações de crédito e arrendamento mercantil | 42.915.262 | -- | -- | -- | -- | -- | (5.035) | 42.910.227 | (2.537.444) | 40.372.783 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 21.687.232 | 14.632 | 28.218 | 14.363 | 244.125 | 107.248 | (236.559) | 21.859.259 | (814.161) | 21.045.098 |
| Resultado de instrumentos financeiros derivativos | (290.289) | -- | -- | -- | (27.142) | -- | -- | (317.431) | 258.866 | (58.565) |
| Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias | 1.513.968 | -- | -- | -- | -- | (2) | -- | 1.513.966 | (32.098) | 1.481.868 |
| Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros | 149.498 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 149.498 | 137.469 | 286.967 |
| Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização | -- | -- | -- | 2.228.868 | -- | -- | 65.709 | 2.294.577 | (2.294.577) | -- |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Despesas da intermediação financeira** | **(47.099.584)** | **(106.171)** | **--** | **(1.726.401)** | **(10.731)** | **(91.293)** | **339.778** | **(48.694.402)** | **3.667.625** | **(45.026.777)** |
| Operações de captação no mercado | (34.596.281) | (106.171) | -- | -- | -- | (90.544) | 339.778 | (34.453.218) | 1.192.893 | (33.260.325) |
| Operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil | (2.013.152) | -- | -- | -- | (10.731) | (749) | -- | (2.024.632) | 125.517 | (1.899.115) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (10.156.636) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (10.156.636) | 622.814 | (9.533.822) |
| Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros | (333.515) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (333.515) | -- | (333.515) |
| Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização | -- | -- | -- | (1.726.401) | -- | -- | -- | (1.726.401) | 1.726.401 | -- |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Outras receitas** | **15.070.234** | **646.379** | **1.244.437** | **3.647.569** | **2.504.480** | **1.480.983** | **(1.089.753)** | **23.504.329** | **(2.941.096)** | **20.563.233** |
| Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias | 10.600.019 | 540.875 | 1.242.434 | 1.487.436 | 2.016.462 | 1.110.803 | (770.364) | 16.227.665 | (1.993.388) | 14.234.277 |
| Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto | 105.868 | 96.703 | -- | 51.217 | 1.069 | -- | -- | 254.857 | 1.784.480 | 2.039.337 |
| Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização | -- | -- | -- | 1.886.571 | -- | -- | 109.706 | 1.996.277 | (1.996.277) | -- |
| Demais receitas | 4.364.347 | 8.801 | 2.003 | 222.345 | 486.949 | 370.180 | (429.095) | 5.025.530 | (735.911) | 4.289.619 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Outras despesas** | **(29.247.994)** | **(280.439)** | **(167.841)** | **(1.166.740)** | **(1.807.388)** | **(840.500)** | **925.860** | **(32.585.042)** | **3.525.359** | **(29.059.683)** |
| Despesas de pessoal | (11.370.352) | (28.998) | (49.673) | (168.141) | (109.140) | (188.446) | 4.177 | (11.910.573) | 598.748 | (11.311.825) |
| Outras despesas administrativas | (5.166.418) | (41.478) | (13.897) | (264.700) | (270.659) | (195.726) | 694.649 | (5.258.229) | 616.743 | (4.641.486) |
| Amortização | (874.430) | (40.637) | -- | (38.594) | (12.616) | (2.152) | -- | (968.429) | 57.714 | (910.715) |
| Depreciação | (621.136) | -- | -- | (5.552) | (1.706) | (10.673) | -- | (639.067) | 15.747 | (623.320) |
| Despesas tributárias | (2.126.296) | (42.019) | (84.358) | (375.276) | (232.992) | (162.761) | -- | (3.023.702) | 510.752 | (2.512.950) |
| Demais despesas | (9.089.362) | (127.307) | (19.913) | (314.477) | (1.180.275) | (280.742) | 227.034 | (10.785.042) | 1.725.655 | (9.059.387) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Resultado antes dos tributos e participações** | **4.698.327** | **274.401** | **1.104.814** | **2.997.659** | **903.344** | **656.436** | **--** | **10.634.981** | **(1.030.057)** | **9.604.924** |
| Imposto de renda e contribuição social | 1.622.924 | (101.081) | (441.999) | (1.056.913) | (288.819) | (208.989) | -- | (474.877) | 954.336 | 479.459 |
| Participação de empregados e administradores no lucro | (1.099.059) | -- | (1.089) | (12.586) | (11.918) | (2.794) | -- | (1.127.446) | 75.721 | (1.051.725) |
| Participação dos não controladores | (131.351) | -- | -- | (689.211) | -- | (3) | -- | (820.565) | -- | (820.565) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Lucro líquido** | **5.090.841** | **173.320** | **661.726** | **1.238.949** | **602.607** | **444.650** | **--** | **8.212.093** | **--** | **8.212.093** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldos Patrimoniais** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 527.456.316 | 7.564 | 995.803 | 3.820.516 | 316.644 | 3.851.344 | (11.668.560) | 524.779.627 | (3.517.766) | 521.261.861 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | 182.426.610 | 1.095.203 | 48.661 | 217.782.485 | 6.780.636 | 102.812 | (79.128) | 408.157.279 | (233.244.760) | 174.912.519 |
| Operações de crédito e arrendamento mercantil, líquido de provisões | 558.361.227 | -- | -- | -- | -- | -- | (15.000) | 558.346.227 | (22.271.673) | 536.074.554 |
| Investimentos | 16.407.672 | 868.186 | 39.637 | 583.967 | 1.370.149 | 27 | (15.368.409) | 3.901.229 | 11.392.315 | 15.293.544 |
| Demais Ativos | 295.137.260 | 2.321.148 | 479.772 | 9.677.172 | 24.936.499 | 1.711.558 | (7.149.139) | 327.114.270 | (33.256.706) | 293.857.564 |
| **TOTAL DO ATIVO** | **1.579.789.085** | **4.292.101** | **1.563.873** | **231.864.140** | **33.403.928** | **5.665.741** | **(34.280.236)** | **1.822.298.632** | **(280.898.590)** | **1.541.400.042** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Passivo | 1.479.332.311 | 3.835.959 | 1.424.622 | 225.407.457 | 24.484.232 | 4.003.472 | (18.119.913) | 1.720.368.140 | (280.898.590) | 1.439.469.550 |
| Depósitos | 511.942.530 | 2.822.150 | -- | -- | -- | -- | (2.980.686) | 511.783.994 | (6.268.885) | 505.515.109 |
| Captações no mercado aberto | 514.087.821 | -- | -- | -- | -- | -- | (8.846.409) | 505.241.412 | (8.672.783) | 496.568.629 |
| Recursos de aceites e emissão de títulos | 143.499.427 | -- | -- | -- | -- | 3.161.173 | -- | 146.660.600 | (15.253.154) | 131.407.446 |
| Obrigações por repasses | 64.774.259 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 64.774.259 | (798.235) | 63.976.024 |
| Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização | -- | -- | -- | 217.640.933 | -- | -- | (293) | 217.640.640 | (217.640.640) | -- |
| Demais Passivos | 245.028.274 | 1.013.809 | 1.424.622 | 7.766.524 | 24.484.232 | 842.299 | (6.292.525) | 274.267.235 | (32.264.893) | 242.002.342 |
| Patrimônio Líquido | 100.456.774 | 456.142 | 139.251 | 6.456.683 | 8.919.696 | 1.662.269 | (16.160.323) | 101.930.492 | -- | 101.930.492 |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **1.579.789.085** | **4.292.101** | **1.563.873** | **231.864.140** | **33.403.928** | **5.665.741** | **(34.280.236)** | **1.822.298.632** | **(280.898.590)** | **1.541.400.042** |

|  | **1º Semestre/2018** | | | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Informações Gerenciais por Segmento** | | | | | | | **Reconciliação do Gerencial para o Contábil** | | |
| **Bancário** | **Investimentos** | **Gestão de Recursos** | **Seguros, previdência e capitalização** | **Meios de Pagamento** | **Outros Segmentos** | **Eliminações Intersegmentos** | **Consolidado Gerencial** | **Ajustes de consolidação** | **BB Consolidado** |
| **Receitas da intermediação financeira** | **74.988.154** | **21.932** | **25.899** | **1.531.352** | **402.571** | **77.037** | **(157.364)** | **76.889.581** | **(4.837.765)** | **72.051.816** |
| Operações de crédito e arrendamento mercantil | 48.343.731 | -- | -- | -- | -- | 65.465 | (69.932) | 48.339.264 | (2.514.685) | 45.824.579 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 22.660.733 | 7.593 | 25.899 | 13.681 | 356.738 | 12.042 | (153.917) | 22.922.769 | (883.149) | 22.039.620 |
| Resultado de instrumentos financeiros derivativos | 820.775 | 14.339 | -- | -- | 45.833 | -- | -- | 880.947 | 11.335 | 892.282 |
| Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias | 2.901.237 | -- | -- | -- | -- | (470) | -- | 2.900.767 | (87.858) | 2.812.909 |
| Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros | 261.678 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 261.678 | 220.748 | 482.426 |
| Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização | -- | -- | -- | 1.517.671 | -- | -- | 66.485 | 1.584.156 | (1.584.156) | -- |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Despesas da intermediação financeira** | **(59.776.654)** | **(120.979)** | **--** | **(1.116.922)** | **(18.227)** | **(67.317)** | **333.844** | **(60.766.255)** | **3.262.991** | **(57.503.264)** |
| Operações de captação no mercado | (33.025.069) | (120.979) | -- | -- | -- | (66.435) | 333.338 | (32.879.145) | 1.463.057 | (31.416.088) |
| Operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil | (15.427.293) | -- | -- | -- | (18.227) | (882) | 506 | (15.445.896) | 161.306 | (15.284.590) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (11.302.195) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (11.302.195) | 520.658 | (10.781.537) |
| Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros | (22.097) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (22.097) | 1.048 | (21.049) |
| Atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização | -- | -- | -- | (1.116.922) | -- | -- | -- | (1.116.922) | 1.116.922 | -- |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Outras receitas** | **14.306.228** | **622.508** | **1.165.606** | **4.030.689** | **2.656.019** | **1.279.700** | **(1.058.675)** | **23.002.075** | **(3.492.041)** | **19.510.034** |
| Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias | 10.311.049 | 467.392 | 1.162.361 | 1.065.259 | 2.479.241 | 918.110 | (720.291) | 15.683.121 | (2.337.370) | 13.345.751 |
| Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto | 77.200 | 40.054 | -- | 45.804 | 51.426 | -- | -- | 214.484 | 1.877.707 | 2.092.191 |
| Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização | -- | -- | -- | 2.755.325 | -- | -- | 84.785 | 2.840.110 | (2.840.110) | -- |
| Demais receitas | 3.917.979 | 115.062 | 3.245 | 164.301 | 125.352 | 361.590 | (423.169) | 4.264.360 | (192.268) | 4.072.092 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Outras despesas** | **(25.764.969)** | **(187.857)** | **(173.167)** | **(1.421.003)** | **(1.956.484)** | **(800.727)** | **882.195** | **(29.422.012)** | **3.912.656** | **(25.509.356)** |
| Despesas de pessoal | (10.210.485) | (27.970) | (46.183) | (268.782) | (114.188) | (186.859) | 5.278 | (10.849.189) | 614.927 | (10.234.262) |
| Outras despesas administrativas | (5.196.326) | (31.629) | (27.297) | (341.574) | (254.444) | (188.816) | 726.185 | (5.313.901) | 671.711 | (4.642.190) |
| Amortização | (921.846) | (70.848) | -- | (51.158) | (51.698) | (1.473) | -- | (1.097.023) | 110.949 | (986.074) |
| Depreciação | (584.448) | -- | -- | (8.171) | (6.216) | (8.709) | -- | (607.544) | 21.858 | (585.686) |
| Despesas tributárias | (2.177.704) | (39.106) | (78.790) | (401.014) | (273.950) | (140.914) | -- | (3.111.478) | 588.518 | (2.522.960) |
| Demais despesas | (6.674.160) | (18.304) | (20.897) | (350.304) | (1.255.988) | (273.956) | 150.732 | (8.442.877) | 1.904.693 | (6.538.184) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Resultado antes dos tributos e participações** | **3.752.759** | **335.604** | **1.018.338** | **3.024.116** | **1.083.879** | **488.693** | **--** | **9.703.389** | **(1.154.159)** | **8.549.230** |
| Imposto de renda e contribuição social | (38.074) | (136.541) | (457.058) | (1.120.475) | (345.654) | (145.072) | -- | (2.242.874) | 1.090.192 | (1.152.682) |
| Participação de empregados e administradores no lucro | (781.426) | -- | (1.754) | (18.656) | (8.115) | (1.672) | -- | (811.623) | 63.967 | (747.656) |
| Participação dos não controladores | (126.405) | -- | -- | (638.668) | -- | -- | -- | (765.073) | -- | (765.073) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Lucro líquido** | **2.806.854** | **199.063** | **559.526** | **1.246.317** | **730.110** | **341.949** | **--** | **5.883.819** | **--** | **5.883.819** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Saldos Patrimoniais** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 442.470.694 | 7.119 | 937.179 | 3.274.042 | 516.076 | 549.508 | (9.108.996) | 438.645.622 | (9.905.899) | 428.739.723 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | 160.577.617 | 844.676 | 33.635 | 198.040.626 | 6.825.718 | 340.372 | (207.513) | 366.455.131 | (210.452.145) | 156.002.986 |
| Operações de crédito e arrendamento mercantil, líquido de provisões | 569.667.386 | -- | -- | -- | -- | 3.180.815 | (3.180.815) | 569.667.386 | (21.071.587) | 548.595.799 |
| Investimentos | 15.542.702 | 6.072.405 | 33.794 | 421.475 | 970.114 | 27 | (18.886.526) | 4.153.991 | 13.933.610 | 18.087.601 |
| Demais Ativos | 300.319.561 | 1.002.313 | 429.534 | 13.274.744 | 21.677.794 | 1.531.312 | (6.442.432) | 331.792.826 | (33.289.060) | 298.503.766 |
| **TOTAL DO ATIVO** | **1.488.577.960** | **7.926.513** | **1.434.142** | **215.010.887** | **29.989.702** | **5.602.034** | **(37.826.282)** | **1.710.714.956** | **(260.785.081)** | **1.449.929.875** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Passivo | 1.387.949.127 | 4.775.705 | 1.295.509 | 207.053.260 | 21.147.919 | 3.922.912 | (18.067.307) | 1.608.077.125 | (260.785.081) | 1.347.292.044 |
| Depósitos | 481.771.533 | 3.837.522 | -- | -- | -- | -- | (3.920.330) | 481.688.725 | (6.150.307) | 475.538.418 |
| Captações no mercado aberto | 443.115.055 | -- | -- | -- | -- | -- | (8.371.501) | 434.743.554 | (10.631.864) | 424.111.690 |
| Recursos de aceites e emissão de títulos | 144.130.325 | -- | -- | -- | -- | 3.180.815 | -- | 147.311.140 | (13.028.659) | 134.282.481 |
| Obrigações por repasses | 78.732.363 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 78.732.363 | (1.188.947) | 77.543.416 |
| Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização | -- | -- | -- | 198.831.400 | -- | -- | (8.060) | 198.823.340 | (198.823.340) | -- |
| Demais Passivos | 240.199.851 | 938.183 | 1.295.509 | 8.221.860 | 21.147.919 | 742.097 | (5.767.416) | 266.778.003 | (30.961.964) | 235.816.039 |
| Patrimônio Líquido | 100.628.833 | 3.150.808 | 138.633 | 7.957.627 | 8.841.783 | 1.679.122 | (19.758.975) | 102.637.831 | -- | 102.637.831 |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **1.488.577.960** | **7.926.513** | **1.434.142** | **215.010.887** | **29.989.702** | **5.602.034** | **(37.826.282)** | **1.710.714.956** | **(260.785.081)** | **1.449.929.875** |

* 1. - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Disponibilidades** | **13.129.054** | **13.614.866** | **12.867.715** |
| Disponibilidades em moeda nacional | 8.614.603 | 7.267.009 | 7.938.724 |
| Disponibilidades em moeda estrangeira | 4.499.612 | 6.334.186 | 4.917.079 |
| Aplicações em ouro | 14.839 | 13.671 | 11.912 |
| **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez** **(1)** | **60.161.743** | **46.734.256** | **42.718.024** |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 27.697.597 | 24.573.479 | 34.047.349 |
| Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada | 32.464.146 | 22.160.777 | 8.670.675 |
| **Total** | **73.290.797** | **60.349.122** | **55.585.739** |

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor.

* 1. - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
     1. ) Composição

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Aplicações no Mercado Aberto** | **490.195.488** | **386.875.955** | **392.029.819** |
| **Revendas a Liquidar - Posição Bancada** | **32.477.162** | **22.177.706** | **8.683.320** |
| Letras Financeiras do Tesouro | 545.044 | 20.804.199 | 7.839.499 |
| Letras do Tesouro Nacional | 30.455.291 | -- | 434.749 |
| Notas do Tesouro Nacional | -- | 915.411 | 20.155 |
| Outros títulos | 1.476.827 | 458.096 | 388.917 |
| **Revendas a Liquidar - Posição Financiada** | **457.718.326** | **364.698.249** | **383.346.499** |
| Letras Financeiras do Tesouro | 347.886.077 | 316.683.932 | 345.412.606 |
| Letras do Tesouro Nacional | 41.524.351 | 32.654.881 | 22.691.958 |
| Notas do Tesouro Nacional | 67.526.481 | 14.086.367 | 14.733.262 |
| Outros títulos | 781.417 | 1.273.069 | 508.673 |
| **Aplicações em Depósitos Interfinanceiros** | **31.066.373** | **28.215.642** | **36.709.904** |
| **Total** | **521.261.861** | **415.091.597** | **428.739.723** |
|  |  |  |  |
| Ativo circulante | 519.368.381 | 412.306.070 | 426.698.705 |
| Ativo não circulante | 1.893.480 | 2.785.527 | 2.041.018 |

* + 1. ) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| **Rendas de Aplicações no Mercado Aberto** | **14.528.128** | **13.146.707** |
| Posição bancada | 1.037.240 | 419.097 |
| Posição financiada | 13.490.888 | 12.727.610 |
| **Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros** | **501.851** | **369.468** |
| **Total** **(1)** | **15.029.979** | **13.516.175** |

(1) Os valores compõem o saldo de Resultado de operações com títulos e valores mobiliários na demonstração do resultado.

* 1. - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
     1. ) Títulos e Valores Mobiliários - TVM
        1. ) Composição da carteira consolidada por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

| **Vencimento em Dias** | **30.06.2019** | | | | | | | | **31.12.2018** | | | **30.06.2018** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Valor de Mercado** | | | | | **Total** | | | **Total** | | | **Total** | | |
| **Sem vencimento** | **0 a 30** | **31 a 180** | **181 a 360** | **Acima de 360** | **Valor de custo** | **Valor de mercado** | **Marcação a mercado** | **Valor de custo** | **Valor de mercado** | **Marcação a mercado** | **Valor de custo** | **Valor de mercado** | **Marcação a mercado** |
| **1 - Títulos para Negociação** | **575.517** | **3.767.043** | **776.776** | **217.081** | **2.656.771** | **7.440.660** | **7.993.188** | **552.528** | **5.678.844** | **6.181.752** | **502.908** | **4.647.954** | **5.080.611** | **432.657** |
| **Títulos Públicos** | **--** | **3.752.060** | **746.778** | **204.851** | **2.109.968** | **6.397.304** | **6.813.657** | **416.353** | **4.810.152** | **5.202.584** | **392.432** | **3.817.908** | **4.143.440** | **325.532** |
| Títulos de Governos Estrangeiros | -- | 3.749.990 | 512.503 | 73.987 | 439.541 | 4.375.052 | 4.776.021 | 400.969 | 2.609.657 | 2.988.485 | 378.828 | 2.528.646 | 2.854.478 | 325.832 |
| Letras do Tesouro Nacional | -- | 2.070 | 223.472 | 86.235 | 896.040 | 1.200.205 | 1.207.817 | 7.612 | 1.783.835 | 1.796.917 | 13.082 | 748.643 | 753.019 | 4.376 |
| Notas do Tesouro Nacional | -- | -- | -- | -- | 389.364 | 381.769 | 389.364 | 7.595 | 20.632 | 21.255 | 623 | 8.754 | 8.545 | (209) |
| Letras Financeiras do Tesouro | -- | -- | -- | -- | 298.215 | 297.901 | 298.215 | 314 | 288.957 | 289.289 | 332 | 280.974 | 281.296 | 322 |
| Títulos da Dívida Externa Brasileira | -- | -- | 3.699 | 34.076 | 26.924 | 64.870 | 64.699 | (171) | 28.623 | 28.528 | (95) | 50.916 | 49.002 | (1.914) |
| Outros | -- | -- | 7.104 | 10.553 | 59.884 | 77.507 | 77.541 | 34 | 78.448 | 78.110 | (338) | 199.975 | 197.100 | (2.875) |
| **Títulos Privados** | **575.517** | **14.983** | **29.998** | **12.230** | **546.803** | **1.043.356** | **1.179.531** | **136.175** | **868.692** | **979.168** | **110.476** | **830.046** | **937.171** | **107.125** |
| Cotas de Fundos de Investimento | 531.270 | -- | 29.300 | -- | -- | 442.450 | 560.570 | 118.120 | 659.808 | 764.409 | 104.601 | 579.473 | 696.199 | 116.726 |
| Notas Promissórias | -- | -- | -- | -- | 298.072 | 300.354 | 298.072 | (2.282) | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Debêntures | -- | -- | -- | -- | 211.082 | 210.962 | 211.082 | 120 | 93.478 | 94.235 | 757 | 154.904 | 157.245 | 2.341 |
| Certificado Recebíveis do Agronegócio | -- | -- | -- | -- | 5.444 | 5.585 | 5.444 | (141) | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Certificado de Recebíveis Imobiliários | -- | -- | -- | -- | 5.411 | 5.518 | 5.411 | (107) | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Letras Financeiras | -- | -- | 693 | -- | -- | 693 | 693 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Ações | 271 | -- | -- | -- | -- | 39 | 271 | 232 | 44 | 200 | 156 | 175 | 621 | 446 |
| Certificados de Depósito Bancário | -- | -- | 5 | -- | -- | 5 | 5 | -- | 4 | 4 | -- | 4 | 4 | -- |
| Outros | 43.976 | 14.983 | -- | 12.230 | 26.794 | 77.750 | 97.983 | 20.233 | 115.358 | 120.320 | 4.962 | 95.490 | 83.102 | (12.388) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **2 - Títulos Disponíveis para Venda** | **1.889.379** | **182.056** | **3.455.808** | **15.355.096** | **124.845.297** | **145.583.670** | **145.727.636** | **143.966** | **126.054.816** | **124.375.558** | **(1.679.258)** | **141.393.252** | **138.414.153** | **(2.979.099)** |
| **Títulos Públicos** | **--** | **2.507** | **355.973** | **12.751.055** | **95.484.397** | **107.445.697** | **108.593.932** | **1.148.235** | **93.097.048** | **93.072.027** | **(25.021)** | **111.551.469** | **110.061.450** | **(1.490.019)** |
| Letras Financeiras do Tesouro | -- | -- | -- | 12.397.049 | 75.604.960 | 87.980.289 | 88.002.009 | 21.720 | 74.249.320 | 74.268.661 | 19.341 | 67.245.031 | 67.258.357 | 13.326 |
| Notas do Tesouro Nacional | -- | -- | -- | -- | 7.837.614 | 7.270.586 | 7.837.614 | 567.028 | 2.128.474 | 2.101.303 | (27.171) | 6.575.109 | 6.184.844 | (390.265) |
| Letras do Tesouro Nacional | -- | -- | -- | 239.352 | 6.344.271 | 6.346.320 | 6.583.623 | 237.303 | 7.737.404 | 7.858.819 | 121.415 | 27.496.863 | 26.906.126 | (590.737) |
| Títulos da Dívida Externa Brasileira | -- | -- | -- | -- | 4.020.536 | 3.752.464 | 4.020.536 | 268.072 | 3.728.556 | 3.700.475 | (28.081) | 3.633.588 | 3.359.035 | (274.553) |
| Títulos de Governos Estrangeiros | -- | 2.459 | 355.706 | 114.270 | 1.380.726 | 1.801.108 | 1.853.161 | 52.053 | 4.196.372 | 4.109.811 | (86.561) | 5.733.804 | 5.523.316 | (210.488) |
| Títulos da Dívida Agrária | -- | 48 | 267 | 384 | 979 | 1.713 | 1.678 | (35) | 2.141 | 2.200 | 59 | 2.629 | 2.651 | 22 |
| Outros | -- | -- | -- | -- | 295.311 | 293.217 | 295.311 | 2.094 | 1.054.781 | 1.030.758 | (24.023) | 864.445 | 827.121 | (37.324) |

| **Vencimento em Dias** | **30.06.2019** | | | | | | | | **31.12.2018** | | | **30.06.2018** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Valor de Mercado** | | | | | **Total** | | | **Total** | | | **Total** | | |
| **Sem vencimento** | **0 a 30** | **31 a 180** | **181 a 360** | **Acima de 360** | **Valor de custo** | **Valor de mercado** | **Marcação a mercado** | **Valor de custo** | **Valor de mercado** | **Marcação a mercado** | **Valor de custo** | **Valor de mercado** | **Marcação a mercado** |
| **Títulos Privados** | **1.889.379** | **179.549** | **3.099.835** | **2.604.041** | **29.360.900** | **38.137.973** | **37.133.704** | **(1.004.269)** | **32.957.768** | **31.303.531** | **(1.654.237)** | **29.841.783** | **28.352.703** | **(1.489.080)** |
| Debêntures | 58.231 | -- | 226.702 | 555.498 | 25.711.401 | 27.899.844 | 26.551.832 | (1.348.012) | 25.004.427 | 23.589.395 | (1.415.032) | 23.333.001 | 22.315.073 | (1.017.928) |
| Cédulas de Produto Rural - Commodities | -- | 95.326 | 1.699.875 | 1.799.792 | -- | 3.560.821 | 3.594.993 | 34.172 | 1.460.979 | 1.466.512 | 5.533 | 633.675 | 635.259 | 1.584 |
| Cotas de Fundos de Investimento | 1.808.984 | 84.223 | 128.096 | 147.768 | 318.166 | 1.863.432 | 2.487.237 | 623.805 | 1.854.444 | 2.213.833 | 359.389 | 668.476 | 741.723 | 73.247 |
| Notas Promissórias | 21.060 | -- | 862.241 | 100.983 | -- | 991.948 | 984.284 | (7.664) | 1.128.319 | 1.111.602 | (16.717) | 440.810 | 417.530 | (23.280) |
| Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio | -- | -- | -- | -- | 206.510 | 204.246 | 206.510 | 2.264 | 125.007 | 128.029 | 3.022 | -- | -- | -- |
| Certificados de Recebíveis Imobiliários | -- | -- | -- | -- | 193.121 | 298.301 | 193.121 | (105.180) | 359.154 | 225.845 | (133.309) | 346.631 | 197.725 | (148.906) |
| Certificados de Depósito Bancário | -- | -- | 95.508 | -- | -- | 95.855 | 95.508 | (347) | 97.206 | 97.206 | -- | -- | -- | -- |
| Cédulas de crédito bancário | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 26.830 | 26.044 | (786) |
| Ações | 143 | -- | -- | -- | -- | 312 | 143 | (169) | 266 | 90 | (176) | 20.214 | 25.029 | 4.815 |
| Outros | 961 | -- | 87.413 | -- | 2.931.702 | 3.223.214 | 3.020.076 | (203.138) | 2.927.966 | 2.471.019 | (456.947) | 4.372.146 | 3.994.320 | (377.826) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **3 - Mantidos até o Vencimento** | **--** | **--** | **2.056.530** | **1.016.298** | **15.820.600** | **19.999.084** | **18.893.428** | **(1.105.656)** | **19.855.993** | **19.564.727** | **(291.266)** | **10.764.196** | **9.747.762** | **(1.016.434)** |
| **Títulos Públicos** | **--** | **--** | **2.056.530** | **--** | **6.103.174** | **7.928.011** | **8.159.704** | **231.693** | **7.726.521** | **7.867.926** | **141.405** | **2.463.036** | **2.463.036** | **--** |
| Letras do Tesouro Nacional | -- | -- | 2.056.530 | -- | 3.334.947 | 5.391.477 | 5.391.477 | -- | 5.171.362 | 5.304.520 | 133.158 | -- | -- | -- |
| Títulos da Dívida Externa Brasileira | -- | -- | -- | -- | 2.235.844 | 2.010.607 | 2.235.844 | 225.237 | 2.042.897 | 2.042.897 | -- | 2.042.934 | 2.042.934 | -- |
| Títulos de Governos Estrangeiros | -- | -- | -- | -- | 532.383 | 525.927 | 532.383 | 6.456 | 512.262 | 520.509 | 8.247 | 420.102 | 420.102 | -- |
| **Títulos Privados** | **--** | **--** | **--** | **1.016.298** | **9.717.426** | **12.071.073** | **10.733.724** | **(1.337.349)** | **12.129.472** | **11.696.801** | **(432.671)** | **8.301.160** | **7.284.726** | **(1.016.434)** |
| Debêntures | -- | -- | -- | 497.441 | 8.969.527 | 10.686.305 | 9.466.968 | (1.219.338) | 10.362.485 | 10.097.133 | (265.352) | 6.687.188 | 5.907.031 | (780.157) |
| Notas Promissórias | -- | -- | -- | 518.857 | -- | 518.341 | 518.857 | 517 | 900.295 | 893.716 | (6.579) | 713.982 | 699.431 | (14.551) |
| Letras Financeiras | -- | -- | -- | -- | 509.526 | 509.526 | 509.526 | -- | 493.531 | 493.531 | -- | 489.960 | 489.960 | -- |
| Certificados de Recebíveis Imobiliários | -- | -- | -- | -- | 238.373 | 356.902 | 238.373 | (118.529) | 373.161 | 212.421 | (160.740) | 410.030 | 188.304 | (221.726) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Total** | **2.464.896** | **3.949.099** | **6.289.114** | **16.588.475** | **143.322.668** | **173.023.415** | **172.614.252** | **(409.162)** | **151.589.653** | **150.122.037** | **(1.467.616)** | **156.805.402** | **153.242.526** | **(3.562.876)** |

* + - 1. ) Composição da carteira consolidada por rubricas de publicação e prazo de vencimento

| **Vencimento em Dias** | **30.06.2019** | | | | | | | | **31.12.2018** | | | **30.06.2018** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Valor de Mercado** | | | | | **Total** | | | **Total** | | | **Total** | | |
| **Sem vencimento** | **0 a 30** | **31 a 180** | **181 a 360** | **Acima de 360** | **Valor de custo** | **Valor de mercado** | **Marcação a mercado** | **Valor de custo** | **Valor de mercado** | **Marcação a mercado** | **Valor de custo** | **Valor de mercado** | **Marcação a mercado** |
| **Por Carteira** | **2.464.896** | **3.949.099** | **6.289.114** | **16.588.475** | **143.322.668** | **173.023.415** | **172.614.252** | **(409.162)** | **151.589.653** | **150.122.037** | **(1.467.616)** | **156.805.402** | **153.242.526** | **(3.562.876)** |
| Carteira própria | 2.464.896 | 3.791.050 | 5.949.625 | 7.708.469 | 109.117.962 | 129.894.954 | 129.032.002 | (862.951) | 110.479.199 | 109.022.227 | (1.456.972) | 117.662.356 | 114.492.518 | (3.169.838) |
| Vinculados a compromissos de recompra | -- | 158.049 | 223.365 | 6.945.009 | 31.304.117 | 38.212.864 | 38.630.540 | 417.676 | 37.654.867 | 37.610.886 | (43.981) | 36.079.989 | 35.708.238 | (371.751) |
| Vinculados à prestação de garantias | -- | -- | 116.124 | 1.934.997 | 2.900.589 | 4.915.597 | 4.951.710 | 36.113 | 3.455.587 | 3.488.924 | 33.337 | 3.063.057 | 3.041.770 | (21.287) |

* + - 1. ) Composição da carteira consolidada por categoria e prazo de vencimento em anos

| **Vencimento em Anos** | **30.06.2019** | | | | | | | **31.12.2018** | | **30.06.2018** | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Valor de Mercado** | | | | | **Total** | | **Total** | | **Total** | |
| **Sem vencimento** | **A vencer em até um ano** | **A vencer entre 1 e 5 anos** | **A vencer entre 5 e 10 anos** | **A vencer após 10 anos** | **Valor de custo** | **Valor de mercado** | **Valor de custo** | **Valor de mercado** | **Valor de custo** | **Valor de mercado** |
| **Por Categoria** | **2.464.896** | **26.826.688** | **83.018.641** | **52.200.829** | **8.103.198** | **173.023.415** | **172.614.252** | **151.589.653** | **150.122.037** | **156.805.402** | **153.242.526** |
| 1 - Títulos para Negociação | 575.517 | 4.760.900 | 2.024.296 | 583.867 | 48.608 | 7.440.660 | 7.993.188 | 5.678.844 | 6.181.752 | 4.647.954 | 5.080.611 |
| 2 - Títulos Disponíveis para Venda | 1.889.379 | 18.992.960 | 70.020.132 | 47.649.720 | 7.175.445 | 145.583.670 | 145.727.636 | 126.054.816 | 124.375.558 | 141.393.252 | 138.414.153 |
| 3 - Mantidos até o Vencimento | -- | 3.072.828 | 10.974.213 | 3.967.242 | 879.145 | 19.999.085 | 18.893.428 | 19.855.993 | 19.564.727 | 10.764.196 | 9.747.762 |

* + - 1. ) Resumo da carteira consolidada por rubricas de publicação

|  | **30.06.2019** | | | **31.12.2018** | | | **30.06.2018** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Valor Contábil** | | | **Valor Contábil** | | | **Valor Contábil** | | |
| **Circulante** | **Não circulante** | **Total** | **Circulante** | **Não circulante** | **Total** | **Circulante** | **Não circulante** | **Total** |
| **Por Carteira** | **31.948.355** | **141.771.553** | **173.719.908** | **21.704.747** | **128.708.556** | **150.413.303** | **19.244.476** | **135.014.484** | **154.258.960** |
| Carteira própria | 22.570.810 | 107.746.960 | 130.317.770 | 19.892.244 | 89.416.471 | 109.308.715 | 16.651.896 | 98.856.338 | 115.508.234 |
| Vinculados a compromissos de recompra | 7.326.424 | 31.124.004 | 38.450.428 | 1.543.982 | 36.071.681 | 37.615.663 | 2.419.864 | 33.289.092 | 35.708.956 |
| Vinculados à prestação de garantias | 2.051.121 | 2.900.589 | 4.951.710 | 268.521 | 3.220.404 | 3.488.925 | 172.716 | 2.869.054 | 3.041.770 |

* + - 1. ) Resumo da carteira consolidada por categoria

|  | **30.06.2019** | | **31.12.2018** | | **30.06.2018** | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Por Categoria** |  |  |  |  |  |  |
| 1 - Títulos para Negociação | 7.993.188 | 5% | 6.181.752 | 4% | 5.080.611 | 3% |
| 2 - Títulos Disponíveis para Venda | 145.727.636 | 84% | 124.375.558 | 83% | 138.414.153 | 90% |
| 3 - Mantidos até o Vencimento | 19.999.084 | 11% | 19.855.993 | 13% | 10.764.196 | 7% |
| **Valor Contábil da Carteira** | **173.719.908** | **100%** | **150.413.303** | **100%** | **154.258.960** | **100%** |
| Marcação a mercado da categoria 3 | (1.105.655) | -- | (291.266) | -- | (1.016.434) | -- |
| **Valor de Mercado da Carteira** | **172.614.253** | **--** | **150.122.037** | **--** | **153.242.526** | **--** |

* + 1. ) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 7.b) | 15.029.979 | 13.516.175 |
| Títulos de renda fixa | 6.242.905 | 5.824.442 |
| Títulos de renda variável | (227.786) | 2.699.003 |
| **Total** | **21.045.098** | **22.039.620** |

* + 1. ) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários no 1º semestre/2019.

No 1º semestre/2018, houve a seguinte reclassificação:

Com o objetivo de alinhar a estratégia negocial à gestão dos descasamentos de ativos e passivos, foi realizada em 29.06.2018 a reclassificação de R$ 2.042.934 mil em títulos da dívida externa brasileira, da categoria “Disponíveis para Venda” para a categoria “Mantidos até o Vencimento”, sendo atestada a respectiva capacidade financeira. O ajuste não refletiu efeitos tributários ou impactos no patrimônio líquido.

* + 1. ) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a hedge (de risco de mercado) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de hedge das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos compatíveis com os objetivos definidos, observando a melhor relação risco e retorno e considerando o cenário econômico. São consideradas, na gestão dos riscos dos instrumentos financeiros derivativos, as diversas categorias de riscos e adotada a visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

O Banco avalia a liquidez dos instrumentos financeiros derivativos e identifica, previamente, meios de reversão das posições. Utilizam-se sistemas e processos que permitem o registro, o acompanhamento e o controle das operações com instrumentos financeiros derivativos.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas controladas são os de crédito, mercado, liquidez e operacional, sendo o processo de gestão apresentado na Nota 28.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

As estratégias de posicionamento respeitam os limites de alçada e exposição a risco estabelecidos. Os posicionamentos são reavaliados diariamente e no início de cada dia é realizada uma avaliação das estratégias e desempenhos.

As estratégias são elaboradas com base em:

* análise de cenários econômicos;
* análise técnica (gráfica) e análise fundamentalista;
* simulação de resultados esperados;
* simulação de valor em risco (VaR, EVE, Estresse).

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para hedge de posições próprias, para atendimento às necessidades dos clientes e para tomada de posições intencionais, segundo limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

Os objetivos a serem alcançados com as operações de hedge são definidos de forma consolidada, garantida a efetividade de cada operação e observadas as regulamentações de cada jurisdição. Utilizam-se mecanismos de avaliação e acompanhamento da efetividade das operações de hedge com vistas a compensar efeitos da variação no valor de mercado ou no fluxo de caixa do item objeto de hedge.

O Banco documenta a identificação do item objeto de hedge das operações realizadas com a finalidade de compensar seus riscos desde a sua concepção.

A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco (VaR), de sensibilidade e análise de estresse.

O VaR é utilizado para estimar a perda potencial sob condições rotineiras no mercado, dimensionada diariamente em valores monetários, considerando um intervalo de confiança de 99,21%, horizonte temporal de 10 dias e série histórica de 252 dias úteis.

Para cálculo do VaR, o Banco utiliza a metodologia de Simulação Histórica, que assume a hipótese de que o comportamento retrospectivo dos retornos observados (histórico) dos fatores de risco constitui-se em informação relevante para a mensuração dos riscos de mercado.

Dessa forma, o valor em risco calculado para a carteira de derivativos do Banco Múltiplo, em 28.06.2019, foi de R$ 173.496 mil (R$ 103.290 mil em 29.06.2018).

A exposição de crédito em swaptotalizou R$ 450.487 mil em 30.06.2019 (R$ 300.658 mil em 30.06.2018).

* + - 1. ) Composição da carteira de derivativos por indexador

| **Por Indexador** | **30.06.2019** | | | **31.12.2018** | | | **30.06.2018** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Valor de referência** | **Valor de custo** | **Valor de mercado** | **Valor de referência** | **Valor de custo** | **Valor de mercado** | **Valor de referência** | **Valor de custo** | **Valor de mercado** |
| **Contratos de Futuros** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Compromissos de Compra** | **9.041.087** | **--** | **--** | **5.629.726** | **--** | **--** | **2.870.476** | **--** | **--** |
| DI | 2.204.718 | -- | -- | 3.139.411 | -- | -- | 2.237.688 | -- | -- |
| Moedas | 6.758.018 | -- | -- | 2.465.529 | -- | -- | 618.392 | -- | -- |
| Índice Bovespa | 63.989 | -- | -- | 24.786 | -- | -- | 11.969 | -- | -- |
| Commodities | 14.362 | -- | -- | -- | -- | -- | 2.427 | -- | -- |
| **Compromissos de Venda** | **10.056.572** | **--** | **--** | **14.801.489** | **--** | **--** | **24.397.760** | **--** | **--** |
| DI | 2.405.205 | -- | -- | 1.376.442 | -- | -- | 441.496 | -- | -- |
| Moedas | 221.309 | -- | -- | 320.925 | -- | -- | 1.312.170 | -- | -- |
| T-Note | 505.671 | -- | -- | 225.154 | -- | -- | 385.580 | -- | -- |
| Libor | 6.759.931 | -- | -- | 12.760.488 | -- | -- | 22.165.017 | -- | -- |
| Commodities | 164.456 | -- | -- | 118.480 | -- | -- | 93.497 | -- | -- |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Operações a Termo** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Posição Ativa** | **7.400.070** | **668.643** | **692.026** | **8.172.801** | **275.526** | **304.852** | **8.605.503** | **612.719** | **732.557** |
| Termo de título | 510.546 | 510.546 | 510.546 | 13.390 | 13.390 | 13.390 | 63.708 | 63.708 | 63.708 |
| Termo de moeda | 6.730.210 | 147.457 | 146.210 | 8.074.401 | 259.294 | 281.038 | 8.497.407 | 546.099 | 664.734 |
| Termo de mercadoria | 159.314 | 10.640 | 35.270 | 85.010 | 2.842 | 10.424 | 44.388 | 2.912 | 4.115 |
| **Posição Passiva** | **10.909.661** | **(913.045)** | **(783.567)** | **7.212.413** | **(363.019)** | **(313.727)** | **6.076.422** | **(390.064)** | **(421.515)** |
| Termo de título | 510.546 | (510.546) | (510.546) | (13.390) | (13.390) | (13.390) | 63.708 | (63.708) | (63.708) |
| Termo de moeda | 10.329.556 | (391.745) | (261.561) | 7.142.788 | (330.032) | (289.313) | 5.942.338 | (322.033) | (351.110) |
| Termo de mercadoria | 69.559 | (10.754) | (11.460) | 83.015 | (19.597) | (11.024) | 70.376 | (4.323) | (6.697) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Contrato de Opções** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **De Compra - Posição Comprada** | **16.755** | **524** | **59** | **92.995** | **3.436** | **2.756** | **371.023** | **15.008** | **24.407** |
| Moeda estrangeira | 16.755 | 524 | 59 | 92.995 | 3.436 | 2.756 | 371.023 | 15.008 | 24.407 |
| **De Venda - Posição Comprada** | **--** | **--** | **--** | **263.800** | **55** | **2.425** | **138.905** | **144.712** | **138.905** |
| Índice DI | -- | -- | -- | 263.800 | 55 | 2.425 | -- | -- | -- |
| Ações | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 138.905 | 144.712 | 138.905 |
| **De Compra - Posição Vendida** | **40.496** | **(3.442)** | **(4.512)** | **146.405** | **(8.574)** | **(11.386)** | **196.883** | **(19.064)** | **(18.068)** |
| Moeda estrangeira | 2.761 | (96) | (165) | 66.213 | (1.333) | (817) | 11.901 | (985) | (1.588) |
| Índice Bovespa | 30.551 | (2.459) | (3.275) | 42.183 | (3.620) | (6.723) | -- | -- | -- |
| Índice DI | -- | -- | -- | 2.193 | (9) | -- | 22.156 | (2.046) | (1.700) |
| Índice IPCA | 6.865 | (880) | (1.072) | 35.566 | (3.598) | (3.825) | 162.432 | (16.029) | (14.780) |
| Commodities | 319 | (7) | -- | 250 | (14) | (21) | 394 | (4) | -- |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **De Venda - Posição Vendida** | **203.890** | **(2.494)** | **(4.831)** | **572.457** | **(6.708)** | **(8.347)** | **782.996** | **(16.338)** | **(11.416)** |
| Moeda estrangeira | 26.347 | (1.135) | (1.069) | 122.979 | (5.275) | (3.409) | 597.186 | (15.007) | (9.154) |
| Índice DI | 162.248 | (1.024) | (1.999) | 432.057 | (1.102) | (4.667) | 175.665 | (1.103) | (2.166) |
| Commodities | 15.295 | (335) | (1.763) | 17.421 | (331) | (271) | 10.145 | (228) | (96) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Contratos de Swaps** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Posição Ativa** | **6.469.540** | **346.767** | **353.180** | **9.804.366** | **204.028** | **238.048** | **10.883.287** | **659.607** | **678.707** |
| DI | 658.471 | 22.224 | 18.436 | 840.820 | 72.150 | 71.643 | 284.806 | 49.977 | 46.541 |
| Moeda estrangeira | 3.874.847 | 245.127 | 230.816 | 7.552.293 | 105.454 | 112.687 | 10.202.276 | 601.393 | 622.771 |
| Pré-fixado | 1.936.222 | 79.416 | 103.928 | 1.411.253 | 26.424 | 53.718 | 396.205 | 8.237 | 9.395 |
| **Posição Passiva** | **12.946.303** | **(170.757)** | **(299.786)** | **7.351.207** | **(80.249)** | **(452.200)** | **8.928.752** | **(539.105)** | **(914.522)** |
| DI | 4.378.574 | (85.916) | (94.903) | 101.678 | (19.786) | (19.713) | 101.678 | (16.943) | (13.461) |
| Moeda estrangeira | 8.117.537 | (73.702) | (164.497) | 5.417.413 | (282.536) | (384.068) | 6.788.315 | (717.416) | (834.526) |
| Pré-fixado | 414.192 | (11.085) | (39.083) | 1.832.116 | 222.073 | (48.419) | 1.742.377 | 218.051 | (37.378) |
| IPCA | 36.000 | (54) | (1.303) | -- | -- | -- | 296.382 | (22.797) | (29.157) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Outros Derivativos** **(1)** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Posição Ativa** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Moeda estrangeira | 5.441.518 | 166.720 | 147.346 | 5.496.867 | 215.389 | 135.081 | 4.597.077 | 193.926 | 169.449 |
| **Posição Passiva** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Moeda estrangeira | 2.724.612 | (17.569) | (27.636) | 3.739.922 | (8.709) | (23.541) | 2.266.969 | (10.671) | (22.062) |

(1) Referem-se, essencialmente, a operações realizadas no mercado Forex no exterior, registradas como contratos de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward - NDF). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

* + - 1. ) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

| **Vencimento em Dias** | **0 a 30** | **31 a 180** | **181 a 360** | **Acima de 360** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Contratos de Futuros | 932.856 | 10.623.527 | 2.369.574 | 5.171.702 | 19.097.659 | 20.431.215 | 27.268.236 |
| Contratos a Termo | 6.829.014 | 6.220.577 | 4.033.268 | 1.226.872 | 18.309.731 | 15.385.214 | 14.681.925 |
| Contratos de Opções | 32 | 82.442 | 168.380 | 10.287 | 261.141 | 1.075.657 | 1.489.807 |
| Contratos de Swaps | 2.262.027 | 7.095.221 | 4.268.812 | 5.789.783 | 19.415.843 | 17.155.573 | 19.812.039 |
| Outros | 1.953.521 | 5.652.481 | 560.128 | -- | 8.166.130 | 9.236.789 | 6.864.046 |

* + - 1. ) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial em 30.06.2019)

|  | **Futuros** | **Termo** | **Opções** | **Swap** | **Outros** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Bolsa |  |  |  |  |  |
| B3 | 11.832.057 | -- | 15.614 | -- | -- |
| Exterior | 7.265.602 | -- | -- | -- | -- |
| Balcão |  |  |  |  |  |
| Clientes | -- | 16.070.356 | 245.527 | 4.904.837 | -- |
| Instituições Financeiras | -- | 2.239.375 | -- | 14.511.006 | 8.166.130 |

* + - 1. ) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| Letras Financeiras do Tesouro | 2.250.600 | 651.185 | 485.804 |
| **Total** | **2.250.600** | **651.185** | **485.804** |

* + - 1. ) Composição da carteira de derivativos designados para hedge

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Hedge de risco de mercado** |  |  |  |
| **Instrumentos de Hedge** |  |  |  |
| **Ativo** | **--** | **--** | **138.905** |
| Opções | -- | -- | 138.905 |
| **Passivo** | **(61.781)** | **(92.201)** | **(118.135)** |
| Swap | (61.781) | (92.201) | (118.135) |
| **Itens Objeto de Hedge** |  |  |  |
| **Ativo** | **1.138.077** | **664.473** | **449.188** |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 1.138.077 | 664.473 | 424.253 |
| Aplicações em títulos e valores mobiliários | -- | -- | 24.935 |
| **Passivo** | **(1.052.298)** | **(550.091)** | **(284.925)** |
| Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior | (1.052.298) | (550.091) | (284.925) |

O Banco utiliza swap (*Cross Currency Interest Rate Swap*) para hedge de captações externas como proteção de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros. Em 30.06.2018, o BB-Banco de Investimento utilizou um contrato de opções para compensar os riscos decorrentes das variações de mercado de ações, liquidado em 30.11.2018. As operações de hedge citadas foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do hedge corresponde ao intervalo de 80% a 125%:

* + - 1. ) Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| Perdas dos itens objeto de hedge | (114.209) | (12.057) |
| Ganhos dos instrumentos de hedge | 114.209 | 9.652 |
| **Efeito líquido** | **--** | **(2.405)** |
| Ganhos dos itens objeto de hedge | 102.550 | -- |
| Perda dos instrumentos de hedge | (100.315) | -- |
| **Efeito líquido** | **2.235** | **--** |

* + - 1. ) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

|  | **30.06.2019** | | **31.12.2018** | | **30.06.2018** | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Circulante** | **Não circulante** | **Circulante** | **Não circulante** | **Circulante** | **Não circulante** |
| **Ativo** |  |  |  |  |  |  |
| Operações a Termo | 665.262 | 26.764 | 289.450 | 15.402 | 695.063 | 37.494 |
| Contratos de Opções | 59 | -- | 5.060 | 121 | 163.309 | 4 |
| Contratos de Swaps | 64.558 | 288.622 | 178.681 | 59.367 | 650.655 | 28.052 |
| Outros Derivativos | 147.346 | -- | 134.872 | 209 | 168.544 | 905 |
| **Total** | **877.225** | **315.386** | **608.063** | **75.099** | **1.677.571** | **66.455** |
|  |  |  |  |  |  |  |
| **Passivo** |  |  |  |  |  |  |
| Operações a Termo | (747.856) | (35.711) | (303.887) | (9.840) | (409.553) | (11.962) |
| Contratos de Opções | (7.814) | (1.529) | (16.075) | (3.658) | (26.462) | (3.022) |
| Contratos de Swaps | (129.358) | (170.428) | (250.133) | (202.067) | (651.383) | (263.139) |
| Outros Derivativos | (27.636) | -- | (23.413) | (128) | (20.608) | (1.454) |
| **Total** | **(912.664)** | **(207.668)** | **(593.508)** | **(215.693)** | **(1.108.006)** | **(279.577)** |

* + 1. ) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| Swap | 261.187 | 405.485 |
| Termo | (62.128) | 521.662 |
| Opções | (3.161) | 31.227 |
| Futuro | (445.321) | (105.141) |
| Outros Derivativos | 190.858 | 39.049 |
| **Total** | **(58.565)** | **892.282** |

* 1. - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS
     1. ) Pagamentos e Recebimentos a Liquidar

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ativo** |  |  |  |
| **Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação** **(1)** |  |  |  |
| Cheques e outros papéis | 2.648.043 | 983 | 484.100 |
| Documentos enviados por outros participantes | 1.967.619 | -- | 1.638.864 |
| **Transações de Pagamentos** |  |  |  |
| Aquisição de recebíveis cartão (Nota 10.a) | 4.567.727 | 4.036.002 | 3.292.070 |
| **Total** | **9.183.389** | **4.036.985** | **5.415.034** |
|  |  |  |  |
| Ativo circulante | 4.945.343 | 591.555 | 2.122.964 |
| Ativo não circulante | 4.238.046 | 3.445.430 | 3.292.070 |
|  |  |  |  |
| **Passivo** |  |  |  |
| **Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação** **(1)** |  |  |  |
| Recebimentos remetidos | 2.237.628 | -- | 1.836.599 |
| Cheques e outros papéis | 547.855 | -- | 509.467 |
| Demais recebimentos | 7.999 | 1.638 | 8.136 |
| **Total** | **2.793.482** | **1.638** | **2.354.202** |
|  |  |  |  |
| Passivo circulante | 2.793.482 | 1.638 | 2.354.202 |

(1) Em 31.12.2018, não houve funcionamento do serviço de compensação de cheques e outros papéis.

* + 1. ) Créditos Vinculados

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil** | **62.558.258** | **59.115.355** | **70.243.570** |
| Depósitos de poupança | 34.942.088 | 34.757.756 | 33.199.880 |
| Depósitos à vista | 13.672.213 | 10.221.107 | 14.214.739 |
| Depósitos a prazo | 13.482.929 | 13.751.778 | 15.010.919 |
| Recursos de microfinanças | 282.857 | 204.459 | 320.628 |
| Recursos do crédito rural (1) | -- | -- | 7.408.359 |
| Outros | 178.171 | 180.255 | 89.045 |
| **Sistema Financeiro da Habitação** | **2.604.862** | **2.734.134** | **2.868.849** |
| Fundo de compensação de variações salariais | 3.415.528 | 3.316.499 | 3.220.901 |
| Provisão para perdas em créditos vinculados | (822.676) | (596.639) | (363.169) |
| Demais | 12.010 | 14.274 | 11.117 |
| **Tesouro Nacional - Crédito Rural** | **31.265** | **53.648** | **18.453** |
| Crédito rural - Proagro | 31.265 | 53.648 | 18.453 |
| **Total** | **65.194.385** | **61.903.137** | **73.130.872** |
|  |  |  |  |
| Ativo circulante | 65.184.351 | 61.888.022 | 73.129.401 |
| Ativo não circulante | 10.034 | 15.115 | 1.471 |

(1) Referem-se aos recursos recolhidos ao Bacen em virtude de não terem sido aplicados no crédito rural, conforme Resolução CMN n.º 3.745/2009. Os recursos foram objeto de suprimento especial pelo Bacen e mantidos no Banco, sendo registrados em Obrigações por Repasses (Nota 19.b).

* + 1. ) Resultado das Aplicações Compulsórias

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| **Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil** | **1.232.360** | **1.301.071** |
| Depósitos de poupança | 818.338 | 819.544 |
| Exigibilidade sobre recursos a prazo | 414.022 | 481.527 |
| **Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação** | **100.038** | **90.299** |
| **Créditos Vinculados ao Tesouro Nacional - Crédito Rural** | **1.902** | **913** |
| **Reversão/(Provisão) para Desvalorização de Créditos Vinculados** | **(226.326)** | **(9.931)** |
| **Total** | **1.107.974** | **1.382.352** |

* 1. - OPERAÇÕES DE CRÉDITO
     1. ) Carteira por Modalidade

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Operações de Crédito** | **569.801.872** | **581.766.156** | **582.133.210** |
| Empréstimos e direitos creditórios descontados | 213.771.106 | 205.752.015 | 200.208.651 |
| Financiamentos | 129.958.051 | 147.396.273 | 155.758.729 |
| Financiamentos rurais | 170.157.634 | 171.849.281 | 169.786.072 |
| Financiamentos imobiliários | 55.547.107 | 56.363.519 | 55.930.870 |
| Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento | -- | -- | 36 |
| Operações de crédito vinculadas a cessão (1) | 367.974 | 405.068 | 448.852 |
| **Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito** | **56.294.199** | **59.871.020** | **55.256.917** |
| Operações com cartão de crédito | 26.156.833 | 28.079.268 | 24.093.616 |
| Adiantamentos sobre contratos de câmbio (2) | 17.685.326 | 18.974.290 | 17.260.702 |
| Outros créditos vinculados a operações adquiridas (3) | 5.623.480 | 6.124.782 | 8.533.573 |
| Aquisição de recebíveis | 5.518.502 | 5.680.886 | 4.185.844 |
| Avais e fianças honrados | 718.110 | 362.737 | 518.383 |
| Diversos | 591.948 | 649.057 | 664.799 |
| **Operações de Arrendamento Mercantil** | **226.127** | **233.714** | **286.898** |
|  |  |  |  |
| **Total da Carteira de Crédito** | **626.322.198** | **641.870.890** | **637.677.025** |
|  |  |  |  |
| **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** | **(35.546.921)** | **(34.350.503)** | **(35.181.131)** |
| (Provisão para operações de crédito) | (33.947.159) | (32.778.037) | (33.812.531) |
| (Provisão para outros créditos) (4) | (1.593.476) | (1.562.212) | (1.356.822) |
| (Provisão para arrendamento mercantil) | (6.286) | (10.254) | (11.778) |
|  |  |  |  |
| **Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões** | **590.775.277** | **607.520.387** | **602.495.894** |

(1) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de outras obrigações.

(3) Operações de crédito adquiridas com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente do ativo financeiro objeto da operação.

(4) Inclui o valor de R$ 17.472 mil em 30.06.2019 (R$ 12.930 mil em 31.12.2018 e R$ 12.430 mil em 30.06.2018) referente à provisão para perdas em repasses interfinanceiros.

* + 1. ) Receitas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| **Receitas de Operações de Crédito** | **40.313.415** | **45.717.745** |
| Empréstimos e direitos creditórios descontados | 23.051.331 | 22.270.774 |
| Financiamentos rurais | 5.328.540 | 5.351.417 |
| Financiamentos | 3.503.025 | 9.858.431 |
| Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1) | 3.219.460 | 2.756.171 |
| Financiamentos imobiliários | 2.158.694 | 2.144.956 |
| Equalização de taxas – Safra agrícola – Lei n.º 8.427/1992 | 1.597.437 | 1.666.138 |
| Financiamentos à exportação | 861.787 | 1.071.179 |
| Financiamentos de moedas estrangeiras | 184.601 | 325.126 |
| Aquisição de recebíveis | 172.969 | 139.915 |
| Adiantamentos a depositantes | 160.846 | 94.056 |
| Avais e fianças honrados | 52.687 | 16.227 |
| Demais | 22.038 | 23.355 |
| **Receitas de Arrendamento Mercantil (Nota 10.i)** | **59.368** | **106.834** |
| **Total** | **40.372.783** | **45.824.579** |

(1) Foram recuperadas, por meio de cessões de crédito sem coobrigação a entidades não integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001, operações baixadas em prejuízo no montante de R$ 117.622 mil no primeiro semestre de 2019 (com impacto no resultado de R$ 67.291 mil, líquido de impostos) e R$ 56.945 mil no primeiro semestre de 2018 (com impacto no resultado de R$ 29.863 mil, líquido de impostos). O valor contábil dessas operações eram de R$ 129.555 mil e R$ 126.510 mil, respectivamente.

* + 1. ) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

|  | **30.06.2019** | **%** | **31.12.2018** | **%** | **30.06.2018** | **%** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Setor Público** | **62.231.412** | **10,0** | **75.047.238** | **11,7** | **78.707.307** | **12,2** |
| Administração pública | 43.145.922 | 6,9 | 45.139.798 | 7,1 | 45.418.509 | 7,1 |
| Petroleiro | 11.325.050 | 1,8 | 21.010.203 | 3,3 | 23.147.978 | 3,6 |
| Energia elétrica | 5.827.747 | 0,9 | 6.755.892 | 1,0 | 7.939.523 | 1,2 |
| Serviços | 681.606 | 0,1 | 815.804 | 0,1 | 948.140 | 0,1 |
| Demais atividades | 1.251.087 | 0,3 | 1.325.541 | 0,2 | 1.253.157 | 0,2 |
| **Setor Privado** **(1)** | **564.090.786** | **90,0** | **566.823.652** | **88,3** | **558.969.718** | **87,8** |
| **Pessoa Física** | **360.311.691** | **57,5** | **349.076.508** | **54,5** | **338.375.456** | **53,1** |
| **Pessoa Jurídica** | **203.779.095** | **32,5** | **217.747.144** | **33,8** | **220.594.262** | **34,7** |
| Agronegócio de origem vegetal | 32.678.699 | 5,2 | 33.394.294 | 5,2 | 35.274.652 | 5,5 |
| Mineração e metalurgia | 18.251.542 | 2,9 | 20.615.867 | 3,2 | 20.246.611 | 3,2 |
| Serviços | 17.276.306 | 2,8 | 17.499.373 | 2,7 | 16.916.679 | 2,7 |
| Transportes | 15.797.314 | 2,5 | 16.953.618 | 2,6 | 18.002.932 | 2,8 |
| Agronegócio de origem animal | 14.318.928 | 2,3 | 15.159.180 | 2,4 | 14.206.801 | 2,2 |
| Automotivo | 13.179.609 | 2,1 | 15.524.039 | 2,4 | 16.484.650 | 2,6 |
| Comércio varejista | 9.558.978 | 1,5 | 9.405.030 | 1,5 | 8.983.423 | 1,4 |
| Imobiliário | 8.897.530 | 1,4 | 10.849.172 | 1,7 | 12.260.350 | 1,9 |
| Combustíveis | 7.971.285 | 1,3 | 10.126.554 | 1,6 | 8.887.581 | 1,4 |
| Insumos agrícolas | 7.856.305 | 1,3 | 7.743.193 | 1,2 | 6.995.854 | 1,1 |
| Instituições e serviços financeiros | 7.605.723 | 1,2 | 6.720.936 | 1,0 | 6.429.944 | 1,0 |
| Energia elétrica | 7.345.221 | 1,2 | 7.824.041 | 1,2 | 8.954.907 | 1,4 |
| Atividades específicas da construção | 6.689.177 | 1,1 | 7.113.723 | 1,1 | 7.075.285 | 1,1 |
| Comércio atacadista e indústrias diversas | 5.907.667 | 0,9 | 5.851.250 | 0,9 | 5.418.448 | 0,9 |
| Químico | 5.835.993 | 0,9 | 5.829.299 | 0,9 | 5.305.136 | 0,8 |
| Têxtil e confecções | 5.533.472 | 0,9 | 5.660.458 | 0,9 | 5.517.596 | 0,9 |
| Eletroeletrônico | 4.939.495 | 0,8 | 6.081.327 | 0,9 | 5.615.162 | 0,9 |
| Madeireiro e moveleiro | 3.879.439 | 0,6 | 3.707.152 | 0,6 | 4.149.193 | 0,6 |
| Papel e celulose | 3.239.362 | 0,5 | 4.143.109 | 0,6 | 3.688.033 | 0,6 |
| Construção pesada | 2.302.694 | 0,4 | 2.503.080 | 0,4 | 2.888.298 | 0,5 |
| Telecomunicações | 1.845.612 | 0,3 | 1.749.995 | 0,3 | 4.224.482 | 0,7 |
| Demais atividades | 2.868.744 | 0,4 | 3.292.454 | 0,5 | 3.068.245 | 0,5 |
| **Total** | **626.322.198** | **100,0** | **641.870.890** | **100,0** | **637.677.025** | **100,0** |

(1) Os valores evidenciados no item Pessoa Física incluem operações de crédito com os setores de agronegócio, habitacional e com outros setores de atividade econômica realizadas com pessoas físicas. Para os setores de atividade econômica evidenciados, as operações são exclusivas com pessoas jurídicas.

* + 1. ) Carteira de Crédito por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento

|  | **AA** | **A** | **B** | **C** | **D** | **E** | **F** | **G** | **H** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Operações em Curso Normal** | | | | | | | | | | | |
| **Parcelas Vincendas** | | | | | | | | | | | | |
| 01 a 30 | 15.467.861 | 6.997.987 | 14.031.060 | 8.033.206 | 512.247 | 114.471 | 36.209 | 26.208 | 222.884 | 45.442.133 | 45.651.419 | 44.942.768 |
| 31 a 60 | 10.820.341 | 4.877.547 | 5.963.853 | 2.713.164 | 256.798 | 74.467 | 243.486 | 23.573 | 169.884 | 25.143.113 | 25.969.888 | 24.378.721 |
| 61 a 90 | 10.536.264 | 3.725.715 | 4.738.034 | 2.221.516 | 229.219 | 87.514 | 41.959 | 20.671 | 178.607 | 21.779.499 | 17.615.291 | 23.076.931 |
| 91 a 180 | 29.011.130 | 9.141.422 | 11.166.934 | 5.286.437 | 657.082 | 268.941 | 246.455 | 155.034 | 560.790 | 56.494.225 | 57.917.402 | 52.716.466 |
| 181 a 360 | 41.604.166 | 8.359.475 | 18.948.919 | 7.970.085 | 1.079.398 | 334.010 | 133.341 | 258.407 | 681.969 | 79.369.770 | 88.129.072 | 80.119.834 |
| Acima de 360 | 197.876.561 | 37.281.946 | 84.687.327 | 26.604.349 | 4.905.216 | 3.173.268 | 1.325.662 | 1.067.400 | 8.362.372 | 365.284.101 | 379.698.937 | 381.679.324 |
| **Parcelas Vencidas** | | | | | | | | | | | | |
| Até 14 dias | 453.611 | 834.821 | 634.800 | 266.468 | 43.942 | 28.145 | 78.678 | 5.726 | 68.999 | 2.415.190 | 2.625.733 | 2.316.907 |
| Demais (1) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 426.573 | 418.589 |
| **Subtotal** | **305.769.934** | **71.218.913** | **140.170.927** | **53.095.225** | **7.683.902** | **4.080.816** | **2.105.790** | **1.557.019** | **10.245.505** | **595.928.031** | **618.034.315** | **609.649.540** |
|  | **Operações em Curso Anormal** | | | | | | | | | | | |
| **Parcelas Vincendas** | | | | | | | | | | | | |
| 01 a 30 | -- | -- | 30.996 | 200.358 | 86.210 | 96.427 | 73.872 | 47.342 | 179.970 | 715.175 | 612.593 | 928.951 |
| 31 a 60 | -- | -- | 16.984 | 62.335 | 46.743 | 47.322 | 41.787 | 35.442 | 99.185 | 349.798 | 401.080 | 392.777 |
| 61 a 90 | -- | -- | 14.954 | 55.660 | 44.590 | 30.450 | 55.515 | 22.618 | 94.807 | 318.594 | 342.938 | 364.815 |
| 91 a 180 | -- | -- | 40.575 | 142.117 | 122.734 | 126.867 | 132.690 | 63.324 | 304.036 | 932.343 | 899.427 | 1.033.419 |
| 181 a 360 | -- | -- | 98.439 | 291.186 | 258.168 | 213.926 | 267.614 | 118.753 | 549.838 | 1.797.924 | 1.764.358 | 1.925.421 |
| Acima de 360 | -- | -- | 1.307.287 | 2.253.994 | 1.505.773 | 2.718.151 | 5.327.635 | 1.049.601 | 4.578.642 | 18.741.083 | 12.893.848 | 15.276.456 |
| **Parcelas Vencidas** | | | | | | | | | | | | |
| 01 a 14 | -- | -- | 53.778 | 23.320 | 20.481 | 14.438 | 12.353 | 10.080 | 34.449 | 168.899 | 157.766 | 169.370 |
| 15 a 30 | -- | -- | 98.065 | 174.507 | 62.980 | 23.694 | 39.174 | 13.650 | 64.566 | 476.636 | 438.363 | 583.835 |
| 31 a 60 | -- | -- | 98.745 | 512.646 | 95.534 | 73.496 | 135.802 | 28.601 | 163.674 | 1.108.498 | 732.680 | 1.635.348 |
| 61 a 90 | -- | -- | 209 | 45.168 | 220.359 | 106.401 | 212.498 | 42.244 | 235.841 | 862.720 | 635.151 | 668.699 |
| 91 a 180 | -- | -- | -- | 18.523 | 48.327 | 380.631 | 373.636 | 310.631 | 446.666 | 1.578.414 | 1.376.944 | 1.539.559 |
| 181 a 360 | -- | -- | -- | -- | 293 | 116.469 | 96.983 | 89.021 | 1.530.686 | 1.833.452 | 2.057.965 | 2.130.383 |
| Acima de 360 | -- | -- | 5 | 108 | -- | 49.364 | 322.642 | 1.176 | 1.137.336 | 1.510.631 | 1.523.462 | 1.378.452 |
| **Subtotal** | **--** | **--** | **1.760.037** | **3.779.922** | **2.512.192** | **3.997.636** | **7.092.201** | **1.832.483** | **9.419.696** | **30.394.167** | **23.836.575** | **28.027.485** |
| **Total** | **305.769.934** | **71.218.913** | **141.930.964** | **56.875.147** | **10.196.094** | **8.078.452** | **9.197.991** | **3.389.502** | **19.665.201** | **626.322.198** | **641.870.890** | **637.677.025** |

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procera, FAT, BNDES e FCO.

* + 1. ) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco

| **Nível de Risco** | **% Mínimo de Provisão** | **30.06.2019** | | | | **31.12.2018** | | | | **30.06.2018** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Valor das operações** | **Provisão mínima requerida** | **Provisão complementar (1)** | **Total** | **Valor das operações** | **Provisão mínima requerida** | **Provisão complementar (1)** | **Total** | **Valor das operações** | **Provisão mínima requerida** | **Provisão complementar (1)** | **Total** |
| AA |  | 305.769.934 | -- | -- | -- | 332.129.630 | -- | -- | -- | 328.641.514 | -- | -- | -- |
| A | 0,5 | 71.218.913 | 356.095 | 43.178 | 399.273 | 66.602.825 | 333.014 | 38.158 | 371.172 | 69.288.748 | 346.444 | 42.478 | 388.922 |
| B | 1 | 141.930.964 | 1.419.310 | 490.176 | 1.909.486 | 138.889.276 | 1.388.893 | 485.427 | 1.874.320 | 132.267.977 | 1.322.680 | 484.244 | 1.806.924 |
| C | 3 | 56.875.147 | 1.706.254 | 1.238.591 | 2.944.845 | 54.055.411 | 1.621.662 | 1.103.894 | 2.725.556 | 53.899.076 | 1.616.972 | 1.045.035 | 2.662.007 |
| D | 10 | 10.196.094 | 1.019.609 | 171.240 | 1.190.849 | 13.105.910 | 1.310.591 | 596.342 | 1.906.933 | 11.881.986 | 1.188.199 | 106.482 | 1.294.681 |
| E | 30 | 8.078.452 | 2.423.536 | 6.673 | 2.430.209 | 8.995.030 | 2.698.509 | 16.269 | 2.714.778 | 12.694.977 | 3.808.493 | 327.916 | 4.136.409 |
| F | 50 | 9.197.991 | 4.598.996 | 33.056 | 4.632.052 | 4.398.717 | 2.199.359 | 44.732 | 2.244.091 | 4.763.515 | 2.381.758 | 57.888 | 2.439.646 |
| G | 70 | 3.389.502 | 2.372.651 | 2.355 | 2.375.006 | 3.943.771 | 2.760.640 | 2.693 | 2.763.333 | 5.966.523 | 4.176.566 | 3.267 | 4.179.833 |
| H | 100 | 19.665.201 | 19.665.201 | -- | 19.665.201 | 19.750.320 | 19.750.320 | -- | 19.750.320 | 18.272.709 | 18.272.709 | -- | 18.272.709 |
| **Total** |  | **626.322.198** | **33.561.652** | **1.985.269** | **35.546.921** | **641.870.890** | **32.062.988** | **2.287.515** | **34.350.503** | **637.677.025** | **33.113.821** | **2.067.310** | **35.181.131** |

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

* + 1. ) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| **Saldo Inicial** | **34.350.503** | **36.703.142** |
| Constituição/(reversão) | 9.906.807 | 10.567.989 |
| Provisão mínima requerida | 10.209.053 | 10.575.829 |
| Provisão complementar (1) | (302.246) | (7.840) |
| Variação cambial - provisões no exterior | (35.406) | 101.977 |
| Baixas para prejuízo | (8.674.983) | (12.191.977) |
| **Saldo Final** | **35.546.921** | **35.181.131** |

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

* + 1. ) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as provisões para outros créditos sem características de concessão de crédito.

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| **Saldo Inicial** | **2.418.364** | **1.741.733** |
| Constituição/(reversão) | (372.985) | 213.548 |
| Variação cambial - provisões no exterior | (2.437) | (14.549) |
| Baixas para prejuízo/outros ajustes | (278) | (104.412) |
| **Saldo Final** | **2.042.664** | **1.836.320** |

* + 1. ) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| Até 1 ano (1) | 115.303 | 113.772 | 157.360 |
| De 1 a 5 anos | 110.709 | 119.921 | 129.395 |
| Acima de 5 anos | 115 | 21 | 143 |
| **Total a Valor Presente** | **226.127** | **233.714** | **286.898** |

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

* + 1. ) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| **Receitas de Arrendamento Mercantil** | **59.368** | **106.834** |
| Arrendamento financeiro | 59.368 | 106.834 |
| **Despesas de Arrendamento Mercantil** | **(36.033)** | **(68.833)** |
| Arrendamento financeiro | (35.249) | (68.315) |
| Arrendamento operacional | (749) | (376) |
| Prejuízo na alienação de bens arrendados | (35) | (142) |
| **Total** | **23.335** | **38.001** |

* + 1. ) Concentração das Operações de Crédito

|  | **30.06.2019** | **% da Carteira** | **31.12.2018** | **% da Carteira** | **30.06.2018** | **% da Carteira** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Maior Devedor | 12.227.946 | 2,0 | 21.860.093 | 3,4 | 23.894.328 | 3,7 |
| 10 Maiores devedores | 60.160.687 | 9,6 | 72.193.449 | 11,2 | 75.325.013 | 11,8 |
| 20 Maiores devedores | 80.493.432 | 12,9 | 95.302.551 | 14,8 | 99.537.224 | 15,6 |
| 50 Maiores devedores | 112.055.748 | 17,9 | 129.787.796 | 20,2 | 137.468.927 | 21,6 |
| 100 Maiores devedores | 132.458.027 | 21,1 | 153.481.111 | 23,9 | 161.260.461 | 25,3 |

* + 1. ) Créditos Renegociados

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| **Créditos Renegociados no Período** **(1)** | **37.103.596** | **26.577.511** |
| Renegociados por atraso (2) | 5.072.324 | 4.284.885 |
| Renovados (3) | 32.031.272 | 22.292.626 |
| **Movimentação dos Créditos Renegociados por Atraso** |  |  |
| **Saldo Inicial** | **22.874.209** | **25.297.378** |
| Contratações (2) | 5.072.324 | 4.284.885 |
| (Recebimento) e apropriação de juros | (2.281.142) | (2.178.092) |
| Baixas para prejuízo | (2.996.598) | (4.490.105) |
| **Saldo Final** **(4)** | **22.668.793** | **22.914.066** |
| Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso | 12.165.134 | 10.866.920 |
| (%) PCLD sobre a carteira renegociada por atraso | 53,7% | 47,4% |
| Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso | 3.583.776 | 4.489.762 |
| (%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso | 15,8% | 19,6% |

(1) Representa o saldo renegociado no período das operações de crédito, vincendas ou em atraso, utilizando internet, terminal de autoatendimento ou rede de agências.

(2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(3) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(4) Inclui o valor de R$ 40.709 mil (R$ 57.481 mil em 30.06.2018) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R$ 10.361.646 mil (R$ 8.926.598 mil em 30.06.2018) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

* + 1. ) Informações Complementares

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| Créditos contratados a liberar | 122.018.217 | 119.813.167 | 125.367.594 |
| Garantias prestadas (1) | 5.831.823 | 5.885.173 | 6.658.392 |
| Créditos de exportação confirmados | 261.562 | 279.492 | 271.508 |
| Créditos abertos para importação contratados | 493.354 | 332.259 | 233.404 |
| Recursos vinculados | 1.352.140 | 1.381.302 | 2.371.227 |

(1) O Banco mantém provisão para garantias financeiras prestadas registrada em Outras Obrigações – Diversas (Nota 20.f).

* + 1. ) Operações de Crédito por Linha do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

| **Linhas do FAT** | **TADE (1)** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados** |  | **883.495** | **1.495.697** | **1.487.085** |
| Proger Urbano Capital de Giro | 01/2016 | 878.426 | 1.487.878 | 1.476.740 |
| FAT Turismo - Capital de Giro | 02/2012 | 5.069 | 7.819 | 10.345 |
| **Financiamentos** |  | **1.922.336** | **2.141.543** | **2.137.139** |
| Proger Urbano Investimento | 18/2005 | 1.677.980 | 1.846.351 | 1.797.228 |
| FAT Taxista | 02/2009 | 210.735 | 249.554 | 279.397 |
| FAT Turismo - Investimento | 01/2012 | 24.024 | 35.382 | 48.885 |
| Proger Exportação | 27/2005 | 9.597 | 10.256 | 11.629 |
| **Financiamentos Rurais** |  | **8.780** | **10.589** | **27.001** |
| Pronaf Investimento | 05/2005 | 6.133 | 7.401 | 21.617 |
| Proger Rural Investimento | 13/2005 | 2.182 | 2.553 | 3.978 |
| Pronaf Custeio | 04/2005 | 461 | 621 | 1.237 |
| Proger Rural Custeio | 02/2006 | 4 | 14 | 169 |
| **Total** |  | **2.814.611** | **3.647.829** | **3.651.225** |

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

* 1. - CARTEIRA DE CÂMBIO
     1. ) Composição

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Outros Créditos** |  |  |  |
| Câmbio comprado a liquidar | 21.623.962 | 24.070.311 | 20.747.427 |
| Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras | 47.308 | 47.834 | 47.599 |
| Direitos sobre vendas de câmbio | 16.368.528 | 8.113.897 | 10.320.875 |
| (Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos) | (13.271.920) | (7.412.677) | (8.569.353) |
| Valores em moedas estrangeiras a receber | 6.115 | 5.376 | 1.174 |
| Rendas a receber de adiantamentos concedidos e de importações financiadas | 291.944 | 288.800 | 302.446 |
| **Total** | **25.065.937** | **25.113.541** | **22.850.168** |
|  |  |  |  |
| Ativo circulante | 25.057.089 | 25.103.044 | 22.850.168 |
| Ativo não circulante | 8.848 | 10.497 | -- |
|  |  |  |  |
| **Outras Obrigações** |  |  |  |
| Câmbio vendido a liquidar | 16.893.903 | 9.224.512 | 11.932.369 |
| (Importação financiada) | (615) | (1.336) | (2.710) |
| Obrigações por compras de câmbio | 21.778.315 | 23.415.484 | 18.553.345 |
| (Adiantamentos sobre contratos de câmbio) | (17.005.396) | (18.180.023) | (16.522.427) |
| Valores em moedas estrangeiras a pagar | 51.966 | 54.690 | 57.801 |
| Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos | 8.032 | 9.530 | 8.227 |
| **Total** | **21.726.205** | **14.522.857** | **14.026.605** |
|  |  |  |  |
| Passivo circulante | 17.696.292 | 12.067.141 | 9.653.058 |
| Passivo não circulante | 4.029.913 | 2.455.716 | 4.373.547 |
|  |  |  |  |
| **Carteira de Câmbio Líquida** | **3.339.732** | **10.590.684** | **8.823.563** |
|  |  |  |  |
| **Contas de Compensação** |  |  |  |
| Créditos abertos para importação | 576.761 | 436.790 | 351.584 |
| Créditos de exportação confirmados | 261.562 | 279.492 | 271.508 |

* + 1. ) Resultado de Operações de Câmbio

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| Receitas de câmbio | 4.287.761 | 6.013.595 |
| Despesas de câmbio | (3.913.867) | (4.583.038) |
| **Resultado de Operações de Câmbio** | **373.894** | **1.430.557** |

* 1. - OUTROS CRÉDITOS
     1. ) Créditos Específicos

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| Alongamento de crédito rural - Tesouro Nacional (1) | 392.414 | 392.414 | 380.773 |
| Outros | 493 | 493 | 493 |
| **Total** | **392.907** | **392.907** | **381.266** |
|  |  |  |  |
| Ativo circulante | 493 | 493 | 493 |
| Ativo não circulante | 392.414 | 392.414 | 380.773 |

(1) Créditos a receber da União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei n° 9.138/1995, cedidos por meio da MP n.° 2.196/2001, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional. O Banco possui obrigações a pagar à União registradas em Outras Obrigações – Credores Diversos no País (Nota 20.e) e em Depósitos à Vista - Vinculados (Nota 17.a).

* + 1. ) Diversos

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 24.e) | 45.343.927 | 38.643.121 | 40.052.341 |
| Devedores por depósitos em garantia - contingências (Nota 27.g.1) | 36.307.740 | 37.644.645 | 38.242.802 |
| Operações com cartões de crédito (Nota 10.a) | 26.156.833 | 28.079.268 | 24.093.616 |
| Devedores por depósitos em garantia - ação judicial (Nota 27.h.1) | 18.905.281 | 18.668.426 | 18.426.098 |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 9.911.649 | 9.026.643 | 8.460.591 |
| Fundos de destinação do superávit - Previ (Nota 26.f) | 9.648.559 | 9.511.761 | 9.751.487 |
| Créditos vinculados a operações adquiridas (Nota 10.a) (1) | 5.623.480 | 6.124.782 | 8.533.573 |
| Devedores diversos - país | 2.880.693 | 2.159.822 | 2.622.111 |
| Valores a receber de sociedades ligadas(2) | 1.882.536 | 140.435 | 120.592 |
| Títulos e créditos a receber - outros | 1.790.050 | 2.165.405 | 1.798.515 |
| Tesouro Nacional - equalização de taxas - safra agrícola - Lei n.° 8.427/1992 | 1.603.486 | 1.592.642 | 1.630.240 |
| Aquisição de recebíveis (Nota 10.a) | 950.775 | 1.644.884 | 893.774 |
| Títulos e créditos a receber - Tesouro Nacional (3) | 764.672 | 811.616 | 1.242.230 |
| Títulos e créditos a receber - empresas não financeiras | 361.550 | 302.225 | 268.240 |
| Devedores diversos - exterior | 307.048 | 314.145 | 316.267 |
| Títulos e créditos a receber - ECT - Banco Postal | 171.946 | 333.381 | 484.798 |
| Adiantamentos e antecipações salariais | 170.731 | 285.076 | 176.172 |
| Ativos atuariais (Nota 26.e) | 123.671 | 3.771.509 | 7.064.500 |
| Devedores por depósitos em garantia - outros | 43.022 | 61.127 | 93.430 |
| Devedores por compra de valores e bens | 4.429 | 2.181 | 3.425 |
| Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais | -- | -- | 395.315 |
| Adiantamento a empresas processadoras de transações com cartões | -- | -- | 39.670 |
| Outros | 237.843 | 260.016 | 342.493 |
| **Total** | **163.189.921** | **161.543.110** | **165.052.280** |
|  |  |  |  |
| Ativo circulante | 99.034.275 | 104.477.547 | 98.997.100 |
| Ativo não circulante | 64.155.646 | 57.065.563 | 66.055.180 |

(1) Refere-se a carteiras de crédito consignado e de financiamento de veículos concedidos a pessoas físicas, adquiridas pelo Banco com coobrigação do cedente, contabilizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.533/2008.

(2) Inclui em 30.06.2019 o montante de R$ 1.732.689 mil relativo à alienação de ações da Neoenergia de propriedade do BB-BI.

(3) Refere-se, principalmente, a valores provenientes de subvenções em operações com recursos do MCR 6-2, MCR 6-4 (Manual de Crédito Rural) e amparadas por legislação específica, a exemplo de resoluções do CMN, do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Resolução CMN n.° 2.960/2002) e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE e FDCO). O Banco ainda detém créditos a receber da União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei n° 9.138/1995, cedidos por meio da MP n.° 2.196/2001, no montante de R$ 133.574 mil, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional. O Banco possui obrigações a pagar à União registradas em Outras Obrigações – Credores Diversos no País (Nota 20.e) e em Depósitos à Vista - Vinculados (Nota 17.a).

* 1. - OUTROS VALORES E BENS

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Bens Não de Uso Próprio** | **574.204** | **490.288** | **450.176** |
| Bens em regime especial (1) | -- | -- | 180.916 |
| Imóveis | 301.247 | 307.303 | 121.733 |
| Imóveis habitacionais | 264.263 | 174.007 | 118.699 |
| Máquinas e equipamentos | 1.471 | 1.471 | 1.525 |
| Veículos e afins | 336 | 336 | 349 |
| Outros | 6.887 | 7.171 | 26.954 |
|  |  |  |  |
| **Material em Estoque** | **58.975** | **60.988** | **66.472** |
|  |  |  |  |
| **Subtotal** | **633.179** | **551.276** | **516.648** |
|  |  |  |  |
| **(Provisão para desvalorização)** **(2)** | **(158.813)** | **(155.818)** | **(146.094)** |
|  |  |  |  |
| **Despesas Antecipadas** | **265.952** | **270.929** | **278.878** |
| Despesas de pessoal e outras despesas administrativas | 145.510 | 176.199 | 140.205 |
| Dependências externas | 55.314 | 60.173 | 77.793 |
| Despesas tributárias | 40.539 | 27 | 37.983 |
| Prêmios de seguros a apropriar | 12.454 | 13.670 | 9.047 |
| Promoções e relações públicas | 8.554 | -- | 7.000 |
| Aluguéis | 2.755 | 3.646 | 4.538 |
| Prêmios por créditos adquiridos (3) | 41 | 119 | 200 |
| Outros | 785 | 17.095 | 2.112 |
|  |  |  |  |
| **Total** | **740.318** | **666.387** | **649.432** |
|  |  |  |  |
| Ativo circulante | 725.668 | 654.597 | 628.793 |
| Ativo não circulante | 14.650 | 11.790 | 20.639 |

(1) Bens em Regime Especial foram reclassificados para o item Imóveis em cumprimento à Lei 13.506/2017.

(2) O BB Consolidado reconheceu, no 1º Semestre/2019, despesa de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R$ 4.043 mil (reversão de provisão no valor de R$ 10.406 mil no 1º Semestre/2018).

(3) Os valores são amortizados de acordo com os prazos de vencimento das parcelas dos créditos adquiridos junto a outras instituições financeiras.

* 1. - INVESTIMENTOS
     1. ) Movimentações nas Participações em Coligadas e Controladas em Conjunto

|  | **Capital Social** | **Patrimônio Líquido Ajustado** | **Lucro/(Prejuízo) líquido -**  **1º Semestre/2019** | **Quantidade de Ações (em milhares)** | | **Participação do Capital Social %** | **Saldo contábil** | **Movimentações - 1º Semestre/2019** | | | **Saldo contábil** | | **Resultado de equivalência** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ordinárias** | **Preferenciais** | **31.12.2018** | **Dividendos** | **Outros**  **eventos (1)** | **Resultado de equivalência** | **30.06.2019** | **30.06.2018** | **1º Semestre/2018** |
| **No País** |  |  |  |  |  |  | **16.181.548** | **(1.667.835)** | **(2.002.285)** | **2.039.337** | **14.550.765** | **17.845.232** | **2.092.283** |
| Banco Votorantim S.A. (2) | 8.130.372 | 9.745.035 | 688.006 | 43.114.693 | 9.581.043 | 50,00% | 4.686.715 | (200.000) | 41.717 | 344.086 | 4.872.518 | 4.674.172 | 255.548 |
| Cateno Gestão de Contas de  Pagamento S.A. (3) | 414.000 | 12.187.588 | 296.331 | 2.397.200 | 1.198.600 | 30,00% | 3.661.905 | (94.528) | -- | 88.899 | 3.656.276 | 3.686.033 | 101.673 |
| Cielo S.A. (2)(4) | 5.700.000 | 10.465.061 | 972.270 | 778.320 | -- | 28,68% | 3.072.049 | (348.609) | 36.407 | 241.815 | 3.001.662 | 3.310.073 | 452.862 |
| BB Mapfre SH1 Participações S.A. (5) | 1.422.278 | 1.701.370 | 701.286 | 1.039.908 | 2.079.400 | 74,99% | 1.277.205 | (518.698) | (3.146) | 520.497 | 1.275.858 | 1.847.499 | 696.279 |
| Mapfre BB SH2 Participações S.A. (5) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 1.330.537 | (92.544) |
| Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (2) (5) | 1.418.669 | 3.035.283 | 661.584 | 572 | 1.145 | 74,99% | 2.136.459 | (377.656) | (15.416) | 496.900 | 2.240.287 | 2.087.598 | 421.373 |
| Neoenergia S.A. (6) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 1.749.313 | -- | (1.841.897) | 92.584 | -- | 1.693.484 | 48.699 |
| Elo Participações S.A. (7) | 1.052.000 | 2.829.580 | 308.274 | 525.895 | -- | 49,99% | 1.157.461 | -- | 7.130 | 148.109 | 1.312.700 | 1.098.761 | 120.652 |
| Brasilcap Capitalização S.A. (5) | 231.264 | 455.197 | 55.063 | 107.989 | 107.989 | 66,66% | 254.055 | (7.602) | 20.278 | 36.705 | 303.436 | 243.180 | 31.951 |
| Outras Participações |  |  |  |  |  |  | 1.032.693 | (120.742) | (210.447) | 69.742 | 771.246 | 729.369 | 55.790 |
| Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos |  |  |  |  |  |  | 186.599 | -- | (97.333) | -- | 89.266 | 261.836 | -- |
| Resultado não realizado (8) |  |  |  |  |  |  | (3.032.906) | -- | 60.422 | -- | (2.972.484) | (3.117.310) | -- |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **No Exterior** |  |  |  |  |  |  | **572.809** | **--** | **(112.547)** | **--** | **460.262** | **29.008** | **(92)** |
| Outras participações no exterior |  |  |  |  |  |  | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (92) |
| Ágio na aquisição de investimentos no exterior |  |  |  |  |  |  | 572.809 | -- | (112.547) | -- | 460.262 | 29.008 | -- |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Total das Participações em Coligadas e Controladas em Conjunto** |  |  |  |  |  |  | **16.754.357** | **(1.667.835)** | **(2.114.832)** | **2.039.337** | **15.011.027** | **17.874.240** | **2.092.191** |
| (Provisão para perdas) |  |  |  |  |  |  | (40.462) | -- | 14.183 | -- | (26.279) | (11.213) | -- |

(1) Referem-se basicamente a alienação de investimentos e ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda.

(2) Excluído resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.

(3) Participação indireta do Banco na Cateno, por meio de sua controlada BB Elo Cartões Participações S.A. A participação total do Banco é de 50,07%, em virtude de a Cielo S.A. deter 70% de participação direta na Cateno.

(4) Refere-se ao percentual de participação efetiva, considerando as aquisições de ações pela própria investida, mantidas em tesouraria.

(5) Participação societária detida pela BB Seguros Participações S.A. Inclui ajustes de harmonização de práticas contábeis.

(6) Investimento alienado em junho de 2019, gerando valor a receber no montante de R$ 1.732.689 mil (Nota 12.b). A transação não teve impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes da Companhia até 30 de junho de 2019 e, consequentemente, sobre a demonstração de fluxo de caixa consolidado.

(7) A equivalência patrimonial da Elo Participações S.A. é calculada na proporção da contribuição mensal da BB Elo Cartões nos negócios da empresa, conforme acordo de 01.11.2017, entre a BB Elo Cartões e a Bradescard.

(8) Resultado não realizado proveniente da parceria estratégica entre a BB Elo Cartões Participações S.A. e a Cielo S.A., constituindo a Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.

* + 1. ) Informações Financeiras Resumidas das Coligadas e Controladas em Conjunto e não Ajustadas pelos Percentuais de Participação Detidos pelo Banco

| **Balanço Patrimonial** | **30.06.2019** | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Brasilprev Seguros e Previdência S.A.** | **Banco**  **Votorantim S.A.** | **Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.** | **BB Mapfre SH1 Participações S.A.** | **Cielo S.A.** | **Demais Participações** | **Total** |
| **Ativo Total** | **277.463.543** | **93.580.445** | **12.705.781** | **14.059.195** | **90.891.142** | **33.198.248** | **521.898.354** |
| Disponibilidades | 8.192 | 306.441 | 153 | 53.857 | 30.056 | 997.746 | 1.396.445 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | -- | 6.744.610 | 292.415 | -- | 5.405 | 5.151.275 | 12.193.705 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD) | 274.886.341 | 26.027.439 | 1.804.299 | 6.082.711 | 8.659.603 | 9.255.414 | 326.715.807 |
| Operações de Crédito | -- | 44.415.571 | -- | -- | -- | 23.257 | 44.438.828 |
| Outros créditos e outros valores e bens | 2.334.426 | 13.562.193 | 699.695 | 7.685.916 | 71.038.446 | 14.837.784 | 110.158.460 |
| Permanente | 234.584 | 2.524.191 | 9.909.219 | 236.711 | 11.157.632 | 2.932.772 | 26.995.109 |
| **Passivo Total** | **274.428.260** | **83.835.410** | **518.193** | **12.357.825** | **80.426.081** | **24.238.286** | **475.804.055** |
| Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses | -- | 67.973.195 | -- | -- | 64.937.830 | 15.071 | 132.926.096 |
| Outras Obrigações | 274.428.260 | 15.862.215 | 518.193 | 12.357.825 | 15.488.251 | 24.223.215 | 342.877.959 |
| Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização | 272.659.600 | -- | -- | 9.720.745 | -- | 17.471.554 | 299.851.899 |
| Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida | -- | 3.029.735 | -- | -- | -- | 3.220.497 | 6.250.232 |
| Demais | 1.768.660 | 12.832.480 | 518.193 | 2.637.080 | 15.488.251 | 3.531.164 | 36.775.828 |
| **Patrimônio Líquido** | **3.035.283** | **9.745.035** | **12.187.588** | **1.701.370** | **10.465.061** | **8.959.962** | **46.094.299** |
| % de Participação | 74,99% | 50,00% | 30,00% | 74,99% | 28,68% | -- | -- |
| **Patrimônio Líquido (proporcional à participação)** | **2.276.310** | **4.872.518** | **3.656.276** | **1.275.858** | **3.001.662** | **2.847.087** | **17.929.711** |
| Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos | (1.561) | -- | -- | -- | 81.275 | 469.814 | 549.528 |
| Outros valores (1) | (36.023) | -- | (2.972.484) | -- | -- | (459.705) | (3.468.212) |
| **Saldo do investimento** | **2.238.726** | **4.872.518** | **683.792** | **1.275.858** | **3.082.937** | **2.857.196** | **15.011.027** |

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

| **Demonstração do Resultado** | **1º Semestre/2019** | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Brasilprev Seguros e Previdência S.A.** | **Banco**  **Votorantim S.A.** | **Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.** | **BB Mapfre SH1 Participações S.A.** | **Cielo S.A.** | **Demais Participações** | **Total** |
| Resultado bruto da intermediação financeira | 352.321 | 1.918.255 | -- | 236.008 | 325.590 | 1.049.187 | 3.881.361 |
| Receitas de prestação de serviços | 1.362.100 | 259.965 | 1.470.542 | -- | 3.067.664 | 1.732.357 | 7.892.628 |
| Outras despesas administrativas | (130.024) | (665.605) | (431.288) | (121.235) | (371.629) | (1.519.735) | (3.239.516) |
| Outras receitas/despesas operacionais | (479.646) | (356.668) | (586.399) | 890.537 | (1.721.930) | 996.652 | (1.257.454) |
| Resultado não operacional | (470) | 435 | -- | (40) | (6.653) | (8.986) | (15.714) |
| **Resultado antes da tributação** | **1.104.281** | **1.156.382** | **452.855** | **1.005.270** | **1.293.042** | **2.249.475** | **7.261.305** |
| Tributação sobre o lucro e participações | (442.697) | (468.376) | (156.524) | (303.984) | (320.772) | (187.335) | (1.879.688) |
| **Lucro Líquido** | **661.584** | **688.006** | **296.331** | **701.286** | **972.270** | **2.062.140** | **5.381.617** |
| % de Participação | 74,99% | 50,00% | 30,00% | 74,99% | 28,68% | -- | -- |
| **Lucro Líquido (proporcional à participação)** | **496.155** | **344.003** | **88.899** | **525.894** | **278.873** | **379.310** | **2.113.134** |
| Outros valores (1) | 745 | 83 | -- | (5.397) | (37.058) | (32.170) | (73.797) |
| **Resultado de equivalência patrimonial** | **496.900** | **344.086** | **88.899** | **520.497** | **241.815** | **347.140** | **2.039.337** |

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

| **Balanço Patrimonial** | **31.12.2018** | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Brasilprev Seguros e Previdência S.A.** | **Banco**  **Votorantim S.A.** | **Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.** | **BB Mapfre SH1 Participações S.A.** | **Cielo S.A.** | **Demais Participações** | **Total** |
| **Ativo Total** | **261.344.248** | **101.819.911** | **12.910.719** | **13.659.046** | **82.995.433** | **51.968.205** | **524.697.562** |
| Disponibilidades | 3.050 | 201.874 | 3.118 | 31.374 | 69.372 | 706.187 | 1.014.975 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | -- | 12.997.077 | 248.359 | -- | 8.301 | 6.558.151 | 19.811.888 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD) | 258.899.903 | 30.385.743 | 1.671.299 | 6.572.709 | 7.253.606 | 9.533.671 | 314.316.931 |
| Operações de Crédito | -- | 42.410.397 | -- | -- | -- | 54.941 | 42.465.338 |
| Outros créditos e outros valores e bens | 2.201.405 | 13.382.034 | 885.987 | 6.806.390 | 64.739.265 | 12.643.065 | 100.658.146 |
| Permanente | 239.890 | 2.442.786 | 10.101.956 | 248.573 | 10.924.889 | 22.472.190 | 46.430.284 |
| **Passivo Total** | **258.468.650** | **92.446.315** | **704.370** | **11.955.879** | **71.710.458** | **29.521.923** | **464.807.595** |
| Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses | -- | 76.628.254 | -- | -- | 59.534.999 | 4.202.855 | 140.366.108 |
| Outras Obrigações | 258.468.650 | 15.818.061 | 704.370 | 11.955.879 | 12.175.459 | 25.319.068 | 324.441.487 |
| Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização | 256.765.876 | -- | -- | 8.657.486 | -- | 17.896.578 | 283.319.940 |
| Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida | -- | 3.084.748 | -- | -- | -- | 2.902.306 | 5.987.054 |
| Demais | 1.702.774 | 12.733.313 | 704.370 | 3.298.393 | 12.175.459 | 4.520.184 | 35.134.493 |
| **Patrimônio Líquido** | **2.875.598** | **9.373.596** | **12.206.349** | **1.703.167** | **11.284.975** | **22.446.282** | **59.889.967** |
| % de Participação | 74,99% | 50,00% | 30,00% | 74,99% | 28,68% | -- | -- |
| **Patrimônio Líquido (proporcional à participação)** | **2.156.555** | **4.686.798** | **3.661.905** | **1.277.205** | **3.236.023** | **2.207.965** | **17.226.451** |
| Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos | (1.561) | -- | -- | -- | 162.550 | 598.419 | 759.408 |
| Outros valores (1) | (20.096) | (83) | (3.032.906) | -- | (163.974) | 1.985.557 | (1.231.502) |
| **Saldo do investimento** | **2.134.898** | **4.686.715** | **628.999** | **1.277.205** | **3.234.599** | **4.791.941** | **16.754.357** |

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

| **Balanço Patrimonial** | **30.06.2018** | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Brasilprev Seguros e Previdência S.A.** | **Banco**  **Votorantim S.A.** | **Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.** | **BB Mapfre SH1 Participações S.A.** | **Mapfre BB SH2 Participações S.A.** | **Cielo S.A.** | **Demais Participações** | **Total** |
| **Ativo Total** | **246.866.093** | **98.155.019** | **12.689.983** | **13.601.376** | **14.235.539** | **80.401.463** | **50.267.261** | **516.216.734** |
| Disponibilidades | 6.369 | 92.029 | 11 | 13.937 | 29.134 | 15.155 | 518.068 | 674.703 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | -- | 20.657.521 | 207.427 | -- | -- | 170.017 | 6.057.532 | 27.092.497 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (IFD) | 244.407.478 | 19.959.289 | 1.565.846 | 6.540.715 | 4.800.165 | 8.433.625 | 9.973.836 | 295.680.954 |
| Operações de Crédito | -- | 41.901.520 | -- | -- | -- | -- | 46.513 | 41.948.033 |
| Outros créditos e outros valores e bens | 2.217.487 | 13.898.207 | 628.183 | 6.659.942 | 9.105.072 | 61.004.795 | 12.462.161 | 105.975.847 |
| Permanente | 234.759 | 1.646.453 | 10.288.516 | 386.782 | 301.168 | 10.777.871 | 21.209.151 | 44.844.700 |
| **Passivo Total** | **244.054.654** | **88.806.445** | **498.523** | **11.137.715** | **11.222.264** | **68.376.559** | **26.614.160** | **450.710.320** |
| Depósitos, captações, empréstimos, IFD e demais repasses | -- | 69.285.641 | -- | -- | -- | 64.928.845 | 1.906.392 | 136.120.878 |
| Outras Obrigações | 244.054.654 | 19.520.804 | 498.523 | 11.137.715 | 11.222.264 | 3.447.714 | 24.707.768 | 314.589.442 |
| Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização | 225.947.586 | -- | -- | 8.249.245 | 7.566.393 | -- | 18.793.617 | 260.556.841 |
| Dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida | -- | 3.673.691 | -- | -- | -- | -- | -- | 3.673.691 |
| Demais | 18.107.068 | 15.847.113 | 498.523 | 2.888.470 | 3.655.871 | 3.447.714 | 5.914.151 | 50.358.910 |
| **Patrimônio Líquido** | **2.811.439** | **9.348.574** | **12.191.460** | **2.463.661** | **3.013.275** | **12.024.904** | **23.653.101** | **65.506.414** |
| % de Participação | 74,99% | 50,00% | 30,00% | 74,99% | 50,00% | 28,67% | -- | -- |
| **Patrimônio Líquido (proporcional à participação)** | **2.108.439** | **4.674.287** | **3.657.438** | **1.847.499** | **1.506.638** | **3.448.021** | **2.021.816** | **19.267.518** |
| Ágio/(Deságio) na aquisição de investimentos | (1.561) | -- | -- | -- | -- | 233.398 | 59.006 | 290.845 |
| Outros valores (1) | (20.841) | (115) | (3.088.715) | -- | (176.101) | (137.948) | 1.742.977 | (1.684.123) |
| **Saldo do investimento** | **2.086.037** | **4.674.172** | **568.723** | **1.847.499** | **1.330.537** | **3.543.471** | **3.823.801** | **17.874.240** |

(1) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

| **Demonstração do Resultado** | **1º Semestre/2018** | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Brasilprev Seguros e Previdência S.A.** | **Banco**  **Votorantim S.A.** | **Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.** | **BB Mapfre SH1 Participações S.A.** | **Mapfre BB SH2 Participações S.A. (1)** | **Cielo S.A.** | **Demais Participações** | **Total** |
| Resultado bruto da intermediação financeira | 173.751 | 1.661.013 | -- | 186.591 | 160.201 | 933.668 | 1.608.055 | 4.723.279 |
| Receitas de prestação de serviços | 1.285.718 | 253.557 | 1.459.609 | -- | 1.571 | 3.657.195 | 1.474.660 | 8.132.310 |
| Outras despesas administrativas | (117.807) | (620.071) | (433.415) | (111.406) | (231.537) | (366.181) | (459.000) | (2.339.417) |
| Outras receitas/despesas operacionais | (346.798) | (495.227) | (513.037) | 1.455.934 | (212.686) | (2.109.325) | (959.278) | (3.180.417) |
| Resultado não operacional | (32) | (4.988) | -- | 376 | 317 | (4.836) | 47.607 | 38.444 |
| **Resultado antes da tributação** | **994.832** | **794.284** | **513.157** | **1.531.495** | **(282.134)** | **2.110.521** | **1.712.044** | **7.374.199** |
| Tributação sobre o lucro e participações | (467.352) | (283.245) | (174.247) | (584.275) | 105.156 | (843.829) | (230.790) | (2.478.582) |
| **Lucro Líquido** | **527.480** | **511.039** | **338.910** | **947.220** | **(176.978)** | **1.266.692** | **1.481.254** | **4.895.617** |
| % de Participação | 74,99% | 50,00% | 30,00% | 74,99% | 50,00% | 28,67% | -- | -- |
| **Lucro Líquido (proporcional à participação)** | **395.584** | **255.520** | **101.673** | **710.320** | **(88.489)** | **363.211** | **312.905** | **2.050.724** |
| Outros valores (2) | 25.789 | 28 | -- | (14.041) | (4.055) | 89.651 | (55.905) | 41.467 |
| **Resultado de equivalência patrimonial** | **421.373** | **255.548** | **101.673** | **696.279** | **(92.544)** | **452.862** | **257.000** | **2.092.191** |

(1) Mapfre BB SH2 foi alienada em novembro de 2018.

(2) Referem-se, principalmente, a resultados não realizados e a ajustes de exercícios anteriores e de harmonização de práticas contábeis das empresas não financeiras ao Cosif.

* + 1. ) Outros Investimentos

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| Investimentos por incentivos fiscais | 56.051 | 56.051 | 43.289 |
| Títulos patrimoniais | 57 | 57 | 57 |
| Ações e cotas | 84.263 | 84.380 | 84.467 |
| Outros investimentos | 3.752 | 3.811 | 3.928 |
| Outras participações no exterior | 179.527 | 129.853 | 100.770 |
| **Total** | **323.650** | **274.152** | **232.511** |
| (Provisão para perdas) | (14.854) | (14.856) | (7.937) |

* + 1. ) Ágios na Aquisição de Investimentos

| **Movimentação dos ágios** | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| **Saldo Inicial** | **761.060** | **384.845** |
| Amortizações (1) | (118.316) | (82.316) |
| Variação cambial (2) | (91.655) | (10.125) |
| **Saldo Final** | **551.089** | **292.404** |

(1) Registradas em Outras Despesas Administrativas.

(2) Incidente sobre o ágio do Banco Patagonia.

* + 1. ) Expectativa de Amortização dos Ágios

|  | **2019** | **2020** | **2021** | **Após 2021** | **Total** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Banco do Brasil** | **22.329** | **36.451** | **36.451** | **184.831** | **280.062** |
| Banco Patagonia (1) | 22.329 | 36.451 | 36.451 | 184.831 | 280.062 |
|  |  |  |  |  |  |
| **Outras Participações** |  |  |  |  |  |
| **BB Elo Cartões Participações S.A.** **(2)** | **81.274** | **--** | **--** | **--** | **81.274** |
| Cielo | 81.274 | -- | -- | -- | 81.274 |
|  |  |  |  |  |  |
| **BB Seguros** | **4.301** | **1.432** | **1.432** | **2.388** | **9.553** |
| Brasilcap | 3.585 | -- | -- | -- | 3.585 |
| IRB-Brasil Resseguros S.A. | 716 | 1.432 | 1.432 | 2.388 | 5.968 |
|  |  |  |  |  |  |
| **BB Consolidado** | **107.904** | **37.883** | **37.883** | **187.219** | **370.889** |
| Efeitos tributários (3) | (42.904) | (15.067) | (15.067) | (74.745) | (147.783) |
| **Total Líquido** | **65.000** | **22.816** | **22.816** | **112.474** | **223.106** |

(1) O ágio a ser amortizado não considera o montante de R$ 180.200 mil referente ao ativo intangível de vida útil indefinida.

(2) O ágio da Cielo foi transferido do BB BI para a BB Elo Cartões em 2019 (Nota 2).

(3) 25% de IRPJ e 15% de CSLL para as empresas financeiras e para as empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização, e 25% de IRPJ e 9% da CSLL para as demais empresas não financeiras.

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

* + 1. ) Teste de Imparidade dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo. Para avaliação dos bancos, foi utilizada a metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista, descontado pelo custo de capital próprio apurado para cada instituição.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O fluxo de caixa da empresa relacionada a seguir foi projetado pelo período de dez anos, perpetuando-se a partir do décimo primeiro ano, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pela empresa. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo Capital Asset Pricing Model – CAPM ajustado ao mercado e a moeda de cada país.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Empresas (Unidades Geradoras de Caixa) | Taxa de Crescimento a.a. (1) | Taxa de Desconto a.a. (2) |
| Banco Patagonia | 7,3% | 23,4% |

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica das projeções utilizadas nas Avaliações Econômicas.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil das unidades geradoras de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

O valor recuperável do ágio na aquisição da Cielo, bem como dos ágios reconhecidos na BB Seguros/BB Seguridade, foram apurados por meio do valor líquido de venda, com base na cotação das ações de emissão das companhias na B3.

|  |  |
| --- | --- |
| Empresa (Unidade Geradora de Caixa) | Cotação (1) |
| BB Seguridade (BBSE3) | R$ 24,10 |
| Cielo (CIEL3) | R$ 12,25 |

(1) Preço de fechamento das ações em 28.09.2018.

No 1º semestre de 2019 e no 1º semestre de 2018, não houve perda por imparidade sobre os ágios na aquisição dos investimentos.

* 1. - IMOBILIZADO DE USO

|  | **31.12.2018** | **1º Semestre/2019** | | **30.06.2019** | | | | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Saldo contábil** | **Movimentações** | **Depreciação** | **Valor de custo** | **Depreciação acumulada** | **Imparidade acumulada** | **Saldo contábil** | **Saldo contábil** |
| Edificações | 3.512.153 | 127.687 | (196.283) | 7.879.737 | (4.389.482) | (46.698) | 3.443.557 | 3.643.455 |
| Móveis e equipamentos de uso | 1.517.566 | 160.073 | (145.210) | 3.672.549 | (2.139.967) | (153) | 1.532.429 | 1.460.355 |
| Sistemas de processamento de dados | 1.239.174 | 210.612 | (239.826) | 3.806.011 | (2.596.051) | -- | 1.209.960 | 1.093.433 |
| Imobilizações em curso | 531.844 | 80.631 | -- | 612.475 | -- | -- | 612.475 | 389.367 |
| Terrenos | 340.175 | (3.525) | -- | 336.975 | -- | (325) | 336.650 | 345.907 |
| Instalações | 153.841 | 12.699 | (15.829) | 1.009.790 | (859.079) | -- | 150.711 | 157.256 |
| Sistemas de segurança | 134.587 | 12.050 | (14.400) | 397.704 | (265.467) | -- | 132.237 | 136.032 |
| Sistemas de comunicação | 101.785 | 2.197 | (11.289) | 274.759 | (182.039) | (27) | 92.693 | 112.192 |
| Sistemas de transporte | 4.837 | 121 | (483) | 11.159 | (6.684) | -- | 4.475 | 5.898 |
| Móveis e equipamentos em estoque | 1.655 | (758) | -- | 897 | -- | -- | 897 | 1.665 |
| **Total** | **7.537.617** | **601.787** | **(623.320)** | **18.002.056** | **(10.438.769)** | **(47.203)** | **7.516.084** | **7.345.560** |

* 1. - INTANGÍVEL
     1. ) Movimentação e Composição

|  | **31.12.2018** | **1º Semestre/2019** | | | | **30.06.2019** | | | | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Saldo contábil** | **Aquisições** | **Variação Cambial** | **Baixas** | **Amortização** | **Valor de custo** | **Amortização acumulada** | **Imparidade acumulada** | **Saldo contábil** | **Saldo contábil** |
| Direitos de gestão de folhas de pagamento (1) | 3.428.484 | 1.793.949 | -- | (1.430.910) | (646.563) | 7.570.176 | (4.402.706) | (22.510) | 3.144.960 | 3.986.799 |
| Softwares | 2.266.420 | 247.676 | (5.009) | (19.238) | (162.615) | 4.759.500 | (2.432.266) | -- | 2.327.234 | 2.192.407 |
| Outros ativos intangíveis | 87.128 | -- | -- | -- | (26.225) | 454.464 | (373.628) | (19.933) | 60.903 | 114.886 |
| **Total** | **5.782.032** | **2.041.625** | **(5.009)** | **(1.450.148)** | **(835.403)** | **12.784.140** | **(7.208.600)** | **(42.443)** | **5.533.097** | **6.294.092** |

(1) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociados no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

* + 1. ) Estimativa de Amortização

|  | **2º Semestre/2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** | **Após 2023** | **Total** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Valores a amortizar | 798.558 | 1.350.459 | 1.171.805 | 572.706 | 299.457 | 1.340.112 | **5.533.097** |

* 1. - DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO
     1. ) Depósitos

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Depósitos à Vista** | **67.429.161** | **67.810.697** | **66.780.241** |
| Pessoas físicas | 33.619.803 | 35.414.939 | 35.760.070 |
| Pessoas jurídicas | 18.047.439 | 22.071.825 | 18.529.499 |
| Governos | 1.491.948 | 1.826.142 | 1.637.880 |
| Vinculados (1) | 10.622.403 | 5.543.457 | 8.214.890 |
| Moedas estrangeiras | 689.307 | 587.532 | 646.782 |
| Ligadas | 1.928.837 | 662.097 | 596.007 |
| Instituições do sistema financeiro | 538.807 | 582.305 | 581.396 |
| Especiais do Tesouro Nacional | 305.160 | 226.368 | 526.467 |
| Domiciliados no exterior | 33.573 | 228.760 | 56.730 |
| Outros | 151.884 | 667.272 | 230.520 |
| **Depósitos de Poupança** | **174.480.318** | **174.854.743** | **167.089.234** |
| Pessoas físicas | 167.542.308 | 167.501.857 | 159.530.686 |
| Pessoas jurídicas | 6.531.454 | 6.960.602 | 7.154.180 |
| Ligadas | 391.054 | 376.425 | 391.787 |
| Instituições do sistema financeiro | 15.502 | 15.859 | 12.581 |
| **Depósitos Interfinanceiros** | **32.373.575** | **33.668.595** | **30.790.106** |
| **Depósitos a Prazo** | **231.039.776** | **209.491.504** | **210.709.870** |
| Judiciais | 159.915.454 | 135.481.016 | 134.246.248 |
| Moeda nacional | 42.022.495 | 43.657.658 | 45.844.713 |
| Moedas estrangeiras | 20.764.738 | 22.495.385 | 23.999.014 |
| Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.e) | 3.308.698 | 4.284.560 | 4.060.688 |
| Funproger (Nota 17.f) | 433.773 | 402.693 | 376.409 |
| Garantias de terceiros (2) | 1.478.019 | 1.268.631 | 1.128.268 |
| Regime especial (3) | 1.987.454 | 866.648 | 109.943 |
| Outros | 1.129.145 | 1.034.913 | 944.587 |
| **Outros Depósitos** | **192.279** | **211.232** | **168.967** |
| **Total** | **505.515.109** | **486.036.771** | **475.538.418** |
|  |  |  |  |
| Passivo circulante | 462.509.343 | 442.285.753 | 431.877.317 |
| Passivo não circulante | 43.005.766 | 43.751.018 | 43.661.101 |

(1) Inclui o montante de R$ 55.316 mil (R$ 55.316 mil em 31.12.2018) referente a obrigações com a União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas no amparo da Lei n.° 9.138/95, cedidas por meio da MP n.° 2.196/01, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

(2) Correspondem a acordos de cooperação firmados entre os tribunais ou conselhos para atender às disposições da Resolução n.° 98/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

(3) Valores depositados em conta especial dos Tribunais de Justiça, para atender aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme disposto na Emenda Constitucional n.° 99/2017.

* + 1. ) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

|  | **Sem vencimento** | **Até 3 meses** | **3 a 12 meses** | **1 a 3 anos** | **3 a 5 anos** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Depósitos a prazo (1) | 168.225.242 | 15.952.643 | 8.020.219 | 17.197.831 | 21.643.841 | 231.039.776 | 209.491.504 | 210.709.870 |
| Depósitos de poupança | 174.480.318 | -- | -- | -- | -- | 174.480.318 | 174.854.743 | 167.089.234 |
| Depósitos à vista | 67.429.161 | -- | -- | -- | -- | 67.429.161 | 67.810.697 | 66.780.241 |
| Depósitos interfinanceiros | -- | 13.781.718 | 14.428.338 | 1.032.894 | 3.130.625 | 32.373.575 | 33.668.595 | 30.790.106 |
| Outros depósitos | 192.279 | -- | -- | -- | -- | 192.279 | 211.232 | 168.967 |
| **Total** | **410.327.000** | **29.734.361** | **22.448.557** | **18.230.725** | **24.774.466** | **505.515.109** | **486.036.771** | **475.538.418** |

(1) Inclui o valor de R$ 39.606.641 mil (R$ 42.414.052 mil em 31.12.2018 e R$ 44.326.949 mil em 30.06.2018), relativo a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

* + 1. ) Captações no Mercado Aberto

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Carteira Própria** | **39.653.309** | **39.570.367** | **41.140.889** |
| Títulos privados | 12.403.092 | 17.417.544 | 20.435.800 |
| Letras do Tesouro Nacional | 22.817 | 9 | -- |
| Letras Financeiras do Tesouro | 26.144.730 | 21.114.864 | 19.726.112 |
| Títulos no exterior | 1.082.670 | 1.037.950 | 978.977 |
| **Carteira de Terceiros** | **456.915.320** | **363.330.835** | **382.970.801** |
| Letras Financeiras do Tesouro | 347.841.425 | 316.612.217 | 345.406.346 |
| Letras do Tesouro Nacional | 41.553.066 | 32.645.031 | 22.831.179 |
| Notas do Tesouro Nacional | 67.520.829 | 14.073.569 | 14.733.262 |
| Títulos no exterior | -- | 18 | 14 |
| **Total** | **496.568.629** | **402.901.202** | **424.111.690** |
|  |  |  |  |
| Passivo circulante | 488.464.163 | 393.556.860 | 414.770.898 |
| Passivo não circulante | 8.104.466 | 9.344.342 | 9.340.792 |

* + 1. ) Despesa com Operações de Captação no Mercado

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| **Despesas de Captações com Depósitos** | **(13.262.070)** | **(11.663.237)** |
| Depósitos de poupança | (5.183.413) | (4.574.005) |
| Depósitos judiciais | (5.101.401) | (4.547.934) |
| Depósitos a prazo | (2.411.796) | (2.175.935) |
| Depósitos interfinanceiros (1) | (565.460) | (365.363) |
| **Despesas de Captações no Mercado Aberto** | **(14.574.425)** | **(13.831.445)** |
| Carteira de terceiros | (13.184.215) | (12.503.890) |
| Carteira própria | (1.390.210) | (1.327.555) |
| **Despesas de Captações de Recursos de Aceites e Emissão de Títulos** **(2)** | **(3.853.256)** | **(4.389.034)** |
| Letras de Crédito do Agronegócio - LCA | (2.223.035) | (2.391.302) |
| Letras financeiras | (552.092) | (1.041.086) |
| Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior | (684.889) | (553.791) |
| Letras de Crédito Imobiliário - LCI | (393.240) | (402.855) |
| **Despesas com Dívidas Subordinadas no Exterior** **(3)** | **(328.738)** | **(292.966)** |
| **Despesas com Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida** **(4)** | **(997.602)** | **(949.722)** |
| **Outras** | **(244.233)** | **(289.685)** |
| **Total** | **(33.260.324)** | **(31.416.088)** |

(1) As movimentações credoras apresentadas decorrem da variação cambial do período.

(2) As captações de recursos de aceites e emissão de títulos estão evidenciadas na Nota 18.

(3) As emissões de Dívidas Subordinadas no Exterior estão evidenciadas na Nota 20.c.

(4) As emissões de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida estão evidenciadas na Nota 20.d.

* + 1. ) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

| **Programa** | **Resolução/**  **TADE (1)** | **Devolução de Recursos** | | **30.06.2019** | | | **31.12.2018** | | | **30.06.2018** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Forma(2)** | **Data inicial** | **Disponível TMS(3)** | **Aplicado TJLP e TLP(4)** | **Total** | **Disponível TMS(3)** | **Aplicado TJLP e TLP(4)** | **Total** | **Disponível TMS(3)** | **Aplicado TJLP e TLP(4)** | **Total** |
| **Proger Rural e Pronaf** |  |  |  | **1.057** | **17.729** | **18.786** | **7.179** | **18.608** | **25.787** | **6.993** | **25.914** | **32.907** |
| Pronaf Custeio | 04/2005 | RA | 11/2005 | 16 | 169 | 185 | 234 | 213 | 447 | 85 | 583 | 668 |
| Pronaf Investimento | 05/2005 | RA | 11/2005 | 854 | 15.972 | 16.826 | 6.527 | 16.641 | 23.168 | 6.513 | 22.899 | 29.412 |
| Rural Custeio | 02/2006 | RA | 11/2005 | -- | 4 | 4 | 14 | 3 | 17 | 2 | 44 | 46 |
| Rural Investimento | 13/2005 | RA | 11/2005 | 187 | 1.584 | 1.771 | 404 | 1.751 | 2.155 | 393 | 2.388 | 2.781 |
| **Proger Urbano** |  |  |  | **479.781** | **2.518.531** | **2.998.312** | **640.350** | **3.254.914** | **3.895.264** | **467.970** | **3.160.518** | **3.628.488** |
| Urbano Investimento | 18/2005 | RA | 11/2005 | 96.525 | 1.630.193 | 1.726.718 | 123.221 | 1.763.470 | 1.886.691 | 69.187 | 1.693.233 | 1.762.420 |
| Urbano Capital de Giro | 01/2016 | RA | 06/2016 | 383.256 | 888.338 | 1.271.594 | 517.129 | 1.491.444 | 2.008.573 | 398.783 | 1.467.285 | 1.866.068 |
| **Outros** |  |  |  | **51.095** | **240.505** | **291.600** | **75.693** | **287.816** | **363.509** | **70.461** | **328.832** | **399.293** |
| Exportação | 27/2005 | RA | 11/2005 | 1.890 | 9.223 | 11.113 | 2.434 | 9.728 | 12.162 | 7.765 | 10.628 | 18.393 |
| FAT Taxista | 02/2009 | RA | 09/2009 | 41.839 | 207.773 | 249.612 | 64.055 | 243.947 | 308.002 | 53.165 | 271.009 | 324.174 |
| FAT Turismo Investimento | 01/2012 | RA | 08/2012 | 7.366 | 23.509 | 30.875 | 9.204 | 34.141 | 43.345 | 9.531 | 47.195 | 56.726 |
| **Total** |  |  |  | **531.933** | **2.776.765** | **3.308.698** | **723.222** | **3.561.338** | **4.284.560** | **545.424** | **3.515.264** | **4.060.688** |

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA - Retorno Automático (mensalmente, 2% sobre o saldo total).

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).

(4) Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para recursos liberados até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para aqueles liberados a partir de 01.01.2018.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro, Empreendedor Popular, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além das linhas especiais tais como FAT taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) pro rata die. À medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela TLP (Taxa de Longo Prazo) a partir de 1° de janeiro de 2018 e TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) para os recursos liberados até 31 de dezembro de 2017, durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n° 439/2005, 489/2006 e 801/2017.

* + 1. ) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.° 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat/MTE, cujo saldo em 30.06.2019 é de R$ 433.773 mil (R$ 402.693 mil em 31.12.2018 e R$ 376.409 mil em 30.06.2018).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado –PNMPO, mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

* 1. - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS

| **Captações** | **Moeda** | **Valor Emitido** | **Remuneração a.a.** | **Data Captação** | **Vencimento** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Banco do Brasil** |  |  |  |  |  | **128.125.371** | **121.468.280** | **130.811.197** |
| **Programa "Global Medium - Term Notes"** |  |  |  |  |  | **12.716.563** | **10.498.690** | **14.818.326** |
|  | USD | 500.000 | 6,00% | 2010 | 2020 | 1.966.200 | 1.987.453 | 1.977.097 |
|  | EUR | 1.000.000 | 3,75% | 2013/2014 | 2018 | -- | -- | 4.659.506 |
|  | CHF | 275.000 | 2,50% | 2013 | 2019 | -- | 1.097.028 | 1.068.778 |
|  | USD | 1.000.000 | 4,63% | 2017 | 2025 | 3.892.359 | 3.933.679 | 3.912.417 |
|  | BRL | 293.085 | 10,15% | 2017 | 2027 | 356.408 | 325.581 | 284.925 |
|  | USD | 750.000 | 4,88% | 2018 | 2023 | 2.898.677 | 2.930.439 | 2.915.603 |
|  | COP | 160.000.000 | 8,51% | 2018 | 2025 | 239.172 | 224.510 | -- |
|  | USD | 750.000 | 4,75% | 2019 | 2024 | 2.907.028 | -- | -- |
|  | BRL | 398.000 | 9,50% | 2019 | 2026 | 456.719 | -- | -- |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **"Senior Notes"** |  |  |  |  |  | **6.966.686** | **7.039.710** | **7.000.720** |
|  | USD | 1.809.700(1) | 3,88% | 2012 | 2022 | 6.966.686 | 7.039.710 | 7.000.720 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Notas Estruturadas** |  |  |  |  |  | **83.935** | **82.316** | **82.648** |
|  | EUR | 18.400 | 2,21 a 3,55% |  | 2021 | 80.087 | 82.316 | 82.648 |
|  | USD | 1.000 | 4,75% |  | 2020 | 3.848 | -- | -- |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Certificados de Depósitos** **(2)** |  |  |  |  |  | **3.807.388** | **2.108.603** | **2.870.449** |
| Curto prazo |  |  | 1,65 a 4,32% |  |  | 2.550.134 | 1.968.914 | 2.703.298 |
| Longo prazo |  |  | 2,35 a 3,80% |  | 2022 | 1.257.254 | 139.689 | 167.151 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Certificados de Operações Estruturadas** |  |  |  |  |  | **76.194** | **133.809** | **126.160** |
| Curto prazo |  |  | 5,89 a 9,35% do DI |  |  | 76.194 | 116.426 | 101.128 |
| Longo prazo |  |  | 7,73 a 10,07% do DI |  | 2022 | -- | 17.383 | 25.032 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Letras de Crédito Imobiliário** |  |  | **50,00 a 95,00% do DI**  **TR + 7,7151%** |  |  | **15.168.629** | **17.264.716** | **16.576.968** |
| Curto Prazo |  |  |  |  |  | 4.613.476 | 4.704.521 | 4.095.425 |
| Longo Prazo |  |  |  |  | 2026 | 10.555.153 | 12.560.195 | 12.481.543 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Letras de Crédito do Agronegócio** |  |  | **70,00 a 98,00% do DI**  **Pré 6,00%** |  |  | **83.656.743** | **78.937.444** | **84.004.618** |
| Curto prazo |  |  |  |  |  | 51.791.346 | 24.403.914 | 14.304.088 |
| Longo prazo |  |  |  |  | 2022 | 31.865.397 | 54.533.530 | 69.700.530 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Letras Financeiras** |  |  | **98,25 a 102,00% do DI**  **4,50 a 5,30% + IPCA**  **Pré 7,20 a 12,50%** |  |  | **5.649.233** | **5.402.992** | **5.331.308** |
| Curto prazo |  |  |  |  |  | 4.504.343 | 148.375 | 244.160 |
| Longo prazo |  |  |  |  | 2021 | 1.144.890 | 5.254.617 | 5.087.148 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Banco Patagonia** |  |  | **Pré 25,77 a 45,00%**  **299 a 417 pontos + Badlar** |  |  | **139.845** | **173.067** | **372.801** |
| Curto prazo | ARS |  |  |  |  | 111.432 | 125.185 | 250.980 |
| Longo prazo | ARS |  |  |  | 2020 | 28.413 | 47.882 | 121.821 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior** **(3)** |  |  |  |  |  | **3.161.173** | **3.197.379** | **3.180.814** |
| Notas estruturadas (3) |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | USD | 500.000 | Libor 6m + 2,50% | 2014/2015 | 2034 | 1.932.425 | 1.954.501 | 1.944.029 |
|  | USD | 320.000 | Libor 6m + 3,20% | 2015 | 2030 | 1.228.748 | 1.242.878 | 1.236.785 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Valor Eliminado na Consolidação** **(4)** |  |  |  |  |  | **(18.943)** | **(20.230)** | **(82.331)** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Total** |  |  |  |  |  | **131.407.446** | **124.818.496** | **134.282.481** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Passivo circulante |  |  |  |  |  | 65.606.886 | 32.565.915 | 27.379.750 |
| Passivo não circulante |  |  |  |  |  | 65.800.560 | 92.252.581 | 106.902.731 |

(1) Refere-se ao valor outstanding, uma vez que ocorreram recompras parciais.

(2) Títulos emitidos no exterior em USD.

(3) A Entidade de Propósito Específico (EPEs) Loans Finance Company Limited (LFC) foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman e as obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos pela mesma são pagas com recursos acumulados em suas contas. A EPE não possui ativos ou passivos relevantes que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários. O Banco não é acionista, não detém a propriedade e tampouco participa dos resultados da EPE.

A LFC foi constituída com os seguintes propósitos: (a) captação de recursos por meio da emissão de valores mobiliários no mercado internacional; (b) contratação de operações compromissadas com o Banco; (c) contratação de proteção contra o risco de crédito do Banco, por meio de um derivativo de crédito, que é acionável somente em caso de default do Banco em alguma das obrigações assumidas nas operações compromissadas; e (d) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários emitidos e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos.

(4) Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado Banco do Brasil, em poder de dependências/controladas no exterior.

* 1. - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES
     1. ) Obrigações por Empréstimos

|  | **até 90 dias** | **de 91 a 360 dias** | **de 1 a 3 anos** | **de 3 a 5 anos** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **No Exterior** | **4.667.710** | **9.848.594** | **1.935.615** | **210.529** | **16.662.448** | **20.986.748** | **23.386.992** |
| Tomados junto a banqueiros no exterior | 4.628.365 | 9.760.827 | 1.935.615 | 210.529 | 16.535.336 | 20.897.987 | 23.280.807 |
| Importação | 39.345 | 87.767 | -- | -- | 127.112 | 88.761 | 103.512 |
| Exportação | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 2.673 |
| **Total** | **4.667.710** | **9.848.594** | **1.935.615** | **210.529** | **16.662.448** | **20.986.748** | **23.386.992** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| Passivo circulante |  |  |  |  | 14.516.304 | 18.179.594 | 20.480.971 |
| Passivo não circulante |  |  |  |  | 2.146.144 | 2.807.154 | 2.906.021 |

* + 1. ) Obrigações por Repasses

Do País - Instituições Oficiais

| **Programas** | **Taxas de Atualização** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tesouro Nacional - Crédito Rural** |  | **126.774** | **165.557** | **158.633** |
| Pronaf | TMS (se disponível)  Pré 0,50% a.a. a 4,60% a.a. (se aplicado) | 25.183 | 11.020 | 36.403 |
| Cacau | IGP-M + 8,00% a.a. ou  TJLP + 0,60% a.a. ou  Pré 6,35% a.a. | 87.945 | 105.780 | 106.545 |
| Recoop | Pré 5,75% a.a. a 8,25% a.a. ou  IGP-DI + 1,00% a.a. ou  IGP-DI + 2,00% a.a. | 10.770 | 10.770 | 10.859 |
| Outros |  | 2.876 | 37.987 | 4.826 |
| **BNDES** | **Pré 0,00% a.a. a 8,00% a.a.**  **TJLP + 0,00% a.a. a 4,00% a.a.**  **IPCA + 7,02% a.a. a 9,41% a.a.**  **Selic + 0,50% a.a. a 2,08% a.a.**  **Var. Camb. + 0,90% a.a. a 3,00% a.a.**  **TLP + 1,30% a.a. a 2,10% a.a.** | **19.332.948** | **21.764.812** | **24.320.845** |
| **Caixa Econômica Federal** | **Pré 4,91% a.a. (média)** | **30.357.868** | **29.413.089** | **28.102.921** |
| **Finame** | **Pré 0,00% a.a. a 11,00% a.a.**  **TJLP + 0,50% a.a. a 5,50% a.a.**  **Var. Camb. + 1,40% a.a. a 3,00% a.a.**  **Selic + 2,08%a.a. a 2,45% a.a.**  **TLP + 1,42% a.a. a 2,33% a.a.** | **13.885.347** | **15.138.554** | **17.507.627** |
| **Outras Instituições Oficiais** |  | **273.087** | **249.052** | **7.452.913** |
| Suprimento Especial - Poupança Rural (Nota 9.b) | TR | -- | -- | 7.158.515 |
| Suprimento Especial - Depósitos (Nota 9.b) |  | -- | -- | 249.844 |
| Funcafé | TMS (se disponível)  Pré 5,50% a.a. a 11,25% a.a. ou  FAM + 1,28% a 3,67% (se aplicado) | 273.059 | 249.024 | 44.527 |
| Outros |  | 28 | 28 | 27 |
| **Total** |  | **63.976.024** | **66.731.064** | **77.542.939** |
|  |  |  |  |  |
| Passivo circulante |  | 37.849.851 | 38.148.447 | 44.895.521 |
| Passivo não circulante |  | 26.126.173 | 28.582.617 | 32.647.418 |

Do Exterior

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| Fundo Especial de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais | -- | 477 | 477 |
| **Total** | **--** | **477** | **477** |
|  |  |  |  |
| Passivo circulante | -- | 95 | 95 |
| Passivo não circulante | -- | 382 | 382 |

* + 1. ) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| **Despesas de Obrigações por Empréstimos** | **(182.413)** | **(6.183.840)** |
| **Despesas de Obrigações por Repasses** | **(1.860.701)** | **(6.747.453)** |
| Do exterior | (130.229) | (4.809.231) |
| BNDES | (769.621) | (965.198) |
| Caixa Econômica Federal | (755.631) | (690.537) |
| Finame | (151.121) | (186.198) |
| Tesouro Nacional | (25.893) | (69.616) |
| Outras | (28.206) | (26.673) |
| **Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior** | **304.631** | **(2.468.374)** |
| **Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento** | **(270.315)** | **(1.391.901)** |
| **Ganhos/(perdas) cambiais sobre investimentos no exterior** **(1)** | **145.716** | **1.575.811** |
| **Total** | **(1.863.082)** | **(15.215.757)** |

(1) As movimentações credoras apresentadas decorrem da variação cambial negativa do período (valorização do Real frente ao Dólar).

* 1. - OUTRAS OBRIGAÇÕES
     1. ) Fiscais e Previdenciárias

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| Obrigações legais (Nota 27.h1) (1) | 6.571.673 | 6.571.673 | 6.571.673 |
| Passivo fiscal diferido (Nota 24.d) | 2.032.839 | 1.252.259 | 2.685.919 |
| Impostos e contribuições a recolher | 1.179.238 | 1.307.373 | 1.123.323 |
| Provisão para impostos e contribuições sobre lucros | 1.093.768 | 393.007 | 1.096.526 |
| Impostos e contribuições sobre lucros a pagar | 621.219 | 2.032.805 | 434.022 |
| **Total** | **11.498.737** | **11.557.117** | **11.911.463** |
|  |  |  |  |
| Passivo circulante | 10.944.393 | 10.788.134 | 9.980.063 |
| Passivo não circulante | 554.344 | 768.983 | 1.931.400 |

(1) Referem-se aos prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL/CSLL a compensar decorrentes de processo judicial.

* + 1. ) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| Marinha Mercante | 7.634.996 | 8.754.178 | 8.614.403 |
| Fundo Constitucional do Centro Oeste - FCO (1) | 2.710.954 | 1.249.914 | -- |
| Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE | 1.748.753 | 1.836.454 | 1.933.397 |
| Pasep (2) | 1.299.924 | 1.529.567 | 3.313.008 |
| Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste - FDCO | 1.148.443 | 1.206.319 | 1.150.726 |
| Fundos do Governo do Estado de São Paulo | 844.684 | 857.284 | 817.786 |
| Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC | 47.951 | 48.148 | 52.564 |
| Outros | 45.265 | 40.557 | 65.629 |
| **Total** | **15.480.970** | **15.522.421** | **15.947.513** |
|  |  |  |  |
| Passivo circulante | 8.633.612 | 9.855.261 | 9.494.039 |
| Passivo não circulante | 6.847.358 | 5.667.160 | 6.453.474 |

(1) A Resolução CMN nº 4.679/2018 passou a limitar a utilização dos recursos do FCO para composição no nível II do Patrimônio de Referência – PR (Nota 20.c). O montante divulgado refere-se ao que excede esse valor, sendo R$ 2.301.574 mil de recursos aplicados (remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989) e R$ 409.380 mil de recursos disponíveis (remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989).

(2) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

* + 1. ) Dívidas Subordinadas

| **Captações** |  | **Valor Emitido** | **Remuneração a.a.** | **Data Captação** | **Vencimento** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Banco do Brasil** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste** |  |  |  |  |  | **29.336.898** | **29.336.898** | **29.336.898** |
| **Dívidas Subordinadas no Exterior** |  |  |  |  |  | **11.402.142** | **11.522.511** | **11.459.556** |
|  | USD | 660.000 | 5,38% | 2010 | 2021 | 2.588.913 | 2.616.710 | 2.602.886 |
|  | USD | 1.500.000 | 5,88% | 2011 | 2022 | 5.873.535 | 5.934.900 | 5.901.826 |
|  | USD | 750.000 | 5,88% | 2012 | 2023 | 2.939.694 | 2.970.901 | 2.954.844 |
| **Letras Financeiras Subordinadas** |  |  |  |  |  | **8.893.311** | **18.006.049** | **19.184.626** |
|  |  | 4.844.900 | 111,50% do CDI  1,06% a 1,11% + CDI  5,24% a 5,56% + IPCA  Pré 10,51% | 2012 | 2018 | -- | -- | 1.814.472 |
|  |  | 215.000 | 112,00% do CDI | 2012 | 2019 | -- | 437.979 | 423.075 |
|  |  | 150.500 | 112,50% do CDI  5,45% + IPCA | 2012 | 2020 | 320.665 | 308.977 | 296.998 |
|  |  | 4.680.900 | 111,00% do CDI | 2013 | 2019 | -- | 9.000.459 | 8.696.879 |
|  |  | 540.623 | 112,00% a 114,00% do CDI | 2014 | 2020 | 942.206 | 910.169 | 878.754 |
|  |  | 3.868.384 | 113,00% a 115,00% do CDI | 2014 | 2021 | 6.839.993 | 6.605.387 | 6.375.403 |
|  |  | 400.000 | 8,08% + IPCA | 2014 | 2022 | 790.447 | 743.078 | 699.045 |
| **Total das Dívidas Subordinadas do Banco do Brasil** |  |  |  |  |  | **49.632.351** | **58.865.458** | **59.981.080** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Valores eliminados na consolidação |  |  |  |  |  | (34.007) | (36.674) | (34.731) |
| **Total das Dívidas Subordinadas** **(1)(2)** |  |  |  |  |  | **49.598.344** | **58.828.784** | **59.946.349** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Passivo circulante |  |  |  |  |  | 2.958.155 | 9.440.498 | 11.219.363 |
| Passivo não circulante |  |  |  |  |  | 46.640.189 | 49.388.286 | 48.726.986 |

(1) O montante de R$ 36.182.995 mil (R$ 38.925.975 mil em 31.12.2018 e R$ 39.433.416 mil em 30.06.2018) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR).

(2) Inclui o montante de R$ 8.572.646 mil, referente a dívidas subordinadas registradas no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.

* + 1. ) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

| **Captações** |  | **Valor Emitido(1)** | **Remuneração a.a.** | **Data Captação** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Bônus Perpétuos** |  |  |  |  |  |  |  |
|  | USD | 898.512 | 8,50% | 10/2009 | 3.498.617 | 3.536.595 | 3.518.344 |
|  | USD | 1.298.727 | 9,25% | 01 e 03/2012 | 5.162.277 | 5.221.040 | 5.196.821 |
|  | USD | 1.988.000 | 6,25% | 01/2013 | 7.700.311 | 7.783.964 | 7.743.834 |
|  | BRL | 8.100.000 | 5,50%(2) | 09/2012 | 8.224.049 | 8.307.033 | 8.154.098 |
|  | USD | 2.169.700 | 9,00% | 06/2014 | 8.320.368 | 8.410.702 | 8.367.290 |
| **Total Banco do Brasil** |  |  |  |  | **32.905.622** | **33.259.334** | **32.980.387** |
| Valores eliminados na consolidação |  |  |  |  | (31.285) | (24.221) | (17.314) |
| Total reclassificado para o Patrimônio Líquido (Nota 23.c) |  |  |  |  | (8.100.000) | (8.100.000) | (8.100.000) |
| **Total Consolidado** |  |  |  |  | **24.774.337** | **25.135.113** | **24.863.073** |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| Passivo circulante |  |  |  |  | 61.270 | 62.168 | 283.908 |
| Passivo não circulante |  |  |  |  | 24.713.067 | 25.072.945 | 24.579.165 |

(1) Refere-se, nas captações em dólar, ao *outstanding value*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

(2) A partir de 28.08.2014, a remuneração passou a ser integralmente variável (Nota 23.c).

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R$ 23.855.445 mil compõe o Patrimônio de Referência – PR (R$ 24.120.630 mil em 31.12.2018 e R$ 24.002.355 mil em 30.06.2018), sendo o montante de R$ 20.598.075 mil registrado no grupamento Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 28.b).

Os bônus emitidos em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil (*outstanding value* USD 898.512 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos. A partir dessa data, a cada dez anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.750.000 mil (*outstanding value* USD 1.298.727 mil) e os bônus emitidos em janeiro de 2013, no valor de USD 2.000.000 mil (*outstanding value* USD 1.988.000 mil), tiveram, em 27.09.2013, seus termos e condições alterados com a finalidade de ajustá-los às regras da Resolução CMN n.° 4.192/2013 do Bacen, que regulamenta a implementação de Basileia III no Brasil. As alterações entraram em vigor em 01.10.2013, quando os instrumentos foram submetidos ao Bacen para a obtenção de autorização para integrarem o Capital Complementar (Nível I) do Banco. A autorização foi concedida em 30.10.2013.

Os bônus emitidos em junho de 2014, no valor de USD 2.500.000 mil (*outstanding value* USD 2.169.700 mil), têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 18.06.2024 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em junho de 2024, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 6,362% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos.

Caso o Banco não exerça a opção de resgate em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada dez anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-Americano de dez anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Bacen:

(i) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, e em junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;

(ii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012, a abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013 e a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;

(iii) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão e desde que anterior a abril de 2023 para os bônus emitidos em 2012 e em abril de 2024 para os bônus emitidos em 2013, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o Make-whole amount;

(iv) o Banco poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, após cinco anos da data de emissão desde que anterior a junho de 2024 para os bônus emitidos em 2014, em função de evento regulatório, pelo preço base de resgate.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

(i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;

(ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;

(iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;

(iv) alguma inadimplência ocorra; ou

(v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

Os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

(i) os lucros distribuíveis no período não sejam suficientes para a realização do referido pagamento (condição discricionária para o Banco);

(ii) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;

(iii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;

(iv) algum evento de insolvência ou falência ocorra;

(v) alguma inadimplência ocorra.

De acordo com as regras de Basileia III, os bônus emitidos em janeiro e março de 2012, em janeiro de 2013 e em junho de 2014, contam com mecanismos de “absorção de perdas” (*loss absorption*). Além disso, caso o item (i) ocorra, o pagamento de dividendos pelo Banco aos seus acionistas ficará limitado ao mínimo obrigatório determinado pela legislação aplicável até que os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos tenham sido retomados integralmente. Por fim esses bônus serão extintos de forma permanente e em valor mínimo correspondente ao saldo computado no capital de Nível I do Banco caso:

(i) o capital principal do Banco for inferior a 5,125% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA);

(ii) seja tomada a decisão de fazer uma injeção de capital do setor público ou suporte equivalente ao Banco, a fim de manter o Banco em situação de viabilidade;

(iii) o Bacen, em avaliação discricionária regulamentada pelo CMN, determinar por escrito a extinção dos bônus para viabilizar a continuidade do Banco.

* + 1. ) Diversas

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| Operações com cartão de crédito/débito | 24.742.293 | 24.940.764 | 21.691.704 |
| Passivos atuariais (Nota 26.e) | 19.272.614 | 12.677.088 | 11.060.480 |
| Obrigações legais – Provisão para riscos fiscais (Nota 27.h1) | 11.557.018 | 11.095.690 | 10.240.143 |
| Provisões para demandas cíveis (Nota 27.e1) | 7.587.893 | 6.997.444 | 7.292.607 |
| Credores diversos no país (1) | 5.090.278 | 6.291.128 | 4.489.768 |
| Provisões para pagamentos a efetuar | 4.342.435 | 4.562.840 | 4.329.105 |
| Provisões para demandas trabalhistas (Nota 27.e1) | 3.441.620 | 2.520.968 | 2.561.756 |
| Obrigações de pagamento em nome de terceiros | 2.914.388 | 1.833.703 | 2.304.685 |
| Recursos vinculados a operações de crédito | 1.352.140 | 1.381.302 | 2.371.227 |
| Obrigações por convênios oficiais | 1.351.215 | 1.180.708 | 1.323.294 |
| Credores por recursos a liberar | 584.543 | 668.186 | 976.373 |
| Credores diversos no exterior | 503.964 | 754.839 | 652.880 |
| Provisão para demandas fiscais (Nota 27.e1) | 428.610 | 262.724 | 245.016 |
| Obrigações por operações vinculadas a cessão | 367.749 | 404.844 | 448.768 |
| Provisões para garantias prestadas (Nota 20.f) | 354.317 | 358.552 | 192.190 |
| Obrigações por prêmios concedidos a clientes por fidelidade | 354.082 | 434.399 | 449.345 |
| Provisões para perdas com o Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS | 185.151 | 133.971 | 203.608 |
| Obrigações por aquisição de bens e direitos | 181.166 | 272.522 | 179.367 |
| Obrigações por cotas de fundos de investimento | 12.950 | 12.748 | 38.416 |
| Coobrigações em cessões de crédito | 488 | -- | 650 |
| Outras | 1.490.690 | 1.703.667 | 1.300.218 |
| **Total** | **86.115.604** | **78.488.087** | **72.351.600** |
|  |  |  |  |
| Passivo circulante | 72.223.284 | 64.117.330 | 58.428.527 |
| Passivo não circulante | 13.892.320 | 14.370.757 | 13.923.073 |

(1) Inclui o montante de R$ 508.784 mil (R$ 533.353 mil em 30.06.2018) referente a obrigações com a União, provenientes das operações rurais alongadas e securitizadas ao amparo da Lei nº 9.138/1995, cedido por meio da MP nº 2.196/2001, em processo de conciliação junto à Secretaria do Tesouro Nacional.

* + 1. ) Garantias Financeiras

|  | **30.06.2019** | | **31.12.2018** | | **30.06.2018** | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Valores Garantidos** | **Provisão** | **Valores Garantidos** | **Provisão** | **Valores Garantidos** | **Provisão** |
| Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras | 1.139.650 | 149.399 | 950.285 | 121.827 | 2.744.570 | 49.138 |
| Outras garantias financeiras prestadas (1) | 1.519.471 | 142.694 | 1.239.539 | 175.137 | 1.537.648 | 83.691 |
| Outras fianças bancárias | 2.758.558 | 4.630 | 2.532.441 | 5.098 | 1.233.741 | 4.193 |
| Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal | 317.396 | 57.527 | 1.034.800 | 56.358 | 1.017.581 | 55.070 |
| Vinculadas à distribuição de TVM por oferta pública | 32.000 | -- | 32.000 | -- | 32.000 | -- |
| Vinculados ao fornecimento de mercadorias | 17.054 | 57 | 18.985 | 59 | 27.194 | 63 |
| Vinculadas ao comércio internacional de mercadorias | 46.170 | 10 | 75.570 | 73 | 64.082 | 35 |
| Outros avais | 1.524 | -- | 1.553 | -- | 1.576 | -- |
| **Total** | **5.831.823** | **354.317** | **5.885.173** | **358.552** | **6.658.392** | **192.190** |

(1) Refere-se, principalmente, a garantias prestadas em moeda estrangeira.

As operações de garantias financeiras prestadas são avaliadas através dos modelos de classificação de risco de operações vigentes na instituição, no mesmo formato das operações de crédito, as quais seguem os preceitos das Resoluções CMN n.º 2.682 e n.º 2.697, divulgadas em 21.12.1999 e 24.02.2000, respectivamente, que estabelecem os critérios de classificação das operações de crédito e as regras para constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD).

A classificação de risco das operações é realizada mediante a aplicação de metodologias desenvolvidas que consideram as características dos clientes, das operações e garantias. O resultado final da classificação é a atribuição de risco conforme escala constante na Resolução CMN n.º 2.682, que define o percentual de provisão que deve ser alocada à operação.

* 1. - OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS
     1. ) Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| Conta corrente | 3.766.921 | 3.572.676 |
| Administração de fundos | 3.136.883 | 2.979.938 |
| Comissões de seguros, previdência e capitalização | 1.769.670 | 1.468.099 |
| Rendas de cartões | 1.059.075 | 943.731 |
| Operações de crédito e garantias prestadas | 899.321 | 979.336 |
| Cobrança | 634.130 | 663.380 |
| Taxas de administração de consórcios | 587.302 | 430.668 |
| Arrecadações | 557.581 | 556.218 |
| Rendas do mercado de capitais | 461.881 | 415.454 |
| Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais | 202.714 | 269.892 |
| Interbancária | 73.495 | 72.813 |
| Outras | 1.085.304 | 993.546 |
| **Total** | **14.234.277** | **13.345.751** |

* + 1. ) Despesas de Pessoal

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| Proventos | (5.020.753) | (4.819.701) |
| Encargos sociais | (1.555.270) | (1.552.866) |
| Benefícios | (1.550.092) | (1.519.772) |
| Demandas trabalhistas | (1.524.727) | (449.093) |
| Provisões administrativas de pessoal | (1.209.065) | (1.433.322) |
| Previdência complementar | (399.483) | (408.646) |
| Treinamento | (29.956) | (26.633) |
| Honorários de diretores e conselheiros | (22.479) | (24.229) |
| **Total** | **(11.311.825)** | **(10.234.262)** |

* + 1. ) Outras Despesas Administrativas

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| Amortização | (910.715) | (986.074) |
| Aluguéis | (674.258) | (668.968) |
| Depreciação | (623.320) | (585.686) |
| Serviços de vigilância e segurança | (566.394) | (570.725) |
| Serviços de terceiros | (430.292) | (439.435) |
| Transporte | (401.618) | (487.318) |
| Comunicações | (381.956) | (437.451) |
| Serviços do sistema financeiro | (380.020) | (372.406) |
| Manutenção e conservação de bens | (379.905) | (339.455) |
| Água, energia e gás | (268.693) | (257.058) |
| Processamento de dados | (207.114) | (203.024) |
| Serviços técnicos especializados | (192.028) | (216.899) |
| Propaganda e publicidade | (161.450) | (169.868) |
| Promoções e relações públicas | (62.232) | (71.776) |
| Material | (47.200) | (52.532) |
| Viagem no país | (42.084) | (53.541) |
| Outras | (446.242) | (301.734) |
| **Total** | **(6.175.521)** | **(6.213.950)** |

* + 1. ) Outras Receitas Operacionais

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| Recuperação de encargos e despesas | 1.052.850 | 1.085.578 |
| Atualização de depósitos em garantia | 1.008.613 | 1.029.782 |
| Atualização das destinações do superávit - Previ Plano 1 (Nota 26.f) | 467.480 | 480.250 |
| Operações com cartões | 432.864 | 267.493 |
| Reversão de provisões - despesas administrativas e despesas de pessoal | 199.531 | 84.442 |
| Atualização de ativo atuarial | 181.329 | 240.840 |
| Atualização de impostos a compensar | 113.272 | 37.660 |
| Receitas das empresas controladas não financeiras | 107.566 | 112.610 |
| Rendas de títulos e créditos a receber | 76.972 | 68.392 |
| Dividendos recebidos | 5.810 | 3.560 |
| Rendas de créditos específicos e operações especiais - Tesouro Nacional | 365 | 15.493 |
| Outras | 292.045 | 294.661 |
| **Total** | **3.938.697** | **3.720.761** |

* + 1. ) Outras Despesas Operacionais

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| Demandas cíveis e fiscais | (3.690.656) | (1.378.316) |
| Bônus de relacionamento negocial | (849.024) | (494.930) |
| Operações com cartões | (824.578) | (835.129) |
| Atualização das obrigações atuariais | (606.307) | (626.894) |
| Descontos concedidos em renegociação | (473.693) | (571.543) |
| Atualização da provisão para depósito judicial (Nota 27.h) | (461.328) | (343.523) |
| Serviços de terceiros | (391.893) | (473.268) |
| Despesas das empresas controladas não financeiras | (211.809) | (188.768) |
| Remuneração pelas transações de correspondentes bancários | (138.559) | (247.338) |
| Convênio INSS | (112.573) | (96.408) |
| Autoatendimento | (98.672) | (189.740) |
| Bônus de adimplência | (84.211) | (109.287) |
| Remuneração pelas transações do Banco Postal | (74.300) | (121.400) |
| Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor | (72.319) | (62.128) |
| Falhas/fraudes e outras perdas | (65.615) | (114.779) |
| Atualização de JCP/Dividendos | (18.165) | (8.513) |
| Credenciamento do uso do Sisbacen | (10.208) | (11.789) |
| Outras | (579.199) | (578.157) |
| **Total** | **(8.763.109)** | **(6.451.910)** |

* 1. - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| **Receitas Não Operacionais** | **350.922** | **351.331** |
| Lucro na alienação de valores e bens | 203.073 | 193.288 |
| Ganhos de capital | 107.261 | 104.186 |
| Ressarcimento de fornecedores | 14.607 | 7.069 |
| Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens | 13.775 | 26.617 |
| Rendas de aluguéis | 5.240 | 5.853 |
| Outras rendas não operacionais | 6.966 | 14.318 |
| **Despesas Não Operacionais** | **(296.278)** | **(86.274)** |
| Perdas de capital | (153.708) | (60.645) |
| Prejuízos na alienação de valores e bens | (119.915) | (8.238) |
| Desvalorização de outros valores e bens | (17.818) | (16.211) |
| Outras despesas não operacionais | (4.837) | (1.180) |
| **Total** | **54.644** | **265.057** |

* 1. - PATRIMÔNIO LÍQUIDO
     1. ) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| Patrimônio Líquido do Banco do Brasil | 91.685.951 | 91.989.546 | 91.567.645 |
| Valor patrimonial por ação (R$) (1) | 32,90 | 33,02 | 32,88 |
| Valor de mercado por ação (R$) | 53,94 | 46,49 | 28,65 |
| Patrimônio Líquido Consolidado | 101.930.492 | 102.252.882 | 102.637.831 |

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco do Brasil.

* + 1. ) Capital Social

O capital social do Banco do Brasil, totalmente subscrito e integralizado, de R$ 67.000.000 mil (R$ 67.000.000 mil em 30.06.2018) está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R$ 120.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas, preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem.

* + 1. ) Instrumento Elegível ao Capital Principal

Em 26.09.2012, o Banco do Brasil firmou Contrato de Mútuo com a União, na qualidade de instrumento híbrido de capital e dívida, no valor de até R$ 8.100.000 mil, cujos recursos foram destinados ao financiamento agropecuário. Em 28.08.2014, através de termo aditivo, nos termos da Lei n.º 12.793, de 02.04.2013, o instrumento cumpriu os requisitos de elegibilidade ao capital principal, conforme definido no art. 16 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

Desde a assinatura do termo aditivo, a remuneração do referido instrumento é integralmente variável e os juros são devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Os juros relativos a cada exercício social são pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos, contados após a realização do pagamento de dividendos/JCP relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período de apuração, sujeito à discricionariedade da Administração em realizá-lo. Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre capital próprio) até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

Caso o saldo dos lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus eventuais prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco do Brasil estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nesta ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

O instrumento não possui data de vencimento e poderá ser liquidado apenas em situações de dissolução da instituição emissora ou de recompras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. No caso de dissolução do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. Em nenhuma hipótese haverá remuneração preferencial do instrumento, inclusive em relação a outros elementos patrimoniais classificados no Patrimônio de Referência.

Tendo em vista sua elegibilidade ao capital principal, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, o instrumento é reclassificado para o patrimônio líquido.

* + 1. ) Reservas de Reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R$ 2.205 mil (R$ 2.336 mil em 30.06.2018), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas controladas/coligadas.

No 1º semestre de 2019, foram realizadas reservas no montante de R$ 35 mil (R$ 35 mil no 1º semestre de 2018) decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, líquido de impostos. Conforme a Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

* + 1. ) Reservas de Capital e de Lucros

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| Reservas de Capital | 15.410 | 14.692 | 14.692 |
| Reservas de Lucros | 47.407.836 | 42.612.582 | 39.163.283 |
| Reserva legal | 8.144.490 | 7.738.497 | 7.397.589 |
| Reservas Estatutárias | 39.263.346 | 34.874.085 | 31.765.694 |
| Margem operacional | 36.058.425 | 30.657.730 | 27.701.262 |
| Equalização de dividendos | 3.204.921 | 4.216.355 | 4.064.432 |

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, sendo constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

* + 1. ) Lucro por Ação

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| Lucro líquido (R$ mil) | 8.119.872 | 5.835.115 |
| Número médio ponderado de ações (básico) | 2.786.507.649 | 2.785.480.091 |
| Número médio ponderado de ações (diluído) | 2.786.183.611 | 2.785.109.432 |
| Lucro por ação (básico e diluído) (R$) | 2,91 | 2,10 |

* + 1. ) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos e Destinação do Resultado

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a destinação do resultado do período:

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| **1) Lucro líquido - BB Banco Múltiplo** | **8.119.872** | **5.835.115** |
| No País | 6.857.830 | 5.375.409 |
| No Exterior | 1.262.042 | 459.706 |
| **2) Juros sobre instrumento elegível ao capital principal** | **124.049** | **102.817** |
| **3) Base de cálculo dos dividendos (item 1 + item 2)** | **8.243.921** | **5.937.932** |
| Dividendos - Payout | 3.297.568 | 1.781.380 |
| Dividendo mínimo obrigatório | 1.929.664 | 1.358.045 |
| Dividendo adicional | 1.367.904 | 423.335 |
| **4) Destinações** |  |  |
| Lucro Líquido | 8.119.872 | 5.835.115 |
| Lucros/Prejuízos acumulados | 4.778 | (117.031) |
| Lucro distribuído | 8.124.650 | 5.718.085 |
| Reserva legal | 405.993 | 285.905 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | 3.297.568 | 1.781.380 |
| Reservas estatutárias | 7.250.681 | 3.650.800 |
| Utilização de reservas estatutárias para equalização de dividendos | (2.829.592) | -- |

Apresentamos o cronograma de pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos:

|  | **Valor** | **Valor por ação (R$)** | **Data base da posição acionária** | **Data de pagamento** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **1º Trimestre/2019** |  |  |  |  |
| Juros sobre o capital próprio (1) | 435.000 | 0,156 | 11.03.2019 | 29.03.2019 |
| Juros sobre o capital próprio complementares (1) | 1.155.939 | 0,415 | 21.05.2019 | 31.05.2019 |
| **2º Trimestre/2019** |  |  |  |  |
| Juros sobre o capital próprio (1) | 476.640 | 0,171 | 11.06.2019 | 28.06.2019 |
| Juros sobre o capital próprio complementares (1) | 1.229.989 | 0,441 | 21.08.2019 | 30.08.2019 |
| **Total destinado aos acionistas** | **3.297.568** | **1,183** |  |  |

(1) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

|  | **Valor** | **Valor por ação (R$)** | **Data base da posição acionária** | **Data de pagamento** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **1º Trimestre/2018** |  |  |  |  |
| Juros sobre o capital próprio (1) | 227.559 | 0,082 | 12.03.2018 | 29.03.2018 |
| Juros sobre o capital próprio complementares (1) | 595.914 | 0,214 | 21.05.2018 | 30.05.2018 |
| **2º Trimestre/2018** |  |  |  |  |
| Juros sobre o capital próprio (1) | 215.030 | 0,077 | 11.06.2018 | 29.06.2018 |
| Juros sobre o capital próprio complementares (1) | 742.877 | 0,267 | 21.08.2018 | 31.08.2018 |
| **Total destinado aos acionistas** | **1.781.380** | **0,640** |  |  |

(1) Valores sujeitos à retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, com exceção de acionistas comprovadamente isentos ou imunes.

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995, n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos.

Para atendimento da legislação de imposto de renda, bem como da contribuição social, os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação*, pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, sendo dedutíveis na apuração do lucro real.

O total dos juros sobre o capital próprio, no 1º semestre de 2019, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R$ 1.319.027 mil (R$ 801.621 mil no 1º semestre de 2018).

* + 1. ) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

|  | **Lucro Líquido** | | **Patrimônio Líquido** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| **Banco do Brasil** | **8.119.872** | **5.835.115** | **91.685.951** | **91.989.546** | **91.567.645** |
| Instrumento elegível a capital principal (1) | 124.049 | 102.817 | 8.100.000 | 8.100.000 | 8.100.000 |
| Resultado não realizado (2) | (31.828) | (54.113) | (379.407) | (347.579) | (359.163) |
| Participação dos não controladores | -- | -- | 2.523.948 | 2.510.915 | 3.329.349 |
| **Consolidado** | **8.212.093** | **5.883.819** | **101.930.492** | **102.252.882** | **102.637.831** |

(1) Nas demonstrações contábeis individuais, o instrumento elegível a capital principal foi registrado no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas de operações de captação no mercado. Nas demonstrações contábeis consolidadas, esse instrumento foi reclassificado para o patrimônio líquido. (Notas 3 e 23.c).

(2) Refere-se a resultados não realizados decorrentes de cessão de créditos do Banco do Brasil para a Ativos S.A.

* + 1. ) Ajustes de Avaliação Patrimonial

|  | **1º Semestre/2019** | | | | **1º Semestre/2018** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Saldo Inicial** | **Movimentação** | **Efeitos tributários** | **Saldo Final** | **Saldo Inicial** | **Movimentação** | **Efeitos tributários** | **Saldo Final** |
| **Títulos Disponíveis para Venda** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Banco do Brasil | (1.323.828) | 1.815.889 | (490.126) | 1.935 | (706.035) | (1.974.768) | 572.129 | (2.108.674) |
| Subsidiárias no Exterior | 2.559 | 44.170 | (8.995) | 37.734 | 56.303 | (34.026) | 4.351 | 26.628 |
| Coligadas e controladas | (743) | 46.436 | (7.757) | 37.936 | 61.003 | 77.633 | (28.327) | 110.309 |
| **Hedge de Fluxo de Caixa** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Coligadas e controladas | (49.784) | (57.762) | 23.103 | (84.443) | (10.337) | 42.947 | (21.139) | 11.471 |
| **Variações Cambiais de Investimentos no Exterior** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Subsidiárias no Exterior | (753.367) | (234.863) | -- | (988.230) | (184.653) | (276.108) | -- | (460.761) |
| Coligadas e controladas | 56.760 | (14.537) | 11.107 | 53.330 | 6.877 | 73.110 | (24.857) | 55.130 |
| **Ganhos/(Perdas) Atuariais - Planos de Benefícios** |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Banco do Brasil | (14.085.713) | (10.504.518) | 4.203.830 | (20.386.401) | (12.442.883) | 2.802.020 | (1.121.856) | (10.762.719) |
| Coligadas e controladas | -- | (2.415) | 821 | (1.594) | -- | -- | -- | -- |
| **Total** | **(16.154.116)** | **(8.907.600)** | **3.731.983** | **(21.329.733)** | **(13.219.725)** | **710.808** | **(619.699)** | **(13.128.616)** |

* + 1. ) Participação dos Não Controladores

|  | **Lucro Líquido** | | **Patrimônio Líquido** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| Banco Patagonia S.A. (1) | 131.352 | 126.405 | 352.035 | 374.176 | 652.575 |
| Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | (1) | -- | 25 | 26 | 26 |
| BB Tecnologia e Serviços | 4 | -- | 39 | 35 | 35 |
| BB Seguridade S.A. | 689.210 | 638.668 | 2.171.849 | 2.136.678 | 2.676.713 |
| Participação dos não Controladores | **820.565** | **765.073** | **2.523.948** | **2.510.915** | **3.329.349** |

(1) Redução do Patrimônio Líquido decorrente da transferência de ações do Banco Patagonia S.A. (Nota 2).

* + 1. ) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações:

| **Acionistas** | **30.06.2019** | | **31.12.2018** | | **30.06.2018** | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ações** | **% Total** | **Ações** | **% Total** | **Ações** | **% Total** |
| União Federal | 1.453.493.742 | 50,7 | 1.453.493.742 | 50,7 | 1.453.493.742 | 50,7 |
| Tesouro Nacional | 1.453.493.742 | 50,7 | 1.453.493.742 | 50,7 | 1.453.493.742 | 50,7 |
| Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ | 145.280.214 | 5,1 | 181.160.514 | 6,3 | 222.591.414 | 7,8 |
| Ações em Tesouraria (1) | 78.936.493 | 2,8 | 79.886.296 | 2,8 | 80.181.562 | 2,8 |
| Outros acionistas | 1.187.706.571 | 41,4 | 1.150.876.468 | 40,2 | 1.109.150.302 | 38,7 |
| **Total** | **2.865.417.020** | **100,0** | **2.865.417.020** | **100,0** | **2.865.417.020** | **100,0** |
| Residentes no país | 2.162.779.438 | 75,5 | 2.207.072.639 | 77,0 | 2.225.797.680 | 77,7 |
| Residentes no exterior | 702.637.582 | 24,5 | 658.344.381 | 23,0 | 639.619.340 | 22,3 |

(1) Inclui, em 30.06.2019, 32.900 ações do Banco do Brasil mantidas na BB DTVM (38.294 em 30.06.2018).

Quantidade de ações de emissão do Banco do Brasil, de titularidade do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria:

|  | **Ações ON (1)** | | |
| --- | --- | --- | --- |
| **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco, que consta na Diretoria Executiva) | 3.581 | 147 | 144 |
| Diretoria Executiva | 103.882 | 175.800 | 211.546 |
| Comitê de Auditoria | 18 | 18 | 18 |

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,004% do capital do Banco.

* + 1. ) Movimentação de Ações em Circulação/Free Float

|  | **30.06.2019** | | **31.12.2018** | | **30.06.2018** | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Quantidade** | **%** | **Quantidade** | **%** | **Quantidade** | **%** |
| Ações em circulação no início do período | 1.331.861.026 | 46,5 | 1.282.433.554 | 44,8 | 1.282.433.554 | 44,8 |
| Alienação de ações pelo FFIE - Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização | -- |  | 48.880.900 |  | 48.880.900 |  |
| Outras movimentações (1) | 1.018.287 |  | 546.572 |  | 215.563 |  |
| Ações em circulação no fim do período (2) | 1.332.879.313 | 46,5 | 1.331.861.026 | 46,5 | 1.331.530.017 | 46,5 |
| **Total emitido** | **2.865.417.020** | **100,0** | **2.865.417.020** | **100,0** | **2.865.417.020** | **100,0** |

(1) Inclui as movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da B3. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. As ações detidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ integram o montante de ações em circulação.

* + 1. ) Ações em Tesouraria

Em 30.06.2019, o Conglomerado possuía 78.936.493 ações em tesouraria, no valor total de R$ 1.789.174 mil, das quais 70.501.551 ações decorrentes dos programas de recompra (ocorridos entre 2012 e 2015), 8.075.350 ações recebidas em dação de pagamento do FGCN – Fundo de Garantia para a Construção Naval, 359.529 ações decorrentes do programa de remuneração variável e 63 ações remanescentes de incorporações.

* + 1. ) Pagamento Baseado em Ações

Programa de Remuneração Variável

O programa de remuneração variável do Banco do Brasil foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 3.921, de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O programa tem periodicidade anual, sendo estabelecido em função dos riscos e da atividade dos administradores e tem como pré-requisitos: a Ativação do Programa de Participação nos Lucros e Resultados e o atingimento de lucro contábil positivo pelo BB.

A qualificação e a classificação dos administradores são feitas com base em indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas e individuais, baseadas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período. O programa ainda determina que 50% da remuneração seja paga à vista e em espécie (CPC 33) e que os demais 50% sejam pagos em ações.

A quantidade de ações do Banco do Brasil a ser destinada a cada participante é apurada mediante a divisão do valor líquido equivalente a 50% dos honorários a que fizer jus, a título de remuneração variável, pelo preço médio da ação na semana anterior à do pagamento. O preço médio é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento. No momento da apuração das parcelas diferidas, caso ocorram frações, estas são acumuladas na primeira parcela a ser disponibilizada.

A distribuição da remuneração em ações ocorre de forma que 20% é imediatamente transferido para a titularidade do beneficiário e 80% é diferido pelo prazo de quatro anos, sendo: 20% no prazo de um ano, 20% no prazo de dois anos, 20% no prazo de três anos e 20% no prazo de quatro anos.

A BB DTVM, em decorrência da resolução supracitada, também aprovou política de remuneração variável para sua diretoria, adquirindo diretamente ações em tesouraria do Banco. Todas as ações adquiridas são BBAS3 e seu valor justo é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

Apresentamos o demonstrativo das ações adquiridas, sua distribuição e o respectivo cronograma de transferências:

|  | **Total de Ações do Programa** | **Custo Médio** | **Ações Distribuídas** | **Ações a Distribuir** | **Cronograma Estimado de Transferências** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Programa 2015** |  |  |  |  |  |
| Banco do Brasil | 342.134 | 19,92 | 247.539 | 68.426 | 03/2020 |
| **Total de ações a distribuir** |  |  |  | **68.426** |  |
|  |  |  |  |  |  |
| BB DTVM | 26.109 | 19,92 | 20.889 | 5.220 | 03/2020 |
| **Total de ações a distribuir** |  |  |  | **5.220** |  |
|  |  |  |  |  |  |
| **Programa 2016** |  |  |  |  |  |
| Banco do Brasil | 99.348 | 33,78 | 59.656 | 19.846 | 03/2020 |
|  |  |  |  | 19.846 | 03/2021 |
| **Total de ações a distribuir** |  |  |  | **39.692** |  |
|  |  |  |  |  |  |
| BB DTVM | 10.397 | 32,84 | 6.241 | 2.078 | 03/2020 |
|  |  |  |  | 2.078 | 03/2021 |
| **Total de ações a distribuir** |  |  |  | **4.156** |  |
|  |  |  |  |  |  |
| **Programa 2017** |  |  |  |  |  |
| Banco do Brasil | 193.976 | 42,65 | 77.689 | 38.763 | 03/2020 |
|  |  |  |  | 38.762 | 03/2021 |
|  |  |  |  | 38.762 | 03/2022 |
| **Total de ações a distribuir** |  |  |  | **116.287** |  |
|  |  |  |  |  |  |
| BB DTVM | 20.270 | 42,65 | 8.114 | 4.052 | 03/2020 |
|  |  |  |  | 4.052 | 03/2021 |
|  |  |  |  | 4.052 | 03/2022 |
| **Total de ações a distribuir** |  |  |  | **12.156** |  |
|  |  |  |  |  |  |
| **Programa 2018** |  |  |  |  |  |
| Banco do Brasil | 127.860 | 53,44 | 25.636 | 25.556 | 03/2020 |
|  |  |  |  | 25.556 | 03/2021 |
|  |  |  |  | 25.556 | 03/2022 |
|  |  |  |  | 25.556 | 03/2023 |
| **Total de ações a distribuir** |  |  |  | **102.224** |  |
|  |  |  |  |  |  |
| BB DTVM | 14.218 | 53,44 | 2.850 | 2.842 | 03/2020 |
|  |  |  |  | 2.842 | 03/2021 |
|  |  |  |  | 2.842 | 03/2022 |
|  |  |  |  | 2.842 | 03/2023 |
| **Total de ações a distribuir** |  |  |  | **11.368** |  |

**Programa de Desempenho Gratificado (PDG):**

O Programa de Desempenho Gratificado (PDG) é uma premiação com periodicidade semestral cujo objetivo é fortalecer a parceria entre o funcionário e o Banco, reconhecimento do esforço dos participantes na construção do resultado e alinhamento dos resultados às estratégias do Banco.

A qualificação e a classificação dos participantes são realizadas por meio de indicadores que mensuram o atingimento das metas corporativas e individuais, baseado na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil – ECBB para o período.

O programa determina que 50% da premiação seja pago por meio de ações do Banco e 50% em cartão Alelo premiação. O preço médio das ações é a média aritmética simples dos preços médios diários da semana anterior à do pagamento. No 1º semestre de 2019 foram distribuídas 709.575 ações em tesouraria.

* 1. – TRIBUTOS

A vigência da alíquota de 20% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi até 31.12.2018, retornando à 15% a partir de 01.01.2019 para as instituições financeiras e as empresas do ramo de seguros privados e de capitalização, conforme Lei nº 13.169/2015.

* + 1. ) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| **Valores Correntes** | **(1.691.254)** | **(1.544.576)** |
| IR e CSLL no país | (1.336.730) | (1.294.820) |
| Imposto de Renda no exterior | (354.524) | (249.756) |
| **Valores Diferidos** | **2.170.713** | **391.894** |
| **Passivo Fiscal Diferido** | **(478.930)** | **(198.769)** |
| Operações de leasing - ajuste da carteira e depreciação incentivada | 4.689 | 15.979 |
| Marcação a mercado | (50.604) | (57.812) |
| Atualização de depósitos judiciais fiscais | (94.742) | (105.318) |
| Lucros do exterior | (291.874) | (87.228) |
| Operações realizadas em mercados de liquidação futura | 618 | 4.798 |
| Créditos recuperados a prazo | (47.017) | 30.812 |
| **Ativo Fiscal Diferido** | **2.649.643** | **590.663** |
| Diferenças intertemporais | 775.619 | (1.071.421) |
| Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL | 1.948.486 | 1.513.336 |
| Marcação a mercado | (117.293) | 148.748 |
| Operações realizadas em mercados de liquidação futura | 42.831 | -- |
| **Total** | **479.459** | **(1.152.682)** |

* + 1. ) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| **Resultado Antes dos Tributos e Participações** | **9.604.924** | **8.549.230** |
|  |  |  |
| Encargo total do IR (25%) e da CSLL (20% até 2018, 15% após) | (3.841.970) | (3.847.154) |
| Encargos sobre JCP | 1.319.027 | 801.621 |
| Resultado de participações em coligadas/controladas | 769.783 | 941.486 |
| Participação de empregados no lucro | 417.353 | 329.603 |
| Outros valores | 1.815.266 | 621.762 |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social do período** | **479.459** | **(1.152.682)** |

* + 1. ) Despesas Tributárias

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| Cofins | (1.418.334) | (1.450.702) |
| ISSQN | (593.689) | (544.746) |
| PIS/Pasep | (242.951) | (245.312) |
| Outras | (257.976) | (282.200) |
| **Total** | **(2.512.950)** | **(2.522.960)** |

* + 1. ) Passivo Fiscal Diferido

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| Decorrentes da marcação a mercado | 768.442 | 306.327 | 222.749 |
| Decorrentes de atualização de depósitos judiciais fiscais | 316.489 | 316.489 | 592.661 |
| Decorrentes de créditos recuperados a prazo | 472.651 | 425.634 | 366.280 |
| Dependências no Exterior | 104.920 | 88.938 | 63.477 |
| Decorrentes do ajuste da carteira de leasing | 17.274 | 21.963 | 35.959 |
| Decorrentes de lucros do exterior | 291.874 | -- | 87.228 |
| Decorrentes de ajustes patrimoniais positivos de planos de benefícios | 8.650 | 39.676 | 1.247.008 |
| Decorrentes de operações em mercados de liquidação futura | -- | 693 | 1.244 |
| Outros | 52.539 | 52.539 | 69.313 |
| **Total das Obrigações Fiscais Diferidas** | **2.032.839** | **1.252.259** | **2.685.919** |
| Imposto de Renda | 1.195.779 | 769.721 | 1.326.650 |
| Contribuição Social | 752.613 | 445.160 | 825.122 |
| Cofins | 72.642 | 32.153 | 459.481 |
| PIS/Pasep | 11.805 | 5.225 | 74.666 |

* + 1. ) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

|  | **31.12.2018** | **1º Semestre/2019** | | **30.06.2019** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Saldo** | **Constituição** | **Baixa** | **Saldo** | **Saldo** |
| Diferenças intertemporais | 36.609.071 | 11.806.332 | (7.034.905) | 41.380.498 | 37.434.115 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 21.786.705 | 4.646.200 | (4.627.676) | 21.805.229 | 23.322.520 |
| Provisões passivas | 10.112.491 | 2.440.857 | (1.625.496) | 10.927.852 | 9.865.364 |
| Ajustes patrimoniais negativos de planos de benefícios | 2.277.287 | 4.172.804 | (91.736) | 6.358.355 | 1.381.579 |
| Marcação a mercado | 826.847 | 80.149 | (154.062) | 752.934 | 1.318.800 |
| Outras provisões | 1.605.741 | 466.322 | (535.935) | 1.536.128 | 1.545.852 |
| CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001) | 667.060 | -- | -- | 667.060 | 667.060 |
| Prejuízo fiscal/Superveniência de depreciação | 62.021 | -- | (11.179) | 50.842 | 75.263 |
| Prejuízo fiscal/Base negativa | 1.304.969 | 2.251.825 | (311.267) | 3.245.527 | 1.875.903 |
| **Total dos Créditos Tributários Ativados** | **38.643.121** | **14.058.157** | **(7.357.351)** | **45.343.927** | **40.052.341** |
| Imposto de Renda | 23.950.263 | 8.516.754 | (4.293.926) | 28.173.091 | 24.094.396 |
| Contribuição Social | 14.602.362 | 5.534.634 | (3.044.994) | 17.092.002 | 15.830.565 |
| Cofins | 77.846 | 5.807 | (15.839) | 67.814 | 109.574 |
| PIS/Pasep | 12.650 | 962 | (2.592) | 11.020 | 17.806 |

* + 1. ) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário - Não Ativado)

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| Créditos tributários no exterior | 931.387 | 930.845 | 939.256 |
| Prejuízo fiscal/Base negativa | 15.247 | 949.078 | 9.392 |
| Diferenças intertemporais | 10.158 | 253 | 1 |
| **Total dos Créditos Tributários** | **956.792** | **1.880.176** | **948.649** |
| Imposto de Renda | 600.774 | 1.176.171 | 593.932 |
| Contribuição Social | 356.018 | 704.005 | 354.717 |

* + - * 1. **Expectativa de Realização**

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 30.06.2019, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do Banco Múltiplo.

|  | **Valor Nominal** | **Valor Presente** |
| --- | --- | --- |
| Em 2019 | 8.502.908 | 8.060.469 |
| Em 2020 | 17.148.133 | 15.724.034 |
| Em 2021 | 15.702.110 | 13.847.727 |
| Em 2022 | 835.935 | 706.447 |
| Em 2023 | 998.926 | 812.560 |
| Em 2024 | 1.258.835 | 983.522 |
| Em 2025 | 816.548 | 615.163 |
| Em 2026 | 4.735 | 3.059 |
| Em 2027 | 17.751 | 12.443 |
| Em 2028 | 307 | 176 |
| Em 2029 | 57.739 | 37.474 |
| **Total de Créditos Tributários em 30.06.2019** | **45.343.927** | **40.803.074** |

No exercício de 2019, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R$ 6.947.505mil, correspondente a 45,41% da respectiva projeção de utilização para o período de 2019, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2018.

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (Nota 27.h), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 30.06.2019, está projetada para 10 anos, nas seguintes proporções:

|  | **Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar (1)** | **Diferenças Intertemporais (2)** |
| --- | --- | --- |
| Em 2019 | 1% | 20% |
| Em 2020 | 1% | 40% |
| Em 2021 | 9% | 37% |
| Em 2022 | 17% | 1% |
| Em 2023 | 23% | 1% |
| A partir de 2024 | 49% | 1% |

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

* 1. - PARTES RELACIONADAS
     1. ) Pessoal-chave da administração

Custos com remuneração e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração do Banco do Brasil, formado pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| **Benefícios de curto prazo** | **29.209** | **36.014** |
| Honorários e encargos sociais | 16.841 | 20.323 |
| Diretoria Executiva | 16.677 | 20.120 |
| Conselho de Administração | 164 | 203 |
| Remuneração variável (pecúnia) e encargos sociais | 10.986 | 14.153 |
| Outros (1) | 1.382 | 1.538 |
| **Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo** | **521** | **345** |
| **Remuneração baseada em ações** | **15.290** | **14.913** |
| **Total** | **45.020** | **51.272** |

(1) Inclui, principalmente, contribuições patronais aos planos de saúde e de benefício pós-emprego, auxílio moradia, auxílio mudança, seguro de grupo, entre outros.

De acordo com a política de remuneração variável do Banco do Brasil, estabelecida em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.921/2010, parte da remuneração variável da Diretoria Executiva é paga em ações (Nota 23.n).

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal-chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

* + 1. ) Transações com partes relacionadas

O Banco possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada ao mercado. A política visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesse, sejam tomadas observando os interesses do Banco e de seus acionistas. A política se aplica a todos os colaboradores e administradores do Banco.

Dentre outras orientações, a política veda a realização de transações com partes relacionadas em condições diversas às de mercado ou que possam prejudicar os interesses da instituição. Sendo assim, as transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável e não envolvem riscos anormais de recebimento, conforme informações constantes em outras notas explicativas.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Dentre as transações realizadas pelo Banco com suas partes relacionadas, destacamos:

i. transações bancárias, tais como aplicações em depósitos interfinanceiros, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses, prestação de serviços e de garantias, avais ou fianças;

ii. operações de alongamento de crédito rural, que são direitos junto ao Tesouro Nacional, decorrentes de cessão de operações de crédito rural alongadas na forma da Resolução CMN n.º 2.238/1996, bem como os valores a receber do Tesouro Nacional referentes à equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal, na forma da Lei n.º 8.427/1992. A equalização de taxas, modalidade de subvenção econômica, representa o diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido dos custos administrativos e tributários e os encargos cobrados do tomador final do crédito rural. O valor da equalização é atualizado pela Taxa Média Selic desde a sua apuração até o pagamento pelo Tesouro Nacional, que é realizado segundo programação orçamentária daquele Órgão, conforme estabelece a Legislação, preservando assim a adequada remuneração ao Banco;

iii. disponibilização dos sistemas internos para a Previ, para votações, processos seletivos e acesso a normas internas de interesse comum, o que gera uma economia de custos para ambas as partes envolvidas;

iv. contratos de comodato, onde o Banco figura basicamente como cessionário, utilizando-se dos espaços, principalmente, para instalação de terminais de autoatendimento, de postos de atendimento bancário e de agências, não representando volume significativo, uma vez que os contratos dessa natureza são realizados na maior parte com terceiros;

v. disponibilização de estrutura para controladas e entidades patrocinadas, para desempenho de atividades operacionais mediante o ressarcimento dos custos e despesas apurados devido à utilização dos recursos humanos, materiais, tecnológicos e administrativos. O compartilhamento de estrutura visa obter ganho de eficiência operacional para o Conglomerado. Informações complementares, com relação à cessão de pessoal, constam da Nota 30.e – Cessão de empregados a órgãos externos;

vi. aluguéis de imóveis de propriedade de entidades patrocinadas para desempenho das atividades do Banco;

vii. aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim;

viii. cessão de créditos oriundos de operações baixadas como prejuízos para a Ativos S.A.

No exercício de 2018, foram realizados permuta de imóveis com a União e adiantamento de contribuições patronais incidentes sobre a gratificação de natal (13º salário) à Cassi. Também foi assinado Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de Créditos decorrentes das Operações de Renegociação das Dívidas originárias de Crédito Rural celebrado entre a União e o Banco em 29 de junho de 2001. A União pagou ao Banco recursos decorrentes da conciliação das operações do PESA cedidas pelo Banco à União ao amparo da MP n.º 2.196/2001. No âmbito do processo de conciliação de registros relacionados a programas e serviços rurais junto à União, o Banco também realizou a conciliação de diversos programas, dentre eles: Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana - PRLCB; Subvenções Pronaf Finame/BNDES, Pronaf Reforma Agrária Grupo A - Safra 1999/2000 e Fundo Contábil do PROCERA (Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária).

No 1º semestre de 2019, o Banco estabeleceu Teto de Cartão de Crédito PJ para pagamento de contas da Cielo S.A. em condições financeiras usuais de mercado.

As transações acima que envolvam valores são demonstradas adiante no quadro “Sumário das Transações com Partes Relacionadas”, segregados por natureza e categoria de entidades relacionadas.

Algumas transações constam em outras notas explicativas: os recursos aplicados em títulos públicos federais, estão relacionados na Nota 8; as informações referentes aos fundos públicos estão relacionadas na Nota 20; e as informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão relacionadas na Nota 26.

O Banco instituiu a Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem por objetivo promover, apoiar, incentivar e patrocinar ações nos campos da educação, cultura, saúde, assistência social, recreação e desporto, ciência e tecnologia e assistência a comunidades urbano-rurais. No 1º semestre/2019, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R$ 47.260 mil (R$ 30.784 mil no 1º semestre/2018).

* + 1. ) Aquisição de carteiras de operações de crédito cedidas pelo Banco Votorantim

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | 1º Semestre/2019 | 1º Semestre/2018 |
| Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação) | 1.994.500 | 2.017.324 |
| Resultado não realizado líquido de efeitos tributários (saldo) | -- | 115 |

* + 1. ) Sumário das transações com partes relacionadas

|  | **30.06.2019** | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Controlador (1)** | **Controle conjunto e Coligadas (2)** | **Pessoal-chave da administração (3)** | **Outras partes relacionadas (4)** | **Total** |
|  |  |  |  |  |  |
| **Ativos** |  |  |  |  |  |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | -- | 460.775 | -- | 1.054.716 | 1.515.491 |
| Títulos e valores mobiliários | -- | 3.414.777 | -- | 398.278 | 3.813.055 |
| Operações de crédito (5) | -- | 5.619.565 | 2.621 | 16.916.504 | 22.538.690 |
| Valores a receber de ligadas | -- | 261.333 | -- | 9.199 | 270.532 |
| Outros ativos (6) | 3.429.847 | 607.463 | -- | 646.966 | 4.684.276 |
|  |  |  |  |  |  |
| Garantias recebidas (7) | -- | 31.888 | -- | 2.790.233 | 2.822.121 |
|  |  |  |  |  |  |
| **Passivos** |  |  |  |  |  |
| Depósitos à vista | 1.049.228 | 214.316 | 1.043 | 570.981 | 1.835.568 |
| Depósitos em poupança | 8.794 | -- | 648 | 226.654 | 236.096 |
| Depósitos a prazo remunerados | 3.300.138 | 516.322 | 321 | 12.721.644 | 16.538.425 |
| Captações no mercado aberto | 41.187 | 17.271 | -- | 22.905.994 | 22.964.452 |
| Obrigações por empréstimos e repasses | 126.774 | -- | -- | 63.849.250 | 63.976.024 |
| Outros passivos (8) | 1.506.562 | 11.972.778 | 18.202 | 1.338.004 | 14.835.546 |
|  |  |  |  |  |  |
| Garantias prestadas e outras coobrigações (9) | -- | 5.011.400 | -- | 25.612 | 5.037.012 |
|  | **1º Semestre/2019** | | | | |
| Receitas da intermediação financeira | 1.598.181 | 398.180 | 218 | 884.526 | 2.881.105 |
| Receitas de prestação de serviços | 20.957 | 2.027.863 | -- | 156.743 | 2.205.563 |
| Outras receitas (10) | 34.320 | 438.299 | -- | 8.955 | 481.574 |
| Despesas da intermediação financeira | (100.174) | (16.922) | (548) | (2.052.422) | (2.170.066) |
| Outras despesas | -- | (299.880) | -- | (474.579) | (774.459) |

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre SH1, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno, Tecban e IRB.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) As operações de crédito possuem R$ 169 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Houve reversão de despesa de R$ 128 mil no 1º semestre/2019.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 12.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 12.b).

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, direitos creditórios resultantes de contrato, navios petroleiros, dentre outras.

(8) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Controle conjunto e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(10) Inclui o montante de R$ 202.154 mil no 1º semestre/2019 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura.

|  | **30.06.2018** | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Controlador (1)** | **Controle conjunto e Coligadas (2)** | **Pessoal-chave da administração (3)** | **Outras partes relacionadas (4)** | **Total** |
|  |  |  |  |  |  |
| **Ativos** |  |  |  |  |  |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | -- | 712.726 | -- | 252.748 | 965.474 |
| Títulos e valores mobiliários | -- | 3.428.269 | -- | 495.330 | 3.923.599 |
| Operações de crédito (5) | -- | 11.100.570 | 2.624 | 29.842.654 | 40.945.848 |
| Valores a receber de ligadas | -- | 211.890 | -- | 9.207 | 221.097 |
| Outros ativos (6) | 3.963.641 | 660.778 | -- | 667.144 | 5.291.563 |
|  |  |  |  |  |  |
| Garantias recebidas (7) | -- | 2.003.536 | -- | 3.728.203 | 5.731.739 |
|  |  |  |  |  |  |
| **Passivos** |  |  |  |  |  |
| Depósitos à vista | 526.467 | 29.241 | 552 | 648.634 | 1.204.894 |
| Depósitos em poupança | -- | -- | 543 | 346.130 | 346.673 |
| Depósitos a prazo remunerados | 16.154 | 669.939 | 81 | 16.459.301 | 17.145.475 |
| Captações no mercado aberto | -- | 645.218 | -- | 14.976.281 | 15.621.499 |
| Obrigações por empréstimos e repasses | 158.633 | -- | -- | 69.930.998 | 70.089.631 |
| Outros passivos (8) | 431.732 | 11.319.550 | 17.693 | 3.051.161 | 14.820.136 |
|  |  |  |  |  |  |
| Garantias prestadas e outras coobrigações (9) | -- | 6.802.185 | -- | 742.276 | 7.544.461 |
|  | **1º Semestre/2018** | | | | |
| Receitas da intermediação financeira | 1.666.138 | 663.037 | 141 | 1.310.691 | 3.640.007 |
| Receitas de prestação de serviços | 38.960 | 2.302.708 | -- | 221.147 | 2.562.815 |
| Outras receitas (10) | 153.132 | 721.096 | -- | 9.048 | 883.276 |
| Despesas da intermediação financeira | (69.616) | (4.578) | (474) | (2.162.857) | (2.237.525) |
| Outras despesas | -- | (149.032) | -- | (451.050) | (600.082) |

(1) União (Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal).

(2) Referem-se, principalmente, ao Banco Votorantim, Cielo, BB Mapfre SH1, Mapfre BB SH2, Brasilprev, Brasilcap, Alelo, Cateno, Tecban e IRB.

(3) Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

(4) Inclui as transações mais significativas com empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, tais como: Petrobras, CEF, BNDES e Eletrobras. Fundos do Governo: Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger. Além dessas, entidades vinculadas aos funcionários e entidades patrocinadas: Cassi, Previ e outras.

(5) As operações de crédito possuem R$ 2 mil de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Houve reversão de despesa de R$ 22 mil no 1º semestre/2018. O saldo com pessoal-chave da administração refere-se às operações contratadas antes da vigência dos mandatos.

(6) As transações com o Controlador referem-se, principalmente, às operações de alongamento de crédito rural – Tesouro Nacional (Nota 12.a), equalização de taxas – safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional (Nota 12.b).

(7) Referem-se, principalmente, a garantia do Tesouro Nacional, direitos creditórios resultantes de contrato, navios petroleiros, avais e fianças, dentre outras.

(8) Referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos e letras financeiras. Os saldos evidenciados na coluna "Controle conjunto e coligadas" referem-se, principalmente, aos valores a pagar à Cielo relativos as transações realizadas com cartões de crédito e de débito emitidos pelo Banco a serem repassados pela Cielo aos estabelecimentos credenciados.

(9) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim.

(10) Inclui o montante de R$ 190.361 mil no 1º semestre/2018 relativo aos ressarcimentos de custos e despesas provenientes do compartilhamento de estrutura.

* 1. - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | Planos | Benefícios | Classificação |
| Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil | Previ Futuro | Aposentadoria e pensão | Contribuição definida |
| Plano de Benefícios 1 | Aposentadoria e pensão | Benefício definido |
| Plano Informal | Aposentadoria e pensão | Benefício definido |
| Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil | Plano de Associados | Assistência médica | Benefício definido |
| Economus – Instituto de Seguridade Social | Prevmais | Aposentadoria e pensão | Contribuição variável |
| Regulamento Geral | Aposentadoria e pensão | Benefício definido |
| Regulamento Complementar 1 | Aposentadoria e pensão | Benefício definido |
| Grupo B’ | Aposentadoria e pensão | Benefício definido |
| Plano Unificado de Saúde – PLUS | Assistência médica | Benefício definido |
| Plano Unificado de Saúde – PLUS II | Assistência médica | Benefício definido |
| Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC | Assistência médica | Benefício definido |
| Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social | Multifuturo I | Aposentadoria e pensão | Contribuição variável |
| Plano de Benefícios I | Aposentadoria e pensão | Benefício definido |
| SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc | Plano de Saúde | Assistência médica | Contribuição definida |
| Prevbep – Caixa de Previdência Social | Plano BEP | Aposentadoria e pensão | Benefício definido |

Número de Participantes Abrangidos pelos Planos de Benefícios Patrocinados pelo Banco

|  | **30.06.2019** | | | **31.12.2018** | | | **30.06.2018** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **N.° de participantes** | | | **N.° de participantes** | | | **N.° de participantes** | | |
| **Ativos** | **Assistidos** | **Total** | **Ativos** | **Assistidos** | **Total** | **Ativos** | **Assistidos** | **Total** |
| **Planos de Aposentadoria e Pensão** | **99.303** | **118.532** | **217.835** | **100.027** | **118.699** | **218.726** | **101.548** | **118.784** | **220.332** |
| Plano de Benefícios 1 - Previ | 9.323 | 98.761 | 108.084 | 9.694 | 98.902 | 108.596 | 9.996 | 98.993 | 108.989 |
| Plano Previ Futuro | 76.790 | 1.814 | 78.604 | 77.111 | 1.700 | 78.811 | 78.292 | 1.606 | 79.898 |
| Plano Informal | -- | 2.767 | 2.767 | -- | 2.870 | 2.870 | -- | 2.964 | 2.964 |
| Outros Planos | 13.190 | 15.190 | 28.380 | 13.222 | 15.227 | 28.449 | 13.260 | 15.221 | 28.481 |
| **Planos de Assistência Médica** | **100.044** | **105.401** | **205.445** | **100.990** | **105.701** | **206.691** | **101.779** | **105.840** | **207.619** |
| Cassi | 89.495 | 98.517 | 188.012 | 90.390 | 98.721 | 189.111 | 91.126 | 98.801 | 189.927 |
| Outros Planos | 10.549 | 6.884 | 17.433 | 10.600 | 6.980 | 17.580 | 10.653 | 7.039 | 17.692 |

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| **Planos de Aposentadoria e Pensão** | **822.341** | **781.734** |
| Plano de Benefícios 1 - Previ (1) | 330.681 | 330.977 |
| Plano Previ Futuro | 324.657 | 300.969 |
| Plano Informal | 76.046 | 79.916 |
| Outros Planos | 90.957 | 69.872 |
| **Planos de Assistência Médica** | **617.526** | **931.853** |
| Cassi | 534.502 | 851.130 |
| Outros Planos | 83.024 | 80.723 |
| **Total** | **1.439.867** | **1.713.587** |

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade até 2018 e do Fundo de Utilização (Nota 26.f). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tivessem se aposentado ou viessem a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício definido (pós-emprego), durante o 2º semestre de 2019, estão estimadas em R$ 922.616 mil.

Valores Reconhecidos no Resultado

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| **Planos de Aposentadoria e Pensão** | **(396.874)** | **(347.302)** |
| Plano de Benefícios 1 - Previ | 94.063 | 125.735 |
| Plano Previ Futuro | (324.657) | (300.969) |
| Plano Informal | (54.615) | (62.863) |
| Outros Planos | (111.665) | (109.205) |
| **Planos de Assistência Médica** | **(784.697)** | **(787.881)** |
| Cassi | (695.548) | (705.138) |
| Outros Planos | (89.149) | (82.743) |
| **Total** | **(1.181.571)** | **(1.135.183)** |

Informações detalhadas em relação aos planos de benefício definido constam na Nota 26.d.4.

* + 1. ) Planos de Aposentadoria e Pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Os participantes, tanto os ativos quanto os aposentados, contribuem com um percentual entre 1,8% e 7,8% do salário de participação ou dos complementos de aposentadoria.

Até 15.12.2000, o Banco contribuía com 2/3 (dois terços) do montante total ao plano. A partir de 16.12.2000, em função da Emenda Constitucional n.º 20, o Banco e os participantes passaram a contribuir com 50% cada. Como resultado desta paridade contributiva, foi constituído o Fundo Paridade, cujos recursos foram utilizados para compensar as contribuições ao plano (Nota 26.f).

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem:

(a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967;

(b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e

(c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B’ (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01 a 13.05.1974 e seus assistidos. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido a priori.

Plano Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios I da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios I (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente sobre o salário de participação.

* + 1. ) Planos de Assistência Médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão.

A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da coparticipação em alguns procedimentos. Adicionalmente, em decorrência da alteração do Estatuto da Cassi em novembro de 2016, foi aprovada a contribuição mensal extraordinária de 1% para os participantes até dezembro de 2019.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de coparticipação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano SIM Saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc, além dos vinculados a outros patrocinadores (Badesc, Codesc, Bescor, Fusesc e a própria SIM). A contribuição mensal dos beneficiários titulares ativos é de 3,44% do valor da remuneração bruta, incluindo o 13º salário, dos titulares inativos é de 8,86%, e dos patrocinadores 5,42%. Os beneficiários também contribuem com 0,75% por dependente. O plano também prevê coparticipação em procedimentos ambulatoriais.

* + 1. ) Fatores de Risco

O Banco pode ser requerido a efetuar contribuições extraordinárias para Previ, Economus, Fusesc e Prevbep, o que pode afetar negativamente o resultado operacional.

Os critérios utilizados para apuração da obrigação do Banco com o conjunto de Planos destas Entidades Patrocinadas incorporam estimativas e premissas de natureza atuarial e financeira de longo prazo, bem como aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Assim, as imprecisões inerentes ao processo de utilização de estimativas e premissas podem resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, resultando em impactos negativos ao resultado das operações do Banco.

* + 1. ) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 30.06.2019, 31.12.2018 e 30.06.2018.

* + - 1. ) Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

|  | **Plano 1 - Previ** | | | **Plano Informal - Previ** | | | **Plano de Associados - Cassi** | | | **Outros Planos** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1º Sem/2019** | **Exerc/2018** | **1º Sem/2018** | **1º Sem/2019** | **Exerc/2018** | **1º Sem/2018** | **1º Sem/2019** | **Exerc/2018** | **1º Sem/2018** | **1º Sem/2019** | **Exerc/2018** | **1º Sem/2018** |
| **Saldo Inicial** | **(172.028.674)** | **(155.258.787)** | **(155.258.787)** | **(940.374)** | **(959.692)** | **(959.692)** | **(9.394.601)** | **(8.724.130)** | **(8.724.130)** | **(9.719.429)** | **(8.900.039)** | **(8.900.039)** |
| Custo de juros | (7.819.489) | (16.703.376) | (7.918.198) | (40.437) | (94.775) | (45.800) | (447.989) | (980.982) | (467.766) | (443.203) | (956.491) | (452.738) |
| Custo do serviço corrente | (156.869) | (399.287) | (213.410) | -- | -- | -- | (48.698) | (85.096) | (44.428) | (11.666) | (23.534) | (12.322) |
| Custo do serviço passado | -- | -- | -- | (14.178) | (33.431) | (17.064) | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Benefícios pagos utilizando os ativos do plano | 6.215.852 | 11.988.879 | 6.008.947 | 76.046 | 166.952 | 79.916 | 335.642 | 730.087 | 335.186 | 318.825 | 668.778 | 308.067 |
| Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais | (21.535.533) | (11.656.103) | 5.937.495 | (157.240) | (19.428) | 41.076 | (2.812.795) | (334.480) | 488.292 | (1.306.960) | (508.143) | 451.695 |
| Ajuste de experiência | (2.297.045) | (311.951) | (813.343) | (91.565) | 4.685 | 13.417 | (1.123.449) | 415.728 | 87.936 | (217.989) | (122.439) | (24.686) |
| Alterações premissas biométricas | -- | (4.209.120) | -- | -- | (536) | -- | -- | (303.405) | -- | -- | 30.496 | -- |
| Alterações premissas financeiras | (19.238.488) | (7.135.032) | 6.750.838 | (65.675) | (23.577) | 27.659 | (1.689.346) | (446.803) | 400.356 | (1.088.971) | (416.200) | 476.381 |
| **Saldo Final** | **(195.324.713)** | **(172.028.674)** | **(151.443.953)** | **(1.076.183)** | **(940.374)** | **(901.564)** | **(12.368.441)** | **(9.394.601)** | **(8.412.846)** | **(11.162.433)** | **(9.719.429)** | **(8.605.337)** |
| Valor presente das obrigações atuariais com cobertura | (188.991.543) | (172.028.674) | (151.443.953) | -- | -- | -- | (242.250) | (242.250) | (323.000) | (6.881.798) | (6.045.154) | (5.817.970) |
| Valor presente das obrigações atuariais a descoberto | (6.333.170) | -- | -- | (1.076.183) | (940.374) | (901.564) | (12.126.191) | (9.152.351) | (8.089.846) | (4.280.635) | (3.674.275) | (2.787.367) |

* + - 1. ) Mudanças no valor justo dos ativos do plano

|  | **Plano 1 - Previ** | | | **Plano Informal - Previ** | | | **Plano de Associados - Cassi** | | | **Outros Planos(1)** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1º Sem/2019** | **Exerc/2018** | **1º Sem/2018** | **1º Sem/2019** | **Exerc/2018** | **1º Sem/2018** | **1º Sem/2019** | **Exerc/2018** | **1º Sem/2018** | **1º Sem/2019** | **Exerc/2018** | **1º Sem/2018** |
| **Saldo Inicial** | **179.197.455** | **164.024.626** | **164.024.626** | **--** | **--** | **--** | **242.250** | **--** | **--** | **6.045.154** | **5.713.736** | **5.713.736** |
| Receita de juros | 8.164.485 | 17.990.770 | 8.383.078 | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 275.625 | 632.690 | 291.400 |
| Antecipação de contraprestação (2) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 242.250 | 323.000 | -- | -- | -- |
| Contribuições recebidas (3) | 600.885 | 891.384 | 330.977 | 76.046 | 166.952 | 79.916 | 335.642 | 730.087 | 335.186 | 139.870 | 220.828 | 102.154 |
| Benefícios pagos utilizando os ativos do plano | (6.215.852) | (11.988.879) | (6.008.947) | (76.046) | (166.952) | (79.916) | (335.642) | (730.087) | (335.186) | (318.825) | (668.778) | (308.067) |
| Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano | 7.244.570 | 8.279.554 | (1.566.908) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 739.974 | 146.678 | 18.747 |
| **Saldo Final** | **188.991.543** | **179.197.455** | **165.162.826** | **--** | **--** | **--** | **242.250** | **242.250** | **323.000** | **6.881.798** | **6.045.154** | **5.817.970** |

(1) Refere-se aos seguintes planos: Regulamento Geral (Economus), Prevmais (Economus), Regulamento Complementar 1 (Economus), Multifuturo I (Fusesc), Plano I (Fusesc) e Plano BEP (Prevbep).

(2) Refere-se ao adiantamento de contribuições patronais incidentes sobre a gratificação de natal (13º salário) correspondente ao período de 2018 a 2021.

(3) No Plano 1 – Previ, no 1º semestre/2019, refere-se as contribuições dos participantes (R$ 270.204 mil) e do patrocinador (R$ 330.681 mil - que inclui R$ 60.477 mil referente ao Contrato 97 e Grupo Especial).

* + - 1. ) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

|  | **Plano 1 - Previ** | | | **Plano Informal - Previ** | | | **Plano de Associados - Cassi** | | | **Outros Planos** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| 1) Valor justo dos ativos do plano | 188.991.543 | 179.197.455 | 165.162.826 | -- | -- | -- | 242.250 | 242.250 | 323.000 | 6.881.798 | 6.045.154 | 5.817.970 |
| 2) Valor presente das obrigações atuariais | (195.324.713) | (172.028.674) | (151.443.953) | (1.076.183) | (940.374) | (901.564) | (12.368.441) | (9.394.601) | (8.412.846) | (11.162.433) | (9.719.429) | (8.605.337) |
| 3) Superávit/(déficit) (1+2) | (6.333.170) | 7.168.781 | 13.718.873 | (1.076.183) | (940.374) | (901.564) | (12.126.191) | (9.152.351) | (8.089.846) | (4.280.635) | (3.674.275) | (2.787.367) |
| **4) Ativo/(passivo) atuarial líquido registrado** **(1)** | **(3.166.585)** | **3.584.390** | **6.859.437** | **(1.076.183)** | **(940.374)** | **(901.564)** | **(12.126.191)** | **(9.152.351)** | **(8.089.846)** | **(2.779.984)** | **(2.397.244)** | **(1.864.007)** |

(1) Refere-se à parcela do patrocinador no superávit/(déficit).

* + - 1. ) Detalhamento dos valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

|  | **Plano 1 - Previ** | | **Plano Informal - Previ** | | **Plano de Associados - Cassi** | | **Outros Planos** | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| Custo do serviço corrente | (78.435) | (106.705) | -- | -- | (48.698) | (44.428) | (5.833) | (6.161) |
| Custo dos juros | (3.909.744) | (3.959.099) | (40.437) | (45.799) | (447.989) | (467.766) | (246.552) | (250.315) |
| Rendimento esperado sobre os ativos do plano | 4.082.242 | 4.191.539 | -- | -- | -- | -- | 137.503 | 145.387 |
| Custo do serviço passado não reconhecido | -- | -- | (14.178) | (17.064) | -- | -- | -- | -- |
| Despesa com funcionários da ativa | -- | -- | -- | -- | (198.861) | (192.944) | (88.803) | (83.979) |
| Outros ajustes/reversão | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 2.871 | 3.120 |
| **(Despesa)/receita reconhecida na DRE** | **94.063** | **125.735** | **(54.615)** | **(62.863)** | **(695.548)** | **(705.138)** | **(200.814)** | **(191.948)** |

* + - 1. ) Valores reconhecidos no patrimônio líquido

|  | **Plano 1 - Previ** | | | **Plano Informal - Previ** | | | **Plano de Associados - Cassi** | | | **Outros Planos** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1º Sem/2019** | **Exerc/2018** | **1º Sem/2018** | **1º Sem/2019** | **Exerc/2018** | **1º Sem/2018** | **1º Sem/2019** | **Exerc/2018** | **1º Sem/2018** | **1º Sem/2019** | **Exerc/2018** | **1º Sem/2018** |
| **Saldo Inicial** | **(11.560.758)** | **(10.280.378)** | **(10.280.378)** | **(119.938)** | **(108.281)** | **(108.281)** | **(1.377.520)** | **(1.176.832)** | **(1.176.832)** | **(1.027.497)** | **(877.392)** | **(877.392)** |
| Ajustes de avaliação patrimonial | (7.175.720) | (2.133.967) | 2.019.805 | (157.241) | (19.428) | 41.075 | (2.812.794) | (334.480) | 488.292 | (358.763) | (249.809) | 252.848 |
| Efeitos fiscais | 2.870.288 | 853.587 | (807.922) | 62.896 | 7.771 | (16.430) | 1.125.118 | 133.792 | (195.317) | 145.528 | 99.704 | (102.187) |
| **Saldo Final** | **(15.866.190)** | **(11.560.758)** | **(9.068.495)** | **(214.283)** | **(119.938)** | **(83.636)** | **(3.065.196)** | **(1.377.520)** | **(883.857)** | **(1.240.732)** | **(1.027.497)** | **(726.731)** |

* + - 1. ) Perfil de vencimento das obrigações atuariais de benefício definido

|  | ***Duration(1)*** | **Pagamentos de benefícios esperados(2)** | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Até 1 ano** | **1 a 2 anos** | **2 a 3 anos** | **Acima 3 anos** | **Total** |
| Plano 1 (Previ) | 10,86 | 13.314.398 | 13.234.210 | 13.182.864 | 296.649.279 | 336.380.751 |
| Plano Informal (Previ) | 5,85 | 161.976 | 144.126 | 127.726 | 953.981 | 1.387.809 |
| Plano de Associados (Cassi) | 11,28 | 843.440 | 841.260 | 839.199 | 20.322.028 | 22.845.927 |
| Regulamento Geral (Economus) | 11,56 | 495.849 | 501.272 | 503.496 | 13.511.164 | 15.011.781 |
| Regulamento Complementar 1 (Economus) | 13,92 | 2.305 | 2.585 | 2.658 | 131.424 | 138.972 |
| Plus I e II (Economus) | 13,81 | 40.523 | 41.900 | 43.221 | 1.707.936 | 1.833.580 |
| Grupo B' (Economus) | 9,99 | 18.575 | 18.470 | 18.350 | 375.473 | 430.868 |
| Prevmais (Economus) | 14,56 | 13.889 | 14.586 | 15.239 | 699.761 | 743.475 |
| Multifuturo I (Fusesc) | 16,54 | 6.487 | 6.590 | 6.709 | 396.497 | 416.283 |
| Plano I (Fusesc) | 9,21 | 41.341 | 42.277 | 41.557 | 716.500 | 841.675 |
| Plano BEP (Prevbep) | 11,54 | 4.859 | 4.938 | 5.494 | 146.965 | 162.256 |

(1) Duração média ponderada, em anos, da obrigação atuarial de benefício definido.

(2) Valores considerados sem descontar a valor presente.

* + - 1. ) Composição dos ativos dos planos

|  | **Plano 1 - Previ** | | | **Outros Planos** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| Renda fixa | 85.424.177 | 74.008.549 | 73.035.002 | 5.419.948 | 4.734.172 | 4.705.521 |
| Renda variável (1) | 86.236.841 | 88.864.018 | 74.835.276 | 567.622 | 530.688 | 335.396 |
| Investimentos imobiliários | 10.318.938 | 9.802.101 | 10.405.258 | 290.655 | 266.761 | 257.229 |
| Empréstimos e financiamentos | 5.764.242 | 5.465.522 | 5.731.150 | 156.127 | 140.399 | 131.923 |
| Outros | 1.247.345 | 1.057.265 | 1.156.140 | 447.446 | 373.134 | 387.901 |
| **Total** | **188.991.543** | **179.197.455** | **165.162.826** | **6.881.798** | **6.045.154** | **5.817.970** |
| **Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano** |  |  |  |  |  |  |
| Em instrumentos financeiros próprios da entidade | 9.735.907 | 10.296.587 | 10.005.903 | 31.535 | 31.463 | 30.998 |
| Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade | 91.321 | 148.139 | 155.230 | 33.983 | 8.449 | 7.485 |

(1) No Plano 1 – Previ, inclui o valor de R$ 51.707.464 mil (R$ 54.975.138 mil em 31.12.2018 e R$ 53.517.127 mil em 30.06.2018), referente a ativos não cotados em mercado ativo.

* + - 1. ) Principais premissas atuariais adotadas em cada período

|  | **Plano 1 - Previ** | | | **Plano Informal - Previ** | | | **Plano de Associados - Cassi** | | | **Outros Planos** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| Taxa de inflação (a.a.) | 4,51% | 4,42% | 6,05% | 4,35% | 4,39% | 5,77% | 4,53% | 4,43% | 6,08% | 4,52% | 4,42% | 6,08% |
| Taxa real de desconto (a.a.) | 3,96% | 4,83% | 5,80% | 3,74% | 4,64% | 5,61% | 3,97% | 4,86% | 5,81% | 3,97% | 4,86% | 5,82% |
| Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.) | 8,65% | 9,46% | 12,20% | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 8,66% | 9,50% | 12,25% |
| Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.) | 0,77% | 0,77% | 0,93% | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 0,95% | 0,95% | 0,91% |
| Tábua de sobrevivência | BR-EMSsb-2015 | | AT-2000 (Suavizada 10%) | BR-EMSsb-2015 | | AT-2000 (Suavizada 10%) | BR-EMSsb-2015 | | AT-2000 (Suavizada 10%) | AT-2000 / AT-83 | | |
| Regime de capitalização | Crédito Unitário Projetado | | | Crédito Unitário Projetado | | | Crédito Unitário Projetado | | | Crédito Unitário Projetado | | |

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

O pronunciamento técnico CPC 33 (R1) detalha a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de planos de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

* + - 1. ) Diferenças de premissas do Plano 1 - Previ

|  | **Banco** | **Previ** |
| --- | --- | --- |
| Taxa real de desconto (a.a.) | 3,96% | 5,00% |
| Avaliação de ativos |  |  |
| Títulos públicos | Valor de mercado | Custo Amortizado |
| Participações acionárias | Valor de Mercado ou Fluxo de Caixa Descontado | Média Ponderada(1) ou Fluxo de Caixa Descontado |
| Regime de capitalização | Crédito Unitário Projetado | Método Agregado |

(1) Em setembro de 2018, a Previ passou a adotar uma nova metodologia de avaliação para o seu investimento na Litel. Com precificação ao final de cada mês, esta metodologia considera uma média ponderada das cotações dos três meses anteriores.

* + - 1. ) Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

|  | **Ativos do Plano** | | | **Obrigações Atuariais** | | | **Efeito no Superávit/(Déficit)** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| **Valor apurado - Previ** | **162.427.472** | **160.882.240** | **137.616.543** | **(157.620.556)** | **(154.506.120)** | **(149.700.778)** | **4.806.916** | **6.376.120** | **(12.084.235)** |
| Incorporação dos valores do contrato 97 | 13.029.381 | 13.190.867 | 13.369.141 | (13.029.381) | (13.190.867) | (13.369.141) | -- | -- | -- |
| Incorporação dos valores do Grupo Especial | 1.086.336 | 1.091.011 | 1.097.056 | (1.086.336) | (1.091.011) | (1.097.056) | -- | -- | -- |
| Ajuste no valor dos ativos do plano (1) | 12.448.354 | 4.033.337 | 13.080.086 | -- | -- | -- | 12.448.354 | 4.033.337 | 13.080.086 |
| Ajuste nas obrigações - taxa de desconto/regime de capitalização | -- | -- | -- | (23.588.440) | (3.240.676) | 12.723.022 | (23.588.440) | (3.240.676) | 12.723.022 |
| **Valor apurado - Banco** | **188.991.543** | **179.197.455** | **165.162.826** | **(195.324.713)** | **(172.028.674)** | **(151.443.953)** | **(6.333.170)** | **7.168.781** | **13.718.873** |

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

* + - 1. ) Análise de Sensibilidade

As análises de sensibilidade são baseadas na mudança em uma das premissas, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas.

Os métodos utilizados na elaboração da análise de sensibilidade não se alteraram em relação ao período anterior, sendo observadas as atualizações nos parâmetros de taxa de desconto.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, demonstrando o aumento/(redução) nas obrigações dos benefícios definidos, com as variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

|  | **Taxa de Desconto** | | **Expectativa de Vida** | | **Crescimento Salarial** | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **+0,25%** | **-0,25%** | **+1 ano** | **-1 ano** | **+0,25%** | **-0,25%** |
| Plano 1 (Previ) | (5.369.195) | 5.641.573 | 2.511.105 | (2.503.542) | 76.086 | (75.648) |
| Plano Informal (Previ) | (16.003) | 16.515 | 38.560 | (37.592) | -- | -- |
| Plano de Associados (Cassi) | (311.183) | 326.313 | 216.255 | (213.614) | 1.024 | (1.000) |
| Regulamento Geral (Economus) | (244.005) | 256.126 | 156.768 | (160.410) | -- | -- |
| Regulamento Complementar 1 (Economus) | (2.615) | 2.751 | (1.452) | 1.472 | -- | -- |
| Plus I e II (Economus) | (31.486) | 33.377 | 37.910 | (36.542) | 33.494 | (31.770) |
| Grupo B' (Economus) | (6.521) | 6.800 | 6.487 | (6.613) | -- | -- |
| Prevmais (Economus) | (11.124) | 11.752 | 1.999 | (1.869) | 2.077 | (2.041) |
| Multifuturo I (Fusesc) | (6.952) | 7.475 | 1.379 | (1.382) | 3.431 | (3.261) |
| Plano I (Fusesc) | (12.229) | 12.735 | 12.709 | (12.775) | -- | -- |
| Plano BEP (Prevbep) | (2.658) | 2.796 | 1.630 | (1.657) | 96 | (95) |

* + 1. ) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

|  | **Ativo Atuarial** | | | **Passivo Atuarial** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| Plano 1 (Previ) | -- | 3.584.390 | 6.859.437 | (3.166.585) | -- | -- |
| Plano Informal (Previ) | -- | -- | -- | (1.076.183) | (940.374) | (901.564) |
| Plano de Associados (Cassi) | -- | -- | -- | (12.126.191) | (9.152.351) | (8.089.846) |
| Regulamento Geral (Economus) | -- | -- | -- | (1.714.397) | (1.555.593) | (1.226.199) |
| Regulamento Complementar 1 (Economus) | -- | -- | 648 | (7.863) | (501) | -- |
| Plus I e II (Economus) | -- | -- | -- | (915.343) | (807.388) | (635.862) |
| Grupo B' (Economus) | -- | -- | -- | (266.052) | (220.881) | (207.009) |
| Prevmais (Economus) | 44.823 | 67.671 | 59.703 | -- | -- | -- |
| Multifuturo I (Fusesc) | 43.363 | 72.806 | 78.560 | -- | -- | -- |
| Plano I (Fusesc) | 15.949 | 22.246 | 40.792 | -- | -- | -- |
| Plano BEP (Prevbep) | 19.536 | 24.396 | 25.360 | -- | -- | -- |
| **Total** | **123.671** | **3.771.509** | **7.064.500** | **(19.272.614)** | **(12.677.088)** | **(11.060.480)** |

* + 1. ) Destinações do Superávit do Plano 1 - Previ

|  | **1º Semestre/2019** | **Exercício/2018** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Fundo Paridade** |  |  |  |
| **Saldo Inicial** | **--** | **102.726** | **102.726** |
| Atualização | -- | 4.636 | 3.354 |
| Contribuições ao Plano 1 - Contrato 97 | -- | (317.111) | (64.726) |
| Valores transferidos do Fundo de Utilização | -- | 209.749 | -- |
| **Saldo Final** | **--** | **--** | **41.354** |
| **Fundo de Utilização** |  |  |  |
| **Saldo Inicial** | **9.511.761** | **9.499.488** | **9.499.488** |
| Contribuição ao Plano 1 | (330.681) | (574.273) | (266.251) |
| Transferência para o Fundo Paridade | -- | (209.749) | -- |
| Atualização | 467.479 | 796.295 | 476.896 |
| **Saldo Final** | **9.648.559** | **9.511.761** | **9.710.133** |
| **Total dos fundos de destinação do superávit** | **9.648.559** | **9.511.761** | **9.751.487** |

* + - 1. ) Fundo Paridade

Em 2000, o custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito do acordo entre o Banco e os participantes, além da devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Fundos de Destinação Superávit - Previ. Esse ativo era corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

Desde janeiro de 2007, este ativo foi sendo utilizado para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

* + - 1. ) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização, constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação (oriundo do superávit do plano), pode ser utilizado pelo Banco, como forma de reembolso ou como redução nas contribuições futuras, após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

* 1. - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
     1. **) Ativos Contingentes**

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

* + 1. ) Ações Trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados, sindicatos da categoria ou ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (terceirizados). Esses processos contêm vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, responsabilidade subsidiária e outros.

* + 1. ) Ações Fiscais

O Banco, a despeito de seu perfil conservador, está sujeito – em fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais tributárias – a questionamentos com relação a tributos e condutas fiscais, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – dedutibilidades; e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos geradores. A maioria das ações judiciais oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Para garantia destas ações, quando necessário, existem penhoras em dinheiro, títulos públicos, imóveis, ou depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão, de forma a impedir a inclusão do Banco em cadastros restritivos, bem como a não obstar a renovação semestral de sua Certidão de Regularidade Fiscal.

* + 1. ) Ações de Natureza Cível

Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos sobre aplicações financeiras, depósitos judiciais e crédito rural, e devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros.

As indenizações por danos materiais e morais, geralmente, têm como fundamento a legislação de defesa do consumidor, na maioria das vezes processadas e julgadas nos Juizados Especiais Cíveis, cujo valor está limitado a quarenta salários mínimos.

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança da diferença de correção monetária de cadernetas de poupança e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão e Planos Collor I e II), bem como a repetição de indébito correspondente ao índice de correção monetária cobrado em operações rurais em março de 1990 (Plano Collor I).

Embora o Banco do Brasil tenha cumprido a legislação e regulamentação vigentes à época, os referidos processos vêm sendo provisionados, considerando as ações em que o Banco é citado e as correspondentes perspectivas de perdas, consideradas depois de analisada cada demanda, tendo em vista a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ e do Supremo Tribunal Federal – STF.

Em relação aos litígios que versam sobre os expurgos inflacionários em cadernetas de poupança, o Supremo Tribunal Federal – STF – suspendeu o andamento dos processos que estavam na fase de conhecimento, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte quanto ao direito discutido. Cumpre ressaltar que, no final de 2017, a Febraban e as entidades representativas dos poupadores firmaram acordo em relação às demandas envolvendo os planos econômicos em cadernetas de poupança, que já foi objeto de homologação pelo Supremo Tribunal Federal. Desde maio/2018, os poupadores podem aderir ao acordo, por meio de ferramenta disponibilizada pela Febraban. Em outubro de 2018, o Ministro Gilmar Mendes determinou nos autos do RE 632.212/SP a suspensão dos processos relacionados aos expurgos inflacionários dos planos econômicos em poupança, independentemente da fase processual (conhecimento, liquidação ou execução), pelo prazo de 24 meses a contar de 05.02.2018, data de homologação do acordo. A suspensão foi revogada pelo Min. Gilmar Mendes, em decisão de 09.04.2019.

No que se refere às demandas que versam sobre expurgos inflacionários em depósitos judiciais, o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, após o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional versada nos Recursos Extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e Febraban (RE nº 1.141.156/RJ), determinou a suspensão dos processos que tratem da matéria e que tramitam no território nacional.

* + 1. ) Provisões para Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis – Prováveis

O Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável), de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Banco considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas trabalhistas, fiscais e cíveis.

* + - 1. ) Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, classificadas como prováveis

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| **Demandas Trabalhistas** |  |  |
| **Saldo Inicial** | **2.520.968** | **2.677.568** |
| Constituição | 2.121.638 | 652.885 |
| Reversão da provisão | (711.857) | (350.144) |
| Baixa por pagamento | (615.706) | (526.733) |
| Atualização monetária e variação cambial | 126.577 | 108.180 |
| **Saldo Final** | **3.441.620** | **2.561.756** |
|  |  |  |
| **Demandas Fiscais** |  |  |
| **Saldo Inicial** | **262.724** | **258.324** |
| Constituição | 261.892 | 84.455 |
| Reversão da provisão | (62.589) | (75.673) |
| Baixa por pagamento | (40.234) | (25.128) |
| Atualização monetária e variação cambial | 6.817 | 3.038 |
| **Saldo Final** | **428.610** | **245.016** |
|  |  |  |
| **Demandas Cíveis** |  |  |
| **Saldo Inicial** | **6.997.444** | **6.723.721** |
| Constituição | 5.832.057 | 1.790.712 |
| Reversão da provisão | (2.988.591) | (34.399) |
| Baixa por pagamento | (2.388.724) | (1.317.801) |
| Atualização monetária e variação cambial | 135.707 | 130.374 |
| **Saldo Final** | **7.587.893** | **7.292.607** |
|  |  |  |
| **Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis** | **11.458.123** | **10.099.379** |

* + - 1. ) Cronograma esperado de desembolsos

|  | **Trabalhistas** | **Fiscais** | **Cíveis** |
| --- | --- | --- | --- |
| Até 5 anos | 3.410.345 | 419.440 | 7.529.880 |
| Acima de 5 anos | 31.275 | 9.170 | 58.013 |
| **Total** | **3.441.620** | **428.610** | **7.587.893** |

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

* + 1. ) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis são classificadas como passivos contingentes possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.

* + - 1. ) Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| Demandas Trabalhistas | 287.677 | 218.985 | 189.052 |
| Demandas Fiscais (1) | 13.762.638 | 13.053.487 | 12.562.895 |
| Demandas Cíveis | 2.468.873 | 2.359.921 | 2.330.751 |
| **Total** | **16.519.188** | **15.632.393** | **15.082.698** |

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R$ 3.858.544 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R$ 904.000 mil, e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R$ 658.198 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R$ 1.847.009 mil.

* + 1. ) Depósitos em Garantia de Recursos
       1. ) Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| Demandas Trabalhistas | 5.824.257 | 5.684.226 | 5.733.404 |
| Demandas Fiscais | 9.137.521 | 8.397.852 | 8.418.288 |
| Demandas Cíveis | 21.345.962 | 23.562.567 | 24.091.110 |
| **Total** | **36.307.740** | **37.644.645** | **38.242.802** |

* + 1. ) Obrigações Legais

O Banco mantém registrado em Outras Obrigações – Fiscais e Previdenciárias e Outras Obrigações – Diversas o montante de R$ 18.128.691 mil (R$ 17.667.363 mil em 31.12.2018 e R$ 16.811.816 mil em 30.06.2018), relativo à seguinte ação:

Em 1998, o Banco pleiteou a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho judicial, determinando a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos.

Em 26.06.2019, o STF finalizou o julgamento de recurso extraordinário (RE 591.340-SP) e concluiu que é constitucional a limitação (30%) do direito de compensação de prejuízos fiscais e da base negativa. Essa conclusão do STF repercutirá no julgamento do Recurso Extraordinário do Banco.

A compensação dos valores decorrentes de prejuízos fiscais e de CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o art. 1º, inciso II, § 2º, da Resolução CMN n.º 3.059/2002, sem efeito no resultado.

Após o julgamento do Recurso Extraordinário do Banco, os valores depositados judicialmente serão convertidos em renda em favor da União Federal e serão reclassificadas, para a rubrica representativa de ativo IRPJ a compensar e CSLL a compensar, as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ter sido utilizadas desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, observada a limitação de 30%.

Esses tributos a compensar, que decorrerão das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R$ 5.979.489 mil, em 30.06.2019, e sua atualização pela Taxa Selic a R$ 4.735.033 mil. Esses valores alcançariam o montante necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

* + - 1. ) Valores relacionados à referida ação

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Depósitos Judiciais** | **18.905.281** | **18.668.426** | **18.426.098** |
| Montante realizado (70%) | 7.817.011 | 7.817.011 | 7.817.011 |
| Atualização monetária | 11.088.270 | 10.851.415 | 10.609.087 |
| **Obrigação Legal – Provisão para Processo Judicial** | **18.128.691** | **17.667.363** | **16.811.816** |
| Prejuízos fiscais de IRPJ | 3.002.033 | 3.002.033 | 3.002.033 |
| Bases negativas de CSLL/CSLL a compensar | 3.569.640 | 3.569.640 | 3.569.640 |
| Provisão para riscos fiscais (atualização do depósito) | 11.557.018 | 11.095.690 | 10.240.143 |

* 1. - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL
     1. ) Processo de Gestão de Riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos e de capital como um dos principais vetores para o processo de tomada de decisão.

A instituição possui processo para identificação dos riscos que compõem o seu inventário de riscos, realizada a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente, incluídas as entidades ligadas ao Banco.

A partir do inventário de riscos e seus respectivos conceitos, é realizada a definição da relevância dos riscos considerando critérios quantitativos e qualitativos definidos em Manual Corporativo. Os riscos considerados como relevantes são:

a) Risco de Crédito;

b) Risco de Mercado;

c) Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária;

d) Risco de Liquidez;

e) Risco Operacional;

f) Risco Legal;

g) Risco Socioambiental;

h) Risco Climático;

i) Risco de Estratégia;

j) Risco de Reputação;

k) Risco de Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de Operadoras de Planos Privados de Saúde a Funcionários;

l) Risco de Modelo;

m) Risco Cibernético;

n) Risco de TI;

o) Risco de Contágio;

p) Risco de Conformidade (*Compliance*); e

q) Risco de Conduta.

Os riscos de Descontinuidade dos Negócios, Residual, de Concentração e de Fronteira constam no Inventário de Riscos Relevantes do BB, porém com taxonomia de relevância "Muito Baixa".

No Banco, a gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração, com o assessoramento do Comitê de Riscos e de Capital (Coris). O Comitê Superior de Gestão de Riscos, Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CSGRC), fórum composto por Vice-Presidentes, é responsável pela implantação e acompanhamento dessas políticas. Já as diretrizes emanadas do CSGRC são conduzidas no Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos (CEGRC) e no Comitê Executivo de Gestão de Ativos, Passivos, Liquidez e Capital (CEGAPC), que são fóruns constituídos por Diretores.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos e de capital no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e no Plano de Recuperação na seção Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

Instrumentos Financeiros - Valor Justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

|  | **30.06.2019** | | **31.12.2018** | | **30.06.2018** | | **Ganho/(Perda) não Realizado sem Efeitos Fiscais** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Valor Contábil** | **Valor Justo** | **Valor Contábil** | **Valor Justo** | **Valor Contábil** | **Valor Justo** | **No Resultado** | | | **No Patrimônio Líquido** | | |
| **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| **Ativos** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 521.261.861 | 521.078.626 | 415.091.597 | 414.941.710 | 428.739.723 | 427.526.235 | (183.235) | (149.887) | (1.213.488) | (183.235) | (149.887) | (1.213.488) |
| Títulos e valores mobiliários | 173.719.908 | 172.614.252 | 150.413.303 | 150.122.037 | 154.258.960 | 153.242.526 | (961.690) | (1.970.524) | (3.995.533) | (1.105.656) | (291.266) | (1.016.434) |
| Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 8.a) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | 143.966 | (1.679.258) | (2.979.099) | -- | -- | -- |
| Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 8.a) | -- | -- | -- | -- | -- | -- | (1.105.656) | (291.266) | (1.016.434) | (1.105.656) | (291.266) | (1.016.434) |
| Instrumentos financeiros derivativos | 1.192.611 | 1.192.611 | 683.162 | 683.162 | 1.744.026 | 1.744.026 | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Operações de crédito | 535.854.713 | 522.678.825 | 548.988.119 | 533.098.255 | 548.320.679 | 503.181.196 | (13.175.888) | (15.889.864) | (45.139.483) | (13.175.888) | (15.889.864) | (45.139.483) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Passivos** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Depósitos interfinanceiros | 32.373.575 | 32.647.041 | 33.668.595 | 33.735.065 | 30.790.106 | 30.941.467 | (273.466) | (66.470) | (151.361) | (273.466) | (66.470) | (151.361) |
| Depósitos a prazo | 231.039.776 | 230.932.450 | 209.491.504 | 209.363.697 | 210.709.870 | 210.591.770 | 107.326 | 127.807 | 118.100 | 107.326 | 127.807 | 118.100 |
| Obrigações por operações compromissadas | 496.568.629 | 493.610.066 | 402.901.202 | 401.392.578 | 424.111.690 | 422.639.178 | 2.958.563 | 1.508.624 | 1.472.512 | 2.958.563 | 1.508.624 | 1.472.512 |
| Obrigações por empréstimos e repasses | 80.638.472 | 80.907.532 | 87.718.289 | 87.945.963 | 100.930.408 | 101.212.421 | (269.060) | (227.674) | (282.013) | (269.060) | (227.674) | (282.013) |
| Instrumentos financeiros derivativos | 1.120.332 | 1.120.332 | 809.201 | 809.201 | 1.387.583 | 1.387.583 | -- | -- | -- | -- | -- | -- |
| Outras Obrigações | 218.840.968 | 217.817.028 | 209.423.980 | 209.423.980 | 205.109.533 | 207.856.748 | 1.023.940 | -- | (2.747.215) | 1.023.940 | -- | (2.747.215) |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais** |  |  |  |  |  |  | **(10.773.510)** | **(16.667.988)** | **(51.938.481)** | **(10.917.476)** | **(14.988.730)** | **(48.959.382)** |

* + - * 1. Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, é dada com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de Crédito: Para as operações deste grupo, remuneradas a taxas pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil, devido à equivalência entre os mesmos. As operações remuneradas a taxas prefixadas de juros foram estimadas mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa, adotando-se as taxas de juros utilizadas pelo Banco para contratação de operações semelhantes na data de balanço. Eventualmente, em fluxos de menor prazo, com estabilidade nas taxas de desconto ao longo dos períodos, pode ser adotado o critério de valor contábil.

Depósitos Interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente equivalente ao valor justo.

Depósitos a Prazo: Na apuração do valor justo são utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por Operações Compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Obrigações por Empréstimos e Repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado, inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações é equivalente ao valor contábil.

Outras Obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Demais Instrumentos Financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo é aproximadamente equivalente ao correspondente valor contábil.

* + - * 1. Níveis de Informação Referentes a Ativos e Passivos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

* + - * 1. Ativos e Passivos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço

|  | **Saldo em 30.06.2019** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Nível 3** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ativos** | **156.051.512** | **118.628.385** | **33.305.548** | **4.117.579** |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge | 1.138.077 | -- | 1.138.077 | -- |
| Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado | 7.993.188 | 6.736.388 | 1.253.160 | 3.640 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 1.192.611 | -- | 849.641 | 342.970 |
| Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado | 145.727.636 | 111.891.997 | 30.064.670 | 3.770.969 |
| **Passivos** | **(2.172.630)** | **--** | **(1.986.687)** | **(185.943)** |
| Captação com hedge | (1.052.298) | -- | (1.052.298) | -- |
| Instrumentos financeiros derivativos | (1.120.332) | -- | (934.389) | (185.943) |

|  | **Saldo em 31.12.2018** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Nível 3** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ativos** | **131.904.945** | **98.630.263** | **33.274.682** | **--** |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge | 664.473 | -- | 664.473 | -- |
| Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado | 6.181.752 | 5.124.674 | 1.057.078 | -- |
| Instrumentos financeiros derivativos | 683.162 | -- | 683.162 | -- |
| Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado | 124.375.558 | 93.505.589 | 30.869.969 | -- |
| **Passivos** | **(1.359.292)** | **--** | **(1.359.292)** | **--** |
| Captação com hedge | (550.091) | -- | (550.091) | -- |
| Instrumentos financeiros derivativos | (809.201) | -- | (809.201) | -- |

|  | **Saldo em 30.06.2018** | **Nível 1** | **Nível 2** | **Nível 3** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ativos** | **145.663.043** | **113.813.910** | **31.849.133** | **--** |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros com hedge | 424.253 | -- | 424.253 | -- |
| Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado | 5.080.611 | 3.946.961 | 1.133.650 | -- |
| Instrumentos financeiros derivativos | 1.744.026 | -- | 1.744.026 | -- |
| Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado | 138.414.153 | 109.866.949 | 28.547.204 | -- |
| **Passivos** | **(1.672.508)** | **--** | **(1.672.508)** | **--** |
| Captação com hedge | (284.925) | -- | (284.925) | -- |
| Instrumentos financeiros derivativos | (1.387.583) | -- | (1.387.583) | -- |

No segundo trimestre de 2019, foram aprimorados os critérios para classificação de instrumentos financeiros entre os níveis da hierarquia de valor justo. As mudanças alcançaram principalmente os títulos privados (Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), Debêntures, Notas Promissórias (NP) e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)), para os quais nem sempre há disponibilidade de informações de mercado para apuração de seus valores justos.

Assim, instrumentos cuja preponderância de avaliação ocorreu com base em dados e metodologias internas, notadamente para instrumentos sujeitos ao risco de crédito, inclusive instrumentos financeiros derivativos (swaps), passaram a ser considerados no Nível 3.

* + - * 1. Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isso, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (*Trading Book*): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira Bancária (*Banking Book*): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

A análise de sensibilidade para todas as operações ativas e passivas do Balanço Patrimonial, em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, não reflete adequadamente a gestão dos riscos de mercado adotada pela Instituição, bem como não representa as práticas contábeis adotadas pelo Banco.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil aos movimentos das variáveis de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (B3, Anbima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R$ 3,72 e aumento da taxa Selic para 6,50% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 30.06.2019.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.06.2019, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.06.2019, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não considerando a racionalidade entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

| **Fator de Risco** | **Conceito** | **Cenário I** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **30.06.2019** | | **31.12.2018** | | **30.06.2018** | |
| **Variação de Taxas** | **Resultado** | **Variação de Taxas** | **Resultado** | **Variação de Taxas** | **Resultado** |
| Taxa pré-fixada | Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros | Redução | 4.312 | Manutenção | -- | Manutenção | -- |
| Cupons de TMS e CDI | Risco de variação de cupons de taxas de juros | Redução | -- | Redução | 243 | Manutenção | -- |
| Cupom de IPCA | Risco de variação de cupons de índices de preços | Redução | -- | Manutenção | -- | Manutenção | -- |
| Taxas de câmbio | Risco de variação das taxas de câmbio | Redução | (15.810) | Redução | (9.784) | Aumento | 6.173 |

| **Fator de Risco** | **Conceito** | **Cenário II** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **30.06.2019** | | **31.12.2018** | | **30.06.2018** | |
| **Variação de Taxas** | **Resultado** | **Variação de Taxas** | **Resultado** | **Variação de Taxas** | **Resultado** |
| Taxa pré-fixada | Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros | Aumento | (13.349) | Redução | (350) | Aumento | (83.808) |
| Cupons de TMS e CDI | Risco de variação de cupons de taxas de juros | Aumento | -- | Aumento | (71) | Manutenção | -- |
| Cupom de IPCA | Risco de variação de cupons de índices de preços | Aumento | (1.356) | Aumento | (143) | Aumento | (20.434) |
| Taxas de câmbio | Risco de variação das taxas de câmbio | Redução | (134.997) | Redução | (157.768) | Redução | (134.624) |

| **Fator de Risco** | **Conceito** | **Cenário III** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **30.06.2019** | | **31.12.2018** | | **30.06.2018** | |
| **Variação de Taxas** | **Resultado** | **Variação de Taxas** | **Resultado** | **Variação de Taxas** | **Resultado** |
| Taxa pré-fixada | Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros | Aumento | (26.202) | Redução | (693) | Aumento | (161.315) |
| Cupons de TMS e CDI | Risco de variação de cupons de taxas de juros | Aumento | -- | Aumento | (142) | Manutenção | -- |
| Cupom de IPCA | Risco de variação de cupons de índices de preços | Aumento | (2.663) | Aumento | (281) | Aumento | (37.695) |
| Taxas de câmbio | Risco de variação das taxas de câmbio | Redução | (269.994) | Redução | (315.536) | Redução | (269.249) |

Para as operações classificadas na Carteira Bancária, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do período. Isso porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (crédito direto ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas operações até o vencimento, com exceção dos títulos “disponíveis para venda”, não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*) e da Carteira Bancária (*Banking*), das entidades financeiras e não financeiras controladas pelo Banco:

| **Fator de Risco** | **Conceito** | **Cenário I** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **30.06.2019** | | **31.12.2018** | | **30.06.2018** | |
| **Variação de Taxas** | **Resultado** | **Variação de Taxas** | **Resultado** | **Variação de Taxas** | **Resultado** |
| Taxa pré-fixada | Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros | Redução | 3.389.594 | Manutenção | -- | Manutenção | -- |
| Cupom de TR | Risco de variação de cupons de taxas de juros | Redução | (3.469.791) | Manutenção | -- | Manutenção | -- |
| Cupom de TBF | Aumento | 190 | Redução | (318) | Aumento | 2.050 |
| Cupom de TJLP | Redução | (195.256) | Redução | (6.269) | Aumento | (814) |
| Cupom de TMS e CDI | Redução | 241.491 | Redução | 208.086 | Redução | 30.530 |
| Cupom de IGP-M | Risco de variação de cupons de índices de preços | Redução | 30.806 | Manutenção | -- | Manutenção | -- |
| Cupom de INPC | Redução | 82.897 | Manutenção | -- | Manutenção | -- |
| Cupom de IPCA | Redução | 7.608 | Manutenção | -- | Manutenção | -- |
| Cupom de moedas estrangeiras | Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras | Aumento | 999.474 | Aumento | 737.258 | Aumento | 812.656 |
| Taxa de câmbio | Risco de variação das taxas de câmbio | Redução | (101.138) | Redução | (44.678) | Aumento | 34.294 |

| **Fator de Risco** | **Conceito** | **Cenário II** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **30.06.2019** | | **31.12.2018** | | **30.06.2018** | |
| **Variação de Taxas** | **Resultado** | **Variação de Taxas** | **Resultado** | **Variação de Taxas** | **Resultado** |
| Taxa pré-fixada | Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros | Aumento | (10.689.531) | Aumento | (9.154.584) | Aumento | (11.014.560) |
| Cupom de TR | Risco de variação de cupons de taxas de juros | Redução | -- | Redução | (4.852.166) | Redução | (5.137.476) |
| Cupom de TBF | Redução | (1.666) | Redução | (469) | Redução | (777) |
| Cupom de TJLP | Redução | (335.201) | Redução | (95.595) | Aumento | (6.365) |
| Cupom de TMS e CDI | Aumento | (14.456) | Aumento | (7.554) | Aumento | (37.169) |
| Cupom de IGP-M | Risco de variação de cupons de índices de preços | Aumento | (40.694) | Aumento | (495.898) | Aumento | (265.211) |
| Cupom de INPC | Aumento | (94.738) | Aumento | (121.600) | Aumento | (146.311) |
| Cupom de IPCA | Aumento | (12.336) | Aumento | (1.000.438) | Aumento | (1.237.108) |
| Cupom de moedas estrangeiras | Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras | Redução | (804.383) | Redução | (832.428) | Redução | (1.176.132) |
| Taxa de câmbio | Risco de variação das taxas de câmbio | Redução | (863.591) | Redução | (817.437) | Redução | (747.919) |

| **Fator de Risco** | **Conceito** | **Cenário III** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **30.06.2019** | | **31.12.2018** | | **30.06.2018** | |
| **Variação de Taxas** | **Resultado** | **Variação de Taxas** | **Resultado** | **Variação de Taxas** | **Resultado** |
| Taxa pré-fixada | Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros | Aumento | (20.728.040) | Aumento | (17.679.203) | Aumento | (21.128.418) |
| Cupom de TR | Risco de variação de cupons de taxas de juros | Redução | -- | Redução | (9.581.770) | Redução | (10.183.225) |
| Cupom de TBF | Redução | (3.350) | Redução | (940) | Redução | (1.558) |
| Cupom de TJLP | Redução | (681.615) | Redução | (200.331) | Aumento | (16.105) |
| Cupom de TMS e CDI | Aumento | (28.885) | Aumento | (15.104) | Aumento | (74.352) |
| Cupom de IGP-M | Risco de variação de cupons de índices de preços | Aumento | (80.409) | Aumento | (1.075.797) | Aumento | (568.964) |
| Cupom de INPC | Aumento | (187.895) | Aumento | (240.520) | Aumento | (288.575) |
| Cupom de IPCA | Aumento | (23.033) | Aumento | (1.886.635) | Aumento | (2.322.531) |
| Cupom de moedas estrangeiras | Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras | Redução | (1.641.958) | Redução | (1.714.600) | Redução | (2.439.660) |
| Taxa de câmbio | Risco de variação das taxas de câmbio | Redução | (1.727.181) | Redução | (1.440.874) | Redução | (1.495.839) |

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco, vista isoladamente, conforme determina a Instrução CVM n.º 475/2008. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa pré-fixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira Bancária, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

* Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;
* *Hedge* de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 8.d. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 30.06.2019, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico, conforme descrito na Instrução CVM n.º 475/2008, anexo II.

* + 1. ) Gerenciamento de Capital

A Resolução CMN n.º 4.557/2017, define o escopo e os requisitos da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

Em cumprimento à Resolução, o Conselho de Administração do Banco instituiu o Comitê de Riscos e de Capital (Coris), definiu o Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos como o Chief Risk Officer (CRO), responsável pelo gerenciamento de riscos, e o Diretor de Controladoria como responsável pelo gerenciamento de capital.

O Banco possui mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR). As políticas e estratégias de gestão, bem como o planejamento de capital, possibilitam a visão proativa e a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pela Instituição. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital.

Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

O Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (*Icaap*), implementado no Banco do Brasil em 30.06.2013, segue o disposto na Resolução CMN n.º 4.557/2017. No Banco, a responsabilidade pela coordenação do *Icaap* foi atribuída à Diretoria Gestão de Riscos. Por sua vez, a Diretoria de Controles Internos, área independente e segregada da estrutura de gerenciamento de capital, é a responsável institucional pela validação do *Icaap*. Por fim, a Auditoria Interna detém a responsabilidade institucional por avaliar anualmente o processo de gerenciamento de capital.

Para conhecer mais sobre a gestão do capital no Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e no Plano de Recuperação na seção Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

* + - * 1. Índice de Basileia

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do PRMR em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A partir de outubro/2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I – nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido dos Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II – nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Seguem os ajustes prudenciais considerados na apuração do Capital Principal:

* ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
* ativos intangíveis;
* ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
* investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de: entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas e; sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar;
* participação de não controladores;
* créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
* créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
* créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido;
* investimentos superiores a 10% do capital principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, em instrumentos de capital principal de instituição que não componha o Conglomerado Prudencial;
* valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R$ 8.100.000 mil, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial.

De acordo com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e 4.193/2013, a apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial.

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| **PR - Patrimônio de Referência** | **130.173.191** | **134.178.484** | **130.078.024** |
| **Nível I** | **94.031.977** | **95.289.701** | **90.678.502** |
| **Capital Principal (CP)** | **70.176.532** | **71.169.071** | **66.676.147** |
| Patrimônio Líquido | 91.658.605 | 92.016.168 | 91.861.083 |
| Instrumento Elegível a Capital Principal | 8.100.000 | 8.100.000 | 8.100.000 |
| Ajustes prudenciais | (29.582.073) | (28.947.097) | (33.284.936) |
| **Capital Complementar** | **23.855.445** | **24.120.630** | **24.002.355** |
| IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 | 20.598.075 | 20.827.050 | 20.724.925 |
| IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 (1) | 3.257.370 | 3.293.580 | 3.277.430 |
| **Nível II** | **36.141.214** | **38.888.783** | **39.399.522** |
| Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital | 36.182.995 | 38.925.975 | 39.433.416 |
| Dívidas Subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras | 2.362.423 | 3.270.036 | 3.777.477 |
| Dívidas Subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013 | 33.820.572 | 35.655.939 | 35.655.939 |
| Recursos captados do FCO (2) | 29.336.898 | 29.336.898 | 29.336.898 |
| Recursos captados com Letras Financeiras e CDB (3) | 4.483.674 | 6.319.041 | 6.319.041 |
| Dedução do Nível II | (41.781) | (37.192) | (33.894) |
| Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira | (41.781) | (37.192) | (33.894) |
| **Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)** | **701.124.184** | **711.490.229** | **704.880.390** |
| Risco de Crédito (RWACPAD) | 610.315.136 | 624.018.657 | 611.008.193 |
| Risco de Mercado (RWAMPAD) | 20.703.702 | 26.390.238 | 29.686.179 |
| Risco Operacional (RWAOPAD) | 70.105.346 | 61.081.334 | 64.186.018 |
| **Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)** **(4)** | **56.089.935** | **61.366.032** | **60.795.934** |
| **Margem sobre o Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR-PRMR)** **(5)** | **74.083.256** | **72.812.452** | **69.282.090** |
| **Índice de Capital Nível I (Nível I/RWA)** **(5)** | **13,41%** | **13,39%** | **12,86%** |
| Índice de Capital Principal (CP/RWA) (5) | 10,01% | 10,00% | 9,46% |
| **Índice de Basileia (PR/RWA)** **(5)** | **18,57%** | **18,86%** | **18,45%** |

(1) O Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.° 3.444/2007 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.° 4.192/2013, baseado na orientação do Banco Central do Brasil, relacionado ao limite estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.° 4.192/2013.

(2) Em cumprimento à Resolução CMN n.º 4.679/2018, os saldos do FCO correspondem à aplicação do limitador de 100% ao montante computado no Nível II em 30.06.2018.

(3) Em 30.06.2019, considerou-se o saldo corrente dos instrumentos de Dívida Subordinada aplicando-se os redutores, conforme determina o art. 29 da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

(4) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator “F” ao montante de RWA, sendo “F” igual a 8% a partir de 01.01.2019 (8,625% em 2018).

(5) Valores oriundos do DLO (Demonstrativo de Limites Operacionais)

* + - * 1. Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal:

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| Investimentos superiores e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%) | (12.817.075) | (11.895.016) | (11.874.722) |
| Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%) | (7.961.893) | (4.631.170) | (3.980.386) |
| Ativos intangíveis | (5.530.760) | (5.777.411) | (6.281.160) |
| Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (1) | (2.612.109) | (1.878.196) | (2.518.703) |
| Investimentos superiores (excesso dos 10%) (2) | (431.711) | (715.692) | (2.500.471) |
| Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados | (115.021) | (3.731.833) | (5.817.492) |
| Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação | (50.842) | (62.020) | (75.263) |
| Participação de não controladores (3) | (35.763) | (26) | (26) |
| Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura | (24.081) | (216.810) | (236.713) |
| Valor da diferença a menor entre o valor provisionado e o montante dos ajustes resultantes da avaliação prevista na Resolução CMN n.º 4.277/2013 | (2.818) | (38.923) | -- |
| **Total** | **(29.582.073)** | **(28.947.097)** | **(33.284.936)** |

(1) Em 30.06.2019 e 31.12.2018, aplica-se o disposto na Resolução CMN n.º 4.680/2018, que autorizou a não dedução dos créditos tributários de prejuízos fiscais, reconhecidos no período de 01.01.2018 a 31.12.2019, decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para participação em investimentos no exterior.

(2) Refere-se a investimentos superiores em assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e em sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

(3) A dedução da participação dos acionistas não controladores corresponde à aplicação do §1º, Artigo 9º da Resolução CMN n.º 4.192/2013.

* + 1. ) Índice de Imobilização e Capital Excedente

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| Índice de imobilização | 14,19% | 14,63% | 14,25% |
| Capital excedente em relação ao índice de imobilização | 46.618.380 | 47.455.103 | 46.503.224 |

Conforme definido pelo Bacen, o índice de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente imobilizado. O índice máximo permitido é de 50%, conforme determina a Resolução CMN nº 2.669/1999.

O capital excedente se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

* 1. - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| **Lucro Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado** | **8.212.093** | **5.883.819** |
|  |  |  |
| **Outros Resultados Abrangentes** |  |  |
| **Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 23.i)** | **(8.907.600)** | **710.808** |
| Banco do Brasil | (8.688.629) | 827.252 |
| Subsidiárias no exterior | (190.693) | (310.134) |
| Coligadas e controladas | (28.278) | 193.690 |
|  |  |  |
| **IR e CSLL Relacionados aos (Ganhos)/Perdas não Realizados (Nota 23.i)** | **3.731.983** | **(619.699)** |
|  |  |  |
| **Outros Resultados Abrangentes líquidos de IR e CSLL** | **(5**.**175.6**1**7)** | **91.109** |
|  |  |  |
| **Lucro Abrangente** | **3.036.476** | **5.974.928** |
| **Lucro Abrangente das Participações dos não Controladores** | **820.565** | **765.073** |

* 1. - OUTRAS INFORMAÇÕES
     1. ) Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12.02.2019, no exercício de suas atribuições previstas no artigo n.º 21 do Estatuto Social do Banco, aprovou a revisão da política específica de remuneração aos acionistas, estabelecendo, dentre outros pontos, que o lucro líquido do exercício a ser distribuído (payout) via dividendos e/ou juros sobre capital próprio, será fixado em intervalo percentual do resultado. Para o exercício de 2019, o intervalo definido foi de 30% a 40% do lucro líquido a ser distribuído como *payout*.

* + 1. ) Administração de Fundos de Investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

|  | **Número de Fundos/Carteiras (em Unidades)** | | | **Saldo** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| **Patrimônio Administrado** | **812** | **783** | **765** | **1.052.566.972** | **941.115.807** | **919.450.166** |
| Fundos de investimentos | 801 | 772 | 754 | 1.033.627.681 | 922.435.286 | 900.329.338 |
| Carteiras administradas | 11 | 11 | 11 | 18.939.291 | 18.680.521 | 19.120.828 |

* + 1. ) Informações de Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ativo** |  |  |  |
| Grupo BB | 88.596.507 | 88.409.314 | 89.655.578 |
| Terceiros | 87.772.473 | 85.477.251 | 94.995.304 |
| **TOTAL DO ATIVO** | **176.368.980** | **173.886.565** | **184.650.882** |
|  |  |  |  |
| **Passivo** |  |  |  |
| Grupo BB | 20.522.999 | 16.845.235 | 20.932.633 |
| Terceiros | 140.751.478 | 143.451.909 | 150.918.732 |
| **Patrimônio Líquido** | **15.094.503** | **13.589.421** | **12.799.517** |
| Atribuível à controladora | 14.742.468 | 13.215.245 | 12.146.942 |
| Participação dos não controladores | 352.035 | 374.176 | 652.575 |
| **TOTAL DO PASSIVO** | **176.368.980** | **173.886.565** | **184.650.882** |

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| **Lucro** | **1.395.683** | **545.160** |
| Atribuível à controladora | 1.264.330 | 418.755 |
| Participações dos não controladores | 131.353 | 126.405 |

* + 1. ) Recursos de Consórcios

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| Previsão mensal de recursos a receber de consorciados | 360.729 | 328.614 | 290.332 |
| Obrigações do grupo por contribuições | 18.434.359 | 17.132.581 | 14.626.122 |
| Consorciados - bens a contemplar | 16.814.052 | 15.760.785 | 13.341.199 |
|  |  |  |  |
| (Em Unidades) |  |  |  |
| Quantidade de grupos administrados | 199 | 213 | 237 |
| Quantidade de consorciados ativos | 884.470 | 794.505 | 700.994 |
| Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados | 93.526 | 69.896 | 60.383 |

|  | **1º Semestre/2019** | **1º Semestre/2018** |
| --- | --- | --- |
| Quantidade de bens (em unidades) entregues no período | 62.479 | 57.855 |

* + 1. ) Cessão de Empregados a Órgãos Externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei n.º 10.470/2002 e pelo Decreto n.º 9.144/2017.

|  | **1º Semestre/2019** | | **1º Semestre/2018** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Quantidade de Empregados Cedidos(1)** | **Custo no Período** | **Quantidade de Empregados Cedidos (1)** | **Custo no Período** |
| **Com ônus para o Banco** |  |  |  |  |
| Entidades sindicais | 214 | 20.009 | 210 | 18.538 |
| Outros órgãos/entidades | 2 | 519 | 2 | 486 |
| Entidades controladas e coligadas | 3 | 1.278 | 3 | 700 |
|  |  |  |  |  |
| **Sem ônus para o Banco** **(2)** |  |  |  |  |
| Governos Federal, Estadual e Municipal | 181 | -- | 196 | -- |
| Órgãos externos (Cassi, Previ, Economus, Fusesc e PrevBep) | 545 | -- | 543 | -- |
| Entidades dos funcionários | 76 | -- | 83 | -- |
| Entidades controladas e coligadas | 568 | -- | 569 | -- |
|  |  |  |  |  |
| **Total** | **1.589** | **21.806** | **1.606** | **19.724** |

(1) Posição no último dia do período.

(2) No 1º Semestre/2019, o Banco foi ressarcido em R$ 242.273,31 mil (R$ 247.824 mil no 1º Semestre/2018), referente aos custos com empregados cedidos sem ônus.

* + 1. ) Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil (Em Reais):

|  | **30.06.2019** | **31.12.2018** | **30.06.2018** |
| --- | --- | --- | --- |
| Menor salário | 2.854,66 | 2.854,66 | 2.718,73 |
| Maior salário | 47.763,57 | 47.763,57 | 45.489,12 |
| Salário médio | 6.783,46 | 6.677,30 | 6.407,00 |
|  |  |  |  |
| Dirigentes |  |  |  |
| Presidente | 68.781,86 | 68.781,86 | 68.781,86 |
| Vice-presidente | 61.564,83 | 61.564,83 | 61.564,83 |
| Diretor | 52.177,45 | 52.177,45 | 52.177,45 |
| Conselheiros |  |  |  |
| Conselho Fiscal | 5.948,54 | 5.948,54 | 5.948,54 |
| Conselho de Administração | 5.948,54 | 5.948,54 | 5.948,54 |
| Comitê de Auditoria - Titular | 46.959,71 | 46.959,71 | 46.959,71 |
| Comitê de Riscos e de Capital | 46.959,71 | 46.959,71 | 46.959,71 |

* + 1. ) Política de Seguros de Valores e Bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

* + - * 1. Seguros vigentes em 30.06.2019

| **Riscos Cobertos** | **Valores Cobertos** | **Valor do Prêmio** |
| --- | --- | --- |
| Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes | 1.410.823 | 12.962 |
| Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva (1) | 309.140 | 636 |
| Demais | 487 | 4 |
| **Total** | **1.780.450** | **13.602** |

(1) Refere-se à cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

* + 1. ) Reorganização institucional Banco do Brasil

Em 29.07.2019, o Banco do Brasil comunicou ao mercado que foi aprovado pelo Conselho de Administração um conjunto de ações para reorganização institucional, em conformidade com o § 4º do art. 157 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e com a Instrução CVM n.º 358, de 03 de janeiro de 2002.

Dentre as ações aprovadas, consta a revisão e o redimensionamento da estrutura organizacional do Banco nos níveis estratégico (direção geral), tático (superintendências), de apoio (órgãos regionais) e de negócios (agências).

A implementação das ações ocorrerá no 2º semestre de 2019, com destaque para:

1. Criação de Unidade Inteligência Analítica, em linha com o objetivo de acelerar a transformação digital;
2. Criação de 42 novas Agências Empresas, transformação de 333 agências em Postos de Atendimento Avançado (PAA) e outros 49 PAAs em agências.

Nesse mesmo contexto, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Adequação de Quadros (PAQ) que visa otimizar a distribuição da força de trabalho, equacionando as situações de vagas e de excessos nas unidades do Banco. Cabe notar que os funcionários que reúnam as condições estabelecidas no regulamento poderão aderir a um plano de desligamento incentivado.

* 1. - EVENTOS SUBSEQUENTES

IRB-Brasil RE

Em 10 de julho de 2019, o Conselho de Administração do Banco do Brasil deliberou pela aprovação de orientação aos representantes do Banco nos órgãos de governança da BB Seguridade Participações S.A. - empresa controlada do Banco – no sentido de que fosse dado início à oferta pública com esforços restritos de distribuição secundária de 15,23% das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão do IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB-Brasil RE), de titularidade de sua subsidiária integral, a BB Seguros Participações S.A.

Em 19 de julho de 2019, o Banco informou que foi fixado o preço por ação em R$ 88,00, no âmbito da oferta pública com esforços restritos de distribuição secundária de ações do IRB-Brasil RE.

Dessa forma, com a alienação da participação indireta do Banco do Brasil no capital do IRB-Brasil RE, via BB Seguridade Participações S.A., estima-se impacto positivo no resultado do terceiro trimestre de 2019 do Banco de aproximadamente R$ 1,6 bilhão, líquido de impostos e aumento positivo residual no índice de capital principal.

Cassi

Em 22 de julho de 2019, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou a Resolução Operacional n.º 2.439, que instaura a direção fiscal na Cassi. A ANS esclarece que o regime de direção fiscal não é uma intervenção. A agência nomeou um diretor fiscal, sem poderes de gestão na operadora, para avaliar presencialmente a situação da Cassi. Cabe ao diretor analisar as medidas saneadoras propostas pela operadora e subsidiar a ANS em suas decisões. A direção fiscal tem duração de até 365 dias, podendo ser renovado o regime.

1. Relatório dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, aos Administradores e aos Acionistas do

Banco do Brasil S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A. e de suas controladas (“Consolidado” ou “Banco do Brasil”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco do Brasil S.A. e de suas controladas em 30 de junho de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco do Brasil e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve alto nível de julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco do Brasil. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 4.g) e nº 10 às demonstrações contábeis consolidadas, as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados pelo nível de risco, de acordo com o julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações e aos devedores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682. Para tanto, o Banco do Brasil utiliza modelos internos para definição da escala interna de classificação de risco de crédito para os devedores e suas respectivas operações, envolvendo premissas e julgamentos da Administração, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de crédito de sua carteira. Devido à complexidade do modelo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, ao uso de estimativas e ao alto nível de julgamento por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas, demandamos esforços na auditoria, incluindo o trabalho de membros seniores da nossa equipe, por termos considerado o assunto relevante para a nossa auditoria.

*Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco do Brasil para as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito; (b) entendimento e testes do desenho e da efetividade dos controles internos relevantes sobre o processo de atribuição de ratings aos devedores e suas respectivas operações, (c) análise dos critérios de provisionamento dessas operações, das premissas utilizadas pela Administração e da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, com base em amostra; (d) análise do nível de provisionamento total das carteiras; e (e) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar a provisão para créditos de liquidação duvidosa são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

2. Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros

O Banco do Brasil aplica modelos internos de precificação para mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros, conforme divulgado nas notas explicativas nº 4.e) e 4.f) às demonstrações contábeis consolidadas, quando não existem preços e parâmetros de mercado disponíveis, incluindo premissas como curvas de risco de crédito, perspectiva interna de perda esperada, curvas futuras de taxas de juros, de câmbio e índices de preços. A mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros foi considerada uma área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis consolidadas, ao uso de julgamento da Administração e à utilização de técnicas de precificação baseadas em modelos internos que levam em consideração dados observáveis ou referenciais de mercado. Esses instrumentos financeiros são representados substancialmente por instrumentos financeiros derivativos e por títulos privados.

*Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento e testes do desenho e da efetividade dos controles internos relevantes que envolvem a mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros; (b) entendimento da metodologia de marcação a mercado desenvolvida internamente pelo Banco do Brasil, quanto às premissas utilizadas nas construções das curvas projetadas; e (c) recálculo do valor de mercado para uma amostra de operações, avaliando a razoabilidade dos dados e parâmetros utilizados nos modelos internos de precificação, ou dados observáveis de mercado quando disponíveis; e (d) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são aceitáveis, considerando as práticas utilizadas no mercado, no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

3. Provisões para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 4.n) e 27 às demonstrações contábeis consolidadas, o Banco do Brasil constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes de eventos passados, com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração, mensurando os montantes a serem provisionados através de métodos denominados Massificado e Individualizado, dependendo do tipo e valores envolvidos das ações. O método Massificado é utilizado para processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor individual não seja considerado relevante, e foram desenvolvidos internamente pela Administração segundo parâmetros estatísticos. O método Individualizado é avaliado periodicamente pelos assessores jurídicos. Devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis consolidadas e complexidade e grau de julgamento dos métodos utilizados, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria.

*Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento e testes do desenho e da efetividade dos controles internos relevantes que envolvem o controle das demandas trabalhistas, cíveis e fiscais e a mensuração dos montantes provisionados pelos métodos Individualizado e Massificado; (b) envolvimento de nossos especialistas para entendimento dos parâmetros estatísticos utilizados no método massificado; (c) efetuamos procedimentos de confirmação com os assessores jurídicos; (d) análise por amostragem da adequação das premissas utilizadas na mensuração dos processos selecionados; e (e) analisamos também a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar as provisões para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

4. Planos de benefícios a empregados

O Banco do Brasil é patrocinador de entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 4.l) e 26 às demonstrações contábeis consolidadas, os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco do Brasil relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012 e pela Resolução CMN nº 4.424/2015. A estimativa das obrigações dos planos de benefício definido envolve premissas atuariais relevantes, incluindo taxas de desconto, tábua de mortalidade e expectativa de crescimento salarial, as quais são sensíveis e causam efeitos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Diante disto, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem a mensuração dos passivos atuariais; (b) envolvimento de nossos especialistas atuários para entendimento das bases de dados utilizadas e premissas adotadas nos cálculos dos passivos atuariais, pelos atuários externos contratados pela Administração; (c) envolvimento de nossos especialistas atuários para desafio das principais premissas atuariais utilizadas; (d) análise por amostragem da adequação das bases de dados e recálculo das obrigações atuariais; e (e) analisamos também a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que as bases de dados e as principais premissas atuariais adotados pela Administração, em conjunto com seus atuários externos, para estimar as obrigações dos planos de benefícios a empregados são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

5. Realização dos ativos relativos a créditos tributários

A expectativa de realização dos ativos relativos a créditos tributários, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, está baseada em projeções de resultados futuros que requerem a aplicação de elevado nível de julgamento sobre as premissas utilizadas por parte da Administração. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 4.h), 24.e) e 24.f) às demonstrações contábeis consolidadas, tais premissas são baseadas em suas estratégias corporativas e cenário macroeconômico, considerando o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à subjetividade das premissas adotadas nos planos de negócio projetados pela Administração e à relevância no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto, consideramos como uma área de foco em nossa auditoria.

*Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do desenho e implementação dos controles internos relevantes envolvidos na preparação, análise e aprovação do estudo de realização do crédito tributário; (b) envolvimento de nossos especialistas tributários para avaliação das bases fiscais de apuração das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social; e (c) entendimento e avaliação da razoabilidade das premissas críticas incluídas nas projeções de resultados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para suportar o registro e realização dos ativos relativos a créditos tributários, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

6. Ambiente de tecnologia da informação

As operações do Banco do Brasil dependem do ambiente de tecnologia e de infraestrutura capazes de suportar um elevado número de transações processadas diariamente em seus sistemas de informação legados que alimentam os seus registros contábeis. Os processos inerentes à tecnologia da informação, associados aos seus controles, podem, eventualmente, conter riscos no processamento e na geração de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, justificando nossa consideração como área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis consolidadas.

*Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?*

Com o envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas, identificamos os sistemas relevantes que suportam as principais atividades de negócio do Banco do Brasil, e avaliamos o desenho dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo quando necessário os testes de controles compensatórios, relacionada à segurança da informação, ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas relevantes e à operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta os negócios do Banco do Brasil.

Considerando os processos e controles do ambiente de tecnologia da informação, associados aos testes realizados mencionados anteriormente, julgamos que nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

**Outros assuntos**

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior e semestre findo em 30 de junho de 2018

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e semestre findo em 30 de junho de 2018, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados de 12 de fevereiro de 2019 e 7 de agosto de 2018, respectivamente, sem ressalvas.

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (“DVA”) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco do Brasil e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa DVA foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração do Banco do Brasil é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco do Brasil e suas controladas continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco do Brasil e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Consolidado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
* Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco do Brasil e de suas controladas.
* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
* Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco do Brasil e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco do Brasil e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
* Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 7 de agosto de 2019

|  |  |
| --- | --- |
| DELOITTE TOUCHE TOHMATSU | Luiz Carlos Oseliero Filho |
| Auditores Independentes | Contador |
| CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF | CRC nº 1 SP 234751/O-6 |

1. Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

**I. Introdução**

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração (CA), é composto atualmente por três membros, sendo um integrante do Conselho, todos independentes e nomeados pelo CA.

O Banco do Brasil optou pela constituição de Comitê de Auditoria único (Coaud único) para o Banco Múltiplo e as seguintes subsidiárias: BB Gestão de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM), BB Banco de Investimento S.A. (BB BI), Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros, Ativos Gestão S. A. – Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito, BB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (BB Leasing), BB Administradora de Cartões de Crédito S.A. (BB Cartões), BB Administradora de Consórcios S.A. (BB Consórcios), Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Bescval), BB Elo Cartões Participações S.A. (BB Elo) e BBTur Viagens e Turismo Ltda (BB Turismo).

**II. Responsabilidades**

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto Regulamentar nº 8.945/2016, Resolução CMN 3.198/2004, Programa Destaque em Governança das Estatais (PDGE), Estatuto Social do BB e seu Regimento Interno, disponível no endereço eletrônico [*http://www.bb.com.br/ri*](http://www.bb.com.br/ri)*.*

Nesse contexto, os administradores do Banco do Brasil e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Resolução CMN 4.557/2017 atribui ao Comitê de Riscos e de Capital (Coris) o assessoramento ao CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial do BB. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação e atuação conjunta com o Coris.

A Auditoria Interna (Audit) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Conglomerado está exposto, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis do Banco Múltiplo e das subsidiárias abrangidas pelo Coaud, além de outras empresas que integram o Conglomerado Banco do Brasil. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

**III. Atividades do período**

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme seu Plano Anual de Trabalho aprovado pelo CA, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê.

No período, realizou 130 reuniões com representantes da administração do BB e de empresas do Conglomerado, assim como seus respectivos conselhos de administração e fiscais, Presidente do BB, Conselho Diretor, auditorias interna e independente e Banco Central do Brasil (Bacen), além de reuniões internas. O Comitê apresentou relato mensal de suas atividades ao CA e encaminhou atas de suas reuniões aos conselhos de administração e fiscais.

Nas reuniões, abordou os temas sob acompanhamento do Coaud e efetuou recomendações à administração nas situações em que identificou oportunidades de melhorias.

Os membros do Coaud participaram de eventos de atualização e aperfeiçoamento em temas relacionados à sua atuação.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição, perpetradas por funcionários, pela administração ou por terceiros.

**IV. Auditoria Interna**

O Coaud supervisiona as atividades desenvolvidas pela Audit e avalia, por meio de instrumental técnico formal, sua independência, objetividade, qualidade e efetividade.

Realizou reuniões mensais com a Audit para conhecer as conclusões dos trabalhos, principais pontos de atenção, acompanhar sua atuação e o cumprimento de suas atribuições. Dentre outros temas, tratou sobre estrutura e orçamento da área; avaliação do Sistema de Controles Internos (SCI); demonstrações contábeis; tecnologia e segurança da informação; gestão de riscos; crédito; provisões; serviços jurídicos; transações com partes relacionadas (TPR); relacionamento com clientes; subsidiárias BB; recomendações de auditorias e relatórios recebidos de órgãos reguladores do Brasil e do exterior. O Comitê enfatizou a necessidade de que a Audit intensifique o uso de ferramentas e tecnologias que possibilitem ganhos de eficiência para a área.

**V. Auditoria Independente**

O Coaud supervisiona a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avalia a sua independência, a qualidade e a adequação de tais serviços às necessidades da Instituição. Além disso, verifica, previamente à contratação para prestação de outros serviços às empresas do Conglomerado, a existência de conflitos.

Em 2019, o BB realizou licitação com vistas a promover a substituição da empresa de auditoria independente, de acordo Instrução CVM 308/1999. Nesse contexto, a KPMG Auditores Independentes foi substituída pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte). O Comitê recomendou ao CA a contratação da referida firma.

No período, realizou reuniões com a Deloitte com o objetivo de conhecer e acompanhar o planejamento, avaliar os resultados dos principais trabalhos realizados e examinar suas conclusões e recomendações. Entre os temas discutidos, destacam-se: demonstrações contábeis BB e subsidiárias que compõem o Coaud único; principais assuntos de auditoria (PAA); avaliação das informações financeiras divulgadas ao mercado pelo BB; TPR; razoabilidade dos parâmetros atuariais; provisões; prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo (PLD/FT); e tributos.

**VI. Sistema de controles internos (SCI)**

O Coaud avalia e monitora a efetividade do SCI do Banco do Brasil.

A avaliação da efetividade do SCI é fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente, pelos órgãos externos de fiscalização e controle, pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi), em informações e documentos requisitados às áreas do Banco e subsidiárias e também em suas próprias análises.

**VII. Transações com Partes Relacionadas (TPR)**

O Coaud avalia e monitora, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das TPR, de acordo com as atribuições estabelecidas pela Lei das Estatais e seu Decreto regulamentador.

No período, o Comitê emitiu pareceres nas transações de alçada do Conselho de Administração do Banco.

**VIII. Parâmetros e resultado atuarial**

O Coaud avalia a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados pelo BB.

Para tanto, realizou reuniões com as áreas responsáveis pelo processo de avaliação atuarial do Banco e com a empresa de consultoria que assessora o BB no tema. Conheceu e discutiu as conclusões dos trabalhos das auditorias interna e independente e avaliou as premissas e os resultados atuariais dos planos.

**IX. Exposição de risco**

O Coaud, em conjunto com o Coris, avalia e monitora exposições de riscos da Instituição.

No período, avaliou e monitorou as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos e realizou reuniões com as áreas gestoras de riscos e de capital, de estratégia e governança.

**X. Demonstrações contábeis**

O Coaud revisa, previamente à publicação, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, os relatórios da administração e do auditor independente. Avalia a qualidade das demonstrações contábeis, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo Bacen.

Examinou o resumo das práticas contábeis adotadas e analisou mensalmente as principais variações dos saldos e suas respectivas causas, do BB e das entidades que aderiram ao Coaud único, a partir das demonstrações contábeis e de informações fornecidas pela Diretoria Contadoria.

Revisou as demonstrações consolidadas do BB, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e do auditor independente, sem ressalvas, relativos a 30/06/2019.

**XI. Recomendações do Comitê de Auditoria**

Ao Conselho de Administração, recomendou a contratação da Deloitte e realizou manifestações, em relação aos seguintes temas, dentre outros: SCI; ouvidoria externa; relatório de denúncias de ilícitos; relatórios atuariais; subsidiárias; carta anual de políticas públicas; revisões e criações de políticas de gestão de riscos.

Emitiu recomendações à gestão envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades, a exemplo de: melhorias no SCI; redução de perdas operacionais; provisões; ativos problemáticos; segurança cibernética; redução de falhas em sistemas; ouvidoria; política de relacionamento com clientes (*suitability*); TPR; conciliações contábeis e de depósitos judiciais; resultado atuarial; PLD/FT; dependências no exterior; e, subsidiárias BB. As recomendações, após discutidas, foram acatadas.

**XII. Conclusões**

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, concluiu que:

a) o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Conglomerado e objeto de atenção por parte da administração;

b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;

c) a Auditoria Independente é efetiva e não foi reportada nenhuma ocorrência que pudesse comprometer sua independência;

d) as transações com partes relacionadas avaliadas e monitoradas no período observaram as normas aplicáveis e as condições de mercado;

e) os principais parâmetros dos cálculos atuariais dos planos de benefícios dos fundos de pensão patrocinados são razoáveis e aderentes à legislação vigente;

f) as principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela administração;

g) as demonstrações contábeis de 30/06/2019 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 07 de agosto de 2019.

Antônio Carlos Correia

Luiz Spinola Marcos Tadeu de Siqueira

1. Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras

**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE**

**AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil S.A. relativas ao período findo em 30 de junho de 2019 e, baseados nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 05 de agosto de 2019.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Rubem de Freitas Novaes |  |  |
| Presidente |  |  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Antônio Gustavo Matos do Vale |  | Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo |
| Vice-Presidência de Gestão de Pessoas, Suprimentos e Operações |  | Vice-Presidência de Gestão Financeira e de Relações com Investidores |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Carlos Motta dos Santos |  | Carlos Renato Bonetti |
| Vice-Presidência de Distribuição de Varejo |  | Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Fabio Augusto Cantizani Barbosa |  | Ivandré Montiel da Silva |
| Vice-Presidência de Tecnologia |  | Vice-Presidência de Agronegócios |

|  |  |
| --- | --- |
| João Pinto Rabelo Júnior | Marcelo Augusto Dutra Labuto |
| Vice-Presidência de Governo  Marcio Hamilton Ferreira  Vice-Presidência de Negócios de Atacado | Vice-Presidência de Negócios de Varejo |

1. Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes

**DECLARAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DIRETOR SOBRE O RELATÓRIO**

**DOS AUDITORES** **INDEPENDENTES**

Em conformidade com o artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseados em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de 07.08.2019, não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 07 de agosto de 2019.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Rubem de Freitas Novaes |  |  |
| Presidente |  |  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Antônio Gustavo Matos do Vale |  | Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo |
| Vice-Presidência de Gestão de Pessoas, Suprimentos e Operações |  | Vice-Presidência de Gestão Financeira e de Relações com Investidores |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Carlos Motta dos Santos |  | Carlos Renato Bonetti |
| Vice-Presidência de Distribuição de Varejo |  | Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Fabio Augusto Cantizani Barbosa |  | Ivandré Montiel da Silva |
| Vice-Presidência de Tecnologia |  | Vice-Presidência de Agronegócios |

|  |  |
| --- | --- |
| João Pinto Rabelo Júnior | Marcelo Augusto Dutra Labuto |
| Vice-Presidência de Governo  Marcio Hamilton Ferreira  Vice-Presidência de Negócios de Atacado | Vice-Presidência de Negócios de Varejo |

1. Membros da Administração

**MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

**PRESIDENTE**

Rubem de Freitas Novaes

**VICE-PRESIDENTES**

Antônio Gustavo Matos do Vale

Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo

Carlos Motta dos Santos

Carlos Renato Bonetti

Fabio Augusto Cantizani Barbosa

Ivandré Montiel da Silva

João Pinto Rabelo Júnior

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Marcio Hamilton Ferreira

**DIRETORES**

Alexandre Alves de Souza

Ana Paula Teixeira de Sousa

Camilo Buzzi

Carla Nesi

Cicero Przendsiuk

Daniel André Stieler

Edson Rogério da Costa

Eduardo Cesar Pasa

Ênio Mathias Ferreira

Fabiano Macanhan Fontes

Gerson Eduardo de Oliveira

Gustavo de Souza Fosse

José Avelar Matias Lopes

José Eduardo Moreira Bergo

José Ricardo Fagonde Forni

Lucinéia Possar

Luiz Claudio Batista

Marco Túlio de Oliveira Mendonça

Marco Túlio Moraes da Costa

Marcos Renato Coltri

Marvio Melo Freitas

Paula Luciana Viana da Silva Lima Mazanék

Ronaldo Simon Ferreira

Simão Luiz Kovalski**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Débora Cristina Fonseca

Guilherme Horn

Hélio Lima Magalhães

Luiz Serafim Spinola Santos

Marcelo Serfaty

Paulo Roberto Evangelista de Lima

Rubem de Freitas Novaes

Waldery Rodrigues Júnior

**CONSELHO FISCAL**

Aldo César Martins Braido

Aloisio Macário Ferreira de Souza

Christianne Dias Ferreira

Mauricio Graccho de Severiano Cardoso

**COMITÊ DE AUDITORIA**

Antônio Carlos Correia

Luiz Serafim Spinola Santos

Marcos Tadeu de Siqueira

**CONTADORIA**

Eduardo Cesar Pasa

Contador Geral

Contador CRC-DF 017601/O-5

CPF 541.035.920-87

Adelar Valentim Dias

Contador CRC-DF 022560/O

CPF 296.062.179-49

